

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48
NIRE nº 41300071977
Companhia Aberta

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2022**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 08 de abril de 2022, às 11:00 horas, em segunda convocação, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Companhia.
2. **CONVOCAÇÕES:** Edital de Convocação, segunda chamada, foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 28 de março de 2022, bem como publicado nos termos do artigo 124, *caput* e §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições dos dias 29, 30 e 31 de março de 2022 dos jornais Estado de São Paulo (páginas B14, B27, B19, respectivamente) e Jornal MetrÓpole (páginas 16, 06, 03, respectivamente), bem como em suas páginas na internet.
3. **PUBLICAÇÕES:** O Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas, contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2022, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 6º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481.
4. **PRESENCAS:** Presentes acionistas representando 62,20% (sessenta e dois virgula vinte por cento) do capital social votante da Companhia, conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia, nos termos dos arts. 21-V, II e 21-W, II e III, da Instrução CVM 481 e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação à distância, nos termos dos arts. 21-V, III e 21-W, III, da Instrução CVM 481. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia.
5. **MESA:** Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes
Secretário: Sr. Anderson Prehs
6. **ORDEM DO DIA:** (i) alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constante no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), *caput* e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) – nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35); (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, *caput*; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) *caput* e parágrafos

segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), caput e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) caput e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), caput e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) caput e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) caput e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), caput e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39; (iii) alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; e (iv) consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social.

7. LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; (ii) foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

8. DELIBERAÇÕES: Após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 21-W da Instrução CVM 481; e (ii) análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes:

(i) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 79.057.164 votos a favor, 7.891.670 votos contrários e 0 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constante no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), caput e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) – nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35), conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata;

(ii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.400.699 votos a favor, 106.235 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, caput; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) caput e parágrafos segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), caput e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) caput e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), caput e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) caput e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) caput e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), caput e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata;

(iii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 2.256.970 votos a favor, 0 votos contrários e 84.691.864 abstenções, a alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata;

(iv) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.506.934 votos a favor, 0 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cujo inteiro teor e versão consolidada do Estatuto Social encontra-se no Anexo I da presente ata;

9. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata.

Acionistas presentes:

Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 21-V, III e 21-W, III, da Instrução CVM 481, são considerados presentes nesta assembleia geral na presente ata:

CONTINENTAL FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 DEBORA DE SOUZA MORSCH
 EXECUTIVE TOP FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES
 NEON LIBERTY WEI JI MASTER FUND LP.
 SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATÉGIA
 ZENITH HAYP FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 ZENITH VITORIA REGIA FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES


Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 21-V, II e 21-W, II e III, da Instrução CVM 481, são considerados presentes nesta assembleia geral na presente ata:

ALASKA PERMANENT FUND
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 CITY OF LOS ANGELES FIRE AND POLICE PENSION PLAN
 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
 CIXARES LIBERO VARGAS
 CLARITAS QUANT MASTER FIM
 DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO
 DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM
 DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND
 EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
 GIEM RADUY GUIMARAES
 HELIO BRUCK ROTENBERG
 ISABELA CESAR FORMIGHIERI
 JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST
 LUCAS RADUY GUIMARAES
 PAULO FERNANDO FERRARI LAGO
 RODRIGO CESAR FORMIGHIERI
 SAMUEL FERRARI LAGO

SOFIA GUIMARAES VON RIDDER
SPDR SP EMERGING MARKETS ETF
SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
THAIS SUSANA FERRARI LAGO
THE BOARD OF.A.C.E.R.S.LOS ANGELES, CALIFORNIA
TRIGONO ETF TEVA ACOES MICRO CAPS FUNDO DE INDICE
TRIGONO FLAGSHIP SMALL CAPS MASTER FIA
TRIGONO HORIZON MICROCAP MASTER FIA
TRIGONO ICATU 100 FUNDO DE INVESTIMENTO EM ACOES PREVIDENCIA
UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
WISDOMTREE EMERGING MARKETS SMALLCAP DIVIDEND FUND

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 08 de abril de 2022.

Documento assinado digitalmente
 Anderson Henrique Prehs
Data: 11/04/2022 12:20:39-0300
Verifique em <https://verificador.iti.br>

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608

ANEXO I

(Ata de Assembleia geral Extraordinária da Positivo Tecnologia S.A., de 08 de abril de 2022)

**ESTATUTO SOCIAL DA
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48
NIRE 41.300.071.977**

COMPANHIA ABERTA

**CAPÍTULO I
DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo 1º – A Positivo Tecnologia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”).

Parágrafo Único - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente”), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”).

Artigo 2º – A Companhia tem sua sede social na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, por deliberação singular do Diretor Presidente, criar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e dependências de quaisquer naturezas, no Brasil ou no exterior.

Artigo 3º – A Companhia tem por objeto:

a) a industrialização, por meio de fabricação própria ou por meio de terceirização fabril, importação, exportação, comercialização (atacado ou varejo), incluindo por meio de comércio eletrônico (e-commerce), distribuição, licenciamento e/ou cessão, locação e assistência técnica e/ou serviços de pós-venda de:

- i. Bens, produtos e equipamentos de qualquer natureza na área de informática, produtos eletrônicos e ópticos
- ii. Máquinas, aparelhos, equipamentos, dispositivos e materiais elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos, inclusive aqueles relacionados à tecnologia para automação residencial e de escritórios;
- iii. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de telecomunicações e transmissores de comunicação, suas partes, peças e acessórios;
- iv. Lâmpadas e outros aparelhos, equipamentos e dispositivos de iluminação;
- v. Aparelhos, equipamentos e dispositivos para sinalização e alarme, suas partes, peças e acessórios;
- vi. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de sinalização visual e/ou acústica, sensores movimento, presença, temperatura, suas partes, peças e acessórios; e
- vii. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de controle de acesso, dispositivos de proteção elétrica, controladores, iluminação, fontes de alimentação, baterias, nobreaks, suas partes, peças e acessórios.

b) o desenvolvimento, comercialização e locação, licenciamento e/ou cessão de softwares e sistemas diversos;

- c) o comércio, desenvolvimento e licenciamento de sistemas ou programas de computador customizáveis e não-customizáveis;
- d) a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos tecnológicos na área de informática e eletroeletrônica;
- e) a reparação, manutenção e assistência técnica de computadores, inclusive portáteis e de equipamentos de informática periféricos, terminais de autoatendimento, equipamentos de comunicação, máquinas, aparelhos, equipamentos, dispositivos e materiais elétricos, eletrônicos e eletroeletrônico;
- f) a representação, comercialização, planejamento, implantação, treinamento, suporte técnico, suporte pedagógico e assistência técnica de equipamentos, laboratórios e mobiliário de informática, franquias, sistemas de aplicação pedagógica, sistemas de administração escolar e sistemas didáticos de ensino;
- g) a prestação de serviços na área de informática e congêneres;
- h) a comercialização ou cessão de direitos autorais, próprios e de terceiros;
- i) a editoração e comercialização de livros;
- j) a participação societária em empresas e/ou empreendimentos de qualquer natureza, que tenham ou não objeto social idêntico ao da Companhia;
- k) o desenvolvimento e manutenção de portal, provedor de conteúdo ou outros serviços de informação e veiculação de conteúdo na internet.

Artigo 4º – O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

CAPÍTULO II

CAPITAL SOCIAL E AÇÕES

Artigo 5º – O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 742.700.000,00 (setecentos e quarenta e dois milhões e setecentos mil reais), dividido em 141.800.000 (cento e quarenta e um milhões e oitocentos mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais.

Parágrafo Segundo - A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Artigo 6º - A Companhia possui capital autorizado, podendo aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, podendo o Conselho de Administração emitir até 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias.

Parágrafo Primeiro - Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, o Conselho de Administração fixará o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, assim como o prazo e as condições de integralização.

Parágrafo Segundo - Dentro do limite do capital autorizado no *caput* deste Artigo, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e a emissão de debêntures

convertíveis em ações, assim como o aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações.

Parágrafo Terceiro - Dentro do limite do capital autorizado no *caput* deste Artigo e de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar opções de compra ou subscrição de ações aos Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções.

Artigo 7º - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência poderá ser cedido, no todo ou em parte, aos demais acionistas, cujo exercício será feito de forma proporcional à participação de cada um no capital social. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadencial de 30 (trinta) dias.

Artigo 8º - A exclusivo critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures convertíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76.

Artigo 9º - No caso de não realização do preço de emissão das ações nas condições previstas no boletim de subscrição ou nas respectivas chamadas de capital, ficará o acionista remisso de pleno direito constituído em mora, na forma do artigo 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação devida e ao disposto no artigo 107 da mesma Lei nº 6.404/76.

Artigo 10º – Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sede social da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições dos acordos.

Parágrafo Único - Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia.

CAPÍTULO III

ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 11 – A Assembleia Geral é órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Parágrafo Primeiro - A Assembleia Geral deverá ser convocada, respeitando os prazos e procedimentos previstos no art. 124 da Lei das S.A.: (i) Presidente do Conselho de Administração; e/ou (ii) por 5 (cinco) membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, devendo os trabalhos serem dirigidos por mesa composta de presidente e secretário, na forma do Parágrafo Segundo abaixo.

Parágrafo Segundo - A Assembleia Geral deverá ser realizada, preferencialmente, no edifício onde a Companhia tiver sede ou, por motivo de força maior, em outro lugar no mesmo Município da sede, podendo, ainda, ser realizada a distância por meio de sistema eletrônico, de modo que assegure a participação efetiva e a autenticidade do voto pelo acionista. A Assembleia Geral que ocorrer por meio de sistema eletrônico poderá ocorrer de modo parcial ou exclusivamente digital.

Parágrafo Terceiro - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração que venha a ser escolhido por deliberação da maioria dos acionistas presentes, ou, na ausência de todos os membros do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os presentes, por deliberação majoritária. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa.

Parágrafo Quarto - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco.

Artigo 12 – Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à Assembleia Geral, compete a esta:

- (i) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração;
- (ii) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado;
- (iii) A mudança do objeto social e quaisquer alterações deste Estatuto Social;
- (iv) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e/ou desdobramentos de ações;
- (v) Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus Administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia;
- (vi) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos;
- (vii) Deliberar sobre o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência pela Companhia;
- (viii) Deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia;
- (ix) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação;
- (x) Deliberar sobre a saída do Novo Mercado, bem como sobre qualquer medida relativa ao cancelamento do registro de companhia aberta;
- (xi) Escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto nos Capítulos VIII e IX deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração;

(xii) Aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral; e

(xiii) Dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado.

Parágrafo Único - A deliberação a que se refere o item (x) deste Artigo deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação presentes à Assembleia Geral, não se computando os votos em branco. Se instalada em primeira convocação, a Assembleia deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação.

CAPÍTULO IV

ADMINISTRAÇÃO

Seção I – Normas Gerais

Artigo 13 – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária (“Administradores”).

Parágrafo Primeiro - Os Administradores, efetivos e suplentes, serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, que deve contemplar a sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto, observados, ainda, os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais e estatutários aplicáveis, dispensada qualquer garantia de gestão. Os Administradores empossados permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos.

Parágrafo Segundo - Os Administradores estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia.

Parágrafo Terceiro - As assinaturas das atas das reuniões, termos de posse e/ou quaisquer outros documentos relacionados à Administração, Comitês de Assessoramento e Conselho Fiscal poderão ser assinadas eletronicamente por certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade.

Seção II - Conselho de Administração

Artigo 14 – O Conselho de Administração, eleito e destituído pela Assembleia Geral, será composto por, no mínimo 7 (sete) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, com mandato unificado de até 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente, o qual será eleito na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de seus membros ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância neste cargo.

Parágrafo Primeiro - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) deles ou 20% (vinte por cento) de sua composição, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo ser expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os elegeu.

Parágrafo Segundo - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Primeiro, o resultado gerar um número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado.

Parágrafo Terceiro - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa.

Artigo 15 – Em caso de vacância no cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos de conselheiro, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição.

Artigo 16 – As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, podendo ser realizada através de correspondência eletrônica (e-mail) ou sistema eletrônico, por seu Presidente ou por 5 (cinco) de seus membros, respeitados os prazos de convocação previstos em seu Regimento Interno.

Parágrafo Primeiro - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros e serão presididas por seu Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pelos presentes.

Parágrafo Segundo - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas, preferencialmente, no edifício onde a Companhia tiver sede ou, excepcionalmente, em local diverso, sendo facultada a realização e participação por sistema eletrônico, como teleconferência, videoconferência ou outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. A reunião que ocorrer por meio de sistema eletrônico poderá ocorrer de modo parcial ou exclusivamente digital.

Parágrafo Terceiro - A seu exclusivo critério, poderá o Conselho de Administração definir em seu Regimento Interno a possibilidade de participação de membro observador em reuniões do Conselho de Administração, cujas regras estarão disciplinadas no respectivo Regimento.

Parágrafo Quarto - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para instalação e deliberação.

Artigo 17 – Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos.

Artigo 18 – Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao Conselho de Administração, compete a este:

- (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) eleger e destituir os Diretores Estatutários, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos pela Diretoria Estatutária da Companhia, fixando aos Diretores Estatutários suas respectivas funções e atribuições;
- (iii) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, remuneração global fixada pela Assembleia Geral;

- (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (v) convocar as Assembleias Gerais, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social;
- (vi) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Estatutária, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;
- (vii) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia;
- (viii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia;
- (ix) aprovar as alçadas da Diretoria Estatutária que independam de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração quanto à: (a) contratação de operações comerciais, operacionais e/ou financeiras, ativas e/ou passivas da Companhia; (b) celebração de contratos entre a Companhia e empresas controladas; (c) realização de operações financeiras de derivativos; (d) outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fidejussórias, e/ou constituição de ônus reais nos ativos da Companhia; (e) alienação, aquisição ou oneração de bens do ativo imobilizado e intangível da Companhia; (f) participação em procedimentos licitatórios; (g) celebração de contratos de qualquer natureza; e (g) outra alçada necessária para execução das rotinas da Companhia;
- (x) aprovar a participação da Companhia no capital social de outras sociedades, assim como a disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior;
- (xi) autorizar a emissão de ações da Companhia nos limites do capital autorizado, previsto no Capítulo II, deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei;
- (xii) deliberar sobre a emissão de (a) bônus de subscrição; (b) instrumentos de crédito para a captação de recursos, incluindo “bonds”, nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que ultrapassem os valores de alçadas previstos no ato que deliberar sobre a alínea (ix) acima; e (c) debêntures não conversíveis em ações e/ou conversíveis em ações, observando-se os limites do Capítulo II, deste Estatuto Social;
- (xiii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ressalvadas as hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral;
- (xiv) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais;
- (xv) aprovar a criação de Comitês para o seu assessoramento, designando seus membros e estabelecendo seus regimentos internos, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão e funcionamento;
- (xvi) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento eventualmente instalados, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para os seus respectivos funcionamentos, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos;

(xvii) aprovar (i) o Código de Conduta da Companhia; (ii) a Política de Remuneração; (iii) a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês, e da Diretoria; (iv) a Política de Gerenciamento de Riscos; (v) a Política de Transação com Partes Relacionadas; (vi) a Política de Negociação de Valores Mobiliários, bem como suas alterações; e (vii) quaisquer outra(s) Política(s) obrigatório eventualmente indicada pela legislação, pela regulamentação ou pelo Regulamento do Novo Mercado;

(xviii) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Estatutária, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto Social, bem como exercer outras atribuições que a lei, o Regulamento do Novo Mercado ou este Estatuto não confiram a outro órgão da Companhia;

(xix) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i) a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço aos potenciais impactos para a liquidez das ações (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (iv) o valor econômico da Companhia e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM;

(xx) deliberar acerca das transações com partes relacionadas que sejam de sua competência, conforme definido na política correspondente da Companhia a ser aprovada pelo Conselho de Administração; e

(xxi) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle e consignar se tais transações asseguram tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia.

Seção III – Diretoria Estatutária

Artigo 19 – A Diretoria Estatutária da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo (i) 1 (um) Diretor Presidente, (ii) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças, e (iii) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos, a ser deliberada pelo Conselho de Administração. Os demais Diretores terão as designações conferidas pelo Conselho de Administração, na ata de reunião que deliberar sobre a eleição da Diretoria.

Parágrafo Primeiro - O mandato de cada Diretor será de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos.

Parágrafo Segundo. A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração eleger interinamente um substituto.

Artigo 20 – A Diretoria Estatutária reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da Reunião ao Diretor Presidente.

Artigo 21 – Compete ao Diretor Presidente:

- a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados;
- b) responder pelas estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores;
- c) coordenar e superintender as atividades da Diretoria;
- d) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais;
- e) deliberar, de forma singular, sobre criação, alteração e/ou extinção de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior;
- f) coordenar o desenvolvimento do planejamento estratégico da Companhia; e
- g) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 22 – Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças:

- a) responder pelo controle orçamentário da Companhia;
- b) coordenar e superintender as questões financeiras, administrativas;
- c) coordenar o provimento das informações financeiras;
- d) coordenar o controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia;
- e
- e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração.

Artigo 23 – Compete ao Diretor Vice Presidente de Relações com Investidores:

- a) prestar toda e qualquer informação aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à B3;
- b) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, e
- c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração e pela regulamentação emitida pela CVM e B3.

Artigo 24 – Compete ao(s) Diretor(es) Estatutário(s) sem designação específica, exemplificativamente:

- a) promover o desenvolvimento das atividades da Companhia, observado seu objeto social;
- b) coordenar a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais Diretorias; e

c) exercer as atribuições que lhes forem definidas em Reunião do Conselho de Administração, que poderá estabelecer denominações específicas para os seus cargos.

Artigo 25 – Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, bem como as atribuições e alçadas de atuação estabelecidas pelo Conselho de Administração. Compete ainda à Diretoria:

(ii) zelar pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

(iii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria Estatutária e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;

(iv) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste Estatuto Social e pelo Conselho de Administração;

(v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações;

(vi) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, em especial quanto à forma de representação da Companhia prevista no Artigo 26, bem como em observância aos limites de suas atribuições; e

(vii) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração.

Artigo 26 – A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, serão obrigatoriamente praticados (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou (ii) por 2 Diretores Estatutários, agindo sempre em conjunto; ou (iii) por Procurador, agindo em conformidade com o designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele contiverem..

Parágrafo Primeiro - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou (ii) por 2 Diretores Estatutários, agindo em conjunto. Em qualquer caso, as procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e terão um período máximo de validade de 1 (um) ano, excetuado quando se tratar de mandato ad judícia..

Parágrafo Segundo - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando prestadas em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia.

Parágrafo Terceiro - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Terceiro acima, cada Diretor (i) responde, perante a Companhia e solidariamente com esta perante terceiros, por culpa no desempenho de seu cargo e funções; e (ii) terá de restituir à companhia, com todos os lucros resultantes, os créditos ou bens sociais que aplicar, sem autorização expressa da Assembleia Geral ou do Conselho de

Administração, conforme regras legais aplicáveis, em proveito próprio ou de terceiros, e, se houver prejuízo, também por ele responderá.

CAPÍTULO V

CONSELHO FISCAL

Artigo 27 – O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da lei, e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento.

Parágrafo Primeiro - Os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse em livro próprio, que deve contemplar a sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto, observados, ainda, os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais e estatutários aplicáveis, dispensada qualquer garantia de gestão. Os membros do Conselho Fiscal empossados permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros do Conselho Fiscal eleitos.

Parágrafo Segundo - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger.

Parágrafo Terceiro - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio.

Parágrafo Quarto - Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pelo seu Regimento Interno, pela legislação societária em vigor e pelo Regulamento do Novo Mercado.

CAPÍTULO VI

EXERCÍCIO SOCIAL E LUCROS

Artigo 28 – O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e princípios contábeis, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício.

Artigo 29 – Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda.

Parágrafo Primeiro - Sobre o lucro remanescente, apurado na forma do *caput* deste artigo 28, será calculada a participação estatutária dos Administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no Artigo 152, § 1º. da Lei 6.404/76;

Parágrafo Segundo - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior:

- (a) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e
- (b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e da destinação referida no item (a) deste Parágrafo Segundo, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas.

Parágrafo Terceiro - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Artigo 30 – Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia.

Artigo 31 – A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual.

Parágrafo Primeiro - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados.

Parágrafo Segundo - Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

Parágrafo Terceiro - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

CAPÍTULO VII DA ALIENAÇÃO DE CONTROLE

Artigo 33 – A alienação, direta ou indireta, do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, de que o adquirente se obrigue a realizar, oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante.

CAPÍTULO VIII OPA POR ATINGIMENTO DE PARTICIPAÇÃO RELEVANTE

Artigo 34 - Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Diretos de Participação igual ou superior a, direta ou indiretamente, 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria ("Participação Relevante"), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante.

Parágrafo Primeiro - Para fins da obrigação prevista no *caput*, "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (vi) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social

da outra pessoa; e (vii) 2 (duas) ou mais pessoas que tenham um investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das 2 (duas) ou mais pessoas em questão. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que 2 (duas) ou mais entre tais entidades: (viii) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (ix) tenham em comum a maioria de seus administradores, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores) em comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador (que oriente as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), em caráter discricionário.

Parágrafo Segundo - Para fins de verificação do atingimento, de forma indireta, de Participação Relevante, deverá ser computada a titularidade de todas as ações com direito a voto ou Outros Direitos de Participação detidos por todo e qualquer acionista controlador ou Grupo de Acionistas controlador, direta ou indiretamente, até o beneficiário final pessoa natural do novo titular de Participação Relevante.

Parágrafo Terceiro - Para efeito desta Cláusula, "Outros Direitos de Participação" significa (i) usufruto sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia; (iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia. Observa-se que (a) as ações diretamente detidas e aquelas referenciadas por instrumentos financeiros derivativos de liquidação física serão consideradas em conjunto para fins da verificação do percentual referido no caput deste artigo e (b) a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que confirmam exposição econômica às ações não pode ser compensada com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos.

Parágrafo Quarto - Para fins do cálculo do percentual de Participação Relevante, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, da recompra de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Quinto - O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado através de laudos de avaliação, observado o disposto nos Parágrafos Sexto e Sétimo deste Artigo; (ii) o valor patrimonial constante do último balanço auditado da Companhia; e (iii) a maior cotação unitária das ações de emissão da Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Sexto - Os laudos de avaliação referidos no Parágrafo Quinto acima deverão ser elaborados por 2 (duas) instituições financeiras de primeira linha e ilibada reputação e notório conhecimento do setor de atuação da Companhia, uma escolhida pela Companhia e outra pelo acionista que faz menção este artigo, selecionadas dentre as maiores instituições que atuem no Brasil à época e que atuem em

assessoramento de clientes em fusões e aquisições de empresas. Os custos dos 2 (dois) laudos de avaliação serão arcados pela Companhia e pelo referido acionista, respectivamente.

Parágrafo Sétimo - Caso haja diferença de valor entre os 2 (dois) laudos acima referidos, o Preço da OPA terá por base o maior valor entre esses 2 (dois) laudos.

Parágrafo Oitavo - A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM n.º 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM nº 361"):

- (i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia;
- (ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3;
- (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA;
- (iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM n.º 361, ressalvado o disposto no parágrafo quarto acima; e
- (v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia.

Parágrafo Nono - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo o preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM.

Parágrafo Décimo - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável.

Parágrafo Décimo Primeiro - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável.

Parágrafo Décimo Segundo - Na hipótese de o Acionista Adquirente o não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para a realização ou solicitação do registro da OPA, conforme o caso, ou para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o referido acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilização do acionista por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo.

Parágrafo Décimo Terceiro - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e no Capítulo VII deste Estatuto não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes neste Artigo.

Parágrafo Décimo Quarto - A obrigação de realização de OPA nos termos deste Artigo não se aplica:

(i) aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia (“Data da Primeira Oferta Pública”), eram titulares de 10% (dez por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores (“Acionista(s) Original(is)”), inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias. Uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Companhia superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo 34 e seus parágrafos a tal Acionista Original.

(ii) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeiro da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas.

(iii) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de incorporação de uma outra sociedade pela Companhia;

(iv) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; e

(v) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações.

Parágrafo Décimo Quinto - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO IX JUÍZO ARBITRAL

Artigo 35 – A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado.

CAPÍTULO X LIQUIDAÇÃO

Artigo 36 – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações.

CAPÍTULO XI DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 37 - A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas.

Artigo 38 - Observado o disposto no Art. 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor de patrimônio líquido da Companhia, constante do último balanço aprovado pela assembleia geral.


Artigo 39 - Em tudo o que for omissa o presente Estatuto Social, serão aplicadas a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado e as demais disposições legais pertinentes.

--X--X--X--

As disposições contidas no artigo 18, alíneas (xv), (xvi) e (xvii) deste Estatuto somente terão eficácia a partir de 30 de abril de 2022 ou quando da aprovação dos comitês e/ou documentos referidos, o que ocorrer primeiro.

(Certifico que o presente anexo confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 08 de abril de 2022.

 Documento assinado digitalmente
 Anderson Henrique Prehs
 Data: 11/04/2022 12:26:27-0300
 Verifique em <https://verificador.iti.br>

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, Anderson Henrique Prehs, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o nº 34608, inscrito no CPF nº 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	Nº do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS



CERTIFICO O REGISTRO EM 11/04/2022 17:39 SOB Nº 20221717862.
PROTOCOLO: 221717862 DE 11/04/2022.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12204596102. CNPJ DA SEDE: 81243735000148.
NIRE: 41300071977. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 25/03/2022.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

LEILÃO DE VEÍCULOS

LOCAL: RUA EDUARDO PINTO DA ROCHA Nº 4545 CURITIBA/PR.

200 VEÍCULOS

APROXIMADAMENTE

SOMENTE ONLINE

AUTOMÓVEIS
UTILITÁRIOS
MOTOS
CAMINHÕES
E SUCATAS



20/04

QUARTA-FEIRA

10:00

HORAS

VISITAÇÃO: TERÇA-FEIRA DAS 09H00 ÀS 17H00 (entrada controlada)

Informações e lances em www.favaretoleiloes.com.br - 41-3111-9111

SÚMULA DE CONCESSÃO DA LICENÇA PRÉVIA
A Trox do Brasil Difusão de Ar Acústica Filtragem Ventilação Ltda., CNPJ 76.881.093/0001-72 torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA a Concessão Licença Prévia, válida até 14/02/2023 para Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de ar condicionado, refrigeração e ventilação e para uso industrial e comercial, peças e acessórios e serviços de tratamento e revestimento em metais situada à Rua Cyro Correa Pereira, 300, C/C, Curitiba/PR.

SÚMULA DO PEDIDO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
A Trox do Brasil Difusão de Ar Acústica Filtragem Ventilação Ltda., CNP. 76.881.093/0001-72 torna público que requereu à Secretária Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA a Licença de Operação, para Fabricação de máquinas, aparelhos e equipamentos de ar condicionado, refrigeração e ventilação e para uso industrial e comercial, peças e acessórios e serviços de tratamento e revestimento em metais situada à Rua Cyro Correa Pereira, 300, CIC, Curitiba/PR.

TECNOV SOLUÇÕES DE INFORMÁTICA, torna público que recebeu do Instituto de Água e Terra do Paraná a Licença Prévia, para armazenamento, transporte e destinação final de resíduos classe II, com validade de 08/04/2024 para Mandirituba/PR.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta
EXTRATO DA ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08/04/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 08/04/2022, às 11:00h, em segunda convocação, por meio da plataforma Teams Meetings. **2. Convocações:** Edital de convocação, segunda chamada, publicada nos websites da Companhia, da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no dia 28 de março de 2022, bem como publicação nas edições dos dias 29, 30, e 31 de março de 2022 dos jornais Estado de São Paulo e Jornal Metrópole, bem como em suas páginas da internet. **3. Publicações:** O Manual e Proposta de Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas, contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia, foi colocada à disposição dos acionistas no dia 28 de março de 2022, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades CVM e da B3 no dia 28 de março de 2022, nos termos do item 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 6º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481. **4. Presenças:** Presentes acionistas representando 62,20% do capital social votante da Companhia. Tendo sido verificado o quorum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. **5. Mesa:** A mesa teve como Presidente o Sr. Caio Gonçalves de Moraes e como Secretário o Sr. Anderson Prehs. **6. Ordem do dia:** (i) alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-la às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.406/78 e Instruções CVM; (iii) alteração da redação do caput do artigo 42 do Estatuto Social; (iv) consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações propostas nos itens (i) a (vi) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **7. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia; (ii) foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **8. Deliberações:** Após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação síntese consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 21-W da Instrução CVM 481; e (ii) análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: (i) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 73.057 votos a favor, 7.85 e 2 votos em branco e 0 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-la às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; (ii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.400.699 votos a favor, 106.235 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais; (iii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 2.256.970 votos a favor, 0 votos contrários e 84.691.864 abstenções, a alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 30) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; (iv) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.506.934 votos a favor, 0 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a consolidação do Estatuto Social da Companhia a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (vi) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata. Curitiba, 08/04/2022 Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 11/04/2022 sob nº 2022/2177862, protocolo 221177862 de 11/04/2022, Leandro Marcos Rayssel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (<https://investorpositivotecnologia.com.br/>); e (ii) website do Comissão de Valores Mobiliários - CVM (<http://www.cvm.gov.br/>) por meio do sistema IPE.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 08/04/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 08/04/2022, às 11h:30n, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giam Radey Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Mota Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o **Sr. Alexandre Silveira Dias** e como Secretário o **Sr. Anderson Henrique Prehs**. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, o Conselho de Administração, tendo em vista as alterações aprovadas na Assembleia Geral nesta data, de forma unânime, **i) Autorizou** a lavratura da ata em forma de sumário; **ii) Aprovou** nos termos do artigo 18, IX, do Estatuto Social, as alterações da Diretoria Estatutária da Companhia (alterações descritas no Anexo I da presente ata, cujo inteiro teor foi publicado na versão digital); **c) Aprovou** nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social, a retificação da nomenclatura da designação da atual Diretoria Vice-Presidente de Mercado Global e Contas Estratégicas, a qual passa a ser: **Diretoria Vice-Presidente de Instituições Públicas**; **d) Aprovou**, também em unânime, a alteração do Artigo 19 do Estatuto Social, a caracterização da designação da atual composição da Diretoria da Companhia, com mandato em curso a expirar em 04/05/2023; e **e) nos termos do Artigo 19 do Estatuto Social, e considerando as designações indicadas no item "d" acima**, as competências do Diretor Vice-Presidente Corporativo e da Diretoria Vice-Presidente Instituições Públicas. **5. Encerramento:** Lavorou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 08/04/2022. **Anderson Prehs** - Diretor Titular - JUCEPAR: Certificado o Registro em 11/04/2022 sob o nº 222121717706, protocolo 221717706 de 11/04/2022. **Leandro Marcos Rayzel Biscala** - Secretário-Geral. A integral do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (<https://it1.positivotecnologia.com.br/>); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Metrópole **EVENTO**

**EXÉRCITO COMEMORA
ANIVERSÁRIO EM CURITIBA**

Na manhã do dia 19 de abril (terça-feira/hoje), Dia do Exército, será realizada uma formatura alusiva à data nas instalações do Forte do Pinheirinho. A atividade comemorativa aos 374 anos da instituição será realizada às 10h com a presença de alunos de escolas municipais e autoridades civis e militares.

Nesta comemoração serão entregues distinções como o Diploma de Colaborador Emérito, Ordem do Mérito Militar e Medalha do Exército Brasileiro. A solenidade será realizada com o desfile das tropas e entrega das referidas condecorações.

O Dia do Exército é celebrado no dia 19 de abril em memória à Batalha dos Guararapes, que ocorreu em 19 de abril de 1648, no estado de Pernambuco. Foram as principais ações bélicas ocorridas no Nordeste brasileiro contra a presença dos holandeses na região. A data é comemorada nos quartéis de todo o território nacional.

Missões do Exército

O Exército é uma instituição nacional, permanente e regular, organizada com base na hierarquia e na disciplina, destinada à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Além disso pode exercer ações subsidiárias, tais como atividades por meio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre e apoio a eventos que ocorreram calamidade pública.

Exército no Paraná

Um dos predicados do Exército é sua capilaridade geográfica nacional e regional, estando presente no estado do Paraná em 32 municípios com 57 organizações militares, com mais de 3.000 militares.

O Comando da 5ª Divisão de Exército (5ª DE) é o mais alto escalão do Exército no estado paranaense, ten-

do como comandante o General de Divisão Fábio Benvenutti Castro.

O Patrono do Exército

Marechal Luiz Alves de Lima e Silva –
Duque de Caxias
Lutou pela consolidação da inde-
pendência, pacificou províncias
conflagradas e conduziu as ar-
mas nacionais à vitória nos con-
flitos da Bacia do Prata.

Tão importantes quanto a eficácia de suas ações militares foram a firmeza com que enfrentou os desafios e a generosidade dispensada aos adversários vencidos nos campos de batalha. Restabeleceu o império da ordem, preservou as instituições, recompôs a coesão nacional e salvou a unidade da Pátria. É reconhecido na História com o codinome de "O Pacificador".

Ordem do Mérito Militar

A Ordem do Mérito Militar é a mais alta distinção honorífica do Exército Brasileiro. Criada em 1934, foi inspirada na ordem do Mérito de São Bento de Aviz, herdada de Portugal. Essa Ordem tem como objetivo premiar militares da Força Terrestre que tenham prestado importantes serviços ao país ou tenham se destacado no Exército. Também recebem a condecoração organizações militares e instituições civis que se tornaram credoras de homenagem especial.

**Medalha do
Exército Brasileiro**

A Medalha do Exército Brasileiro foi instituída em 2016 e é destinada a distinguir cidadãos da Marinha do Brasil, da Força Aérea Brasileira e das Forças Auxiliares e instituições civis brasileiras ou estrangeiras que tenham prestado trabalho de destaque em prol do interesse do Exército Brasileiro.

SERVİÇO

Formatura Dia do Exército
Data: 19 de abril (terça-feira)
Local: Forte do Pinheirinho –
Rua 31 de Março, s/n
Horário: 10h



14ª edição da Campanha do Agasalho do Sesc PR iniciou em 18 de abril

CAMPANHA DO AGASALHO 2022

**ONDE HÁ
CALOR
HÁ MAIS
VIDA**

**CAMPANHA DO
AGASALHO 2022**

**FAÇA SUA
DOAÇÃO NO
SESC, SENAC
E EMPRESAS
PARCEIRAS ATÉ
12.AGO.22**

**INFORMAÇÕES:
0800 643 6 346**

**www.sescpr.com.br
[/campanha-do-agasalho/](#)**

Fecomerdo PFI
Soc. Sesc, Senac, etc.

Senac

Instituto Brasileiro de Contorno

Município de Belém

Pernambuco

Aparelhos

SESC

AMAZONIA

TU NA

GAZETA DO Povo

MAIS INFORMAÇÕES PELO SITE OU PELO 0800 643 6346.
 INFORMAÇÕES PARA A IMPRENSA - ISABELA MATTIOLLI
 ISABELA.MATTIOLLI@SESCPR.COM.BR - (41) 3304-2020 | 99677-4779

Roupas, calçados e cobertores podem ser doados em unidades do Sesc e do Senac, além de estabelecimentos parceiros até o dia 12 de agosto

O Sesc Paraná, o Instituto CRPCOM e a RPC iniciam no dia 18 de abril a 14ª edição da Campanha do Agasalho—Onde há calor, há mais vida. Os postos de arrecadação estarão em todas as unidades do Sesc PR e do Senac PR, em condomínios filiados ao Secovi-PR, além de empresas do comércio de bens, serviços e turismo parceiras.

As doações encerram-se no dia 12 de agosto. Podem ser doados itens de vestuário, calçados e cobertores novos ou usados, desde que em boas condições. A iniciativa mantém o compromisso social do Sesc de atender a pes-

soas em situação de vulnerabilidade social no Paraná.

A Campanha do Agasalho é realizada em parceria com os sindicatos empresariais do comércio filiados à Fecomércio PR, as Câmaras da Mulher Gestora e Empreendedora de Negócios e o Exército Brasileiro. A 14ª edição recebe o apoio das rádios 98FM e Mundo Livre FM, além dos jornais Tribuna e Gazeta do Povo.

Números

O trabalho em rede e a solidariedade do paranaense foram marcas das duas edições da campanha, que receberam mais de um milhão de peças cada. Em 2020, foram 1.000.053 peças doadas e, em 2021, 1.100.275 itens aqueceram mais de 203 mil paranaenses assistidos por 614 instituições sociais do estado.

Metrópole

**Súmulas
Publicações Legais
Concorrências
Tomadas de Preços
Avisos - Anúncios
Comunicados - Etc.**

Ligue: (41) 3383-6650 / 3024-6766 / 99973-1492

[illegible]

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

EXTRATO DA ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08/04/2022

1. Data, Hora e Local: No dia 08/04/2022, às 11:00h, em segunda convocação, por meio da plataforma Ten Meetings. **2. Convocações:** Edital de convocação, segunda chamada, publicada nos websites da Companhia, da CVM e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, no dia 28 de março de 2022, bem como publicação nas edições dos dias 29, 30, e 31 de março de 2022 dos jornais Estado de São Paulo e Jornal Metrópole, bem como em suas páginas da internet. **3. Publicações:** O Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas, contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2022, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 6º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481. **4. Presenças:** Presentes acionistas representando 62,20% do capital social votante da Companhia. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. **5. Mesa:** A mesa teve como Presidente o Sr. Caio Gonçalves de Moraes e como Secretário o Sr. Anderson Prehs. **6. Ordem do dia:** (i) alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; (ii) alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM; (iii) alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; (iv) consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renenumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **7. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia; (ii) foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **8. Deliberações:** Após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 21-W da Instrução CVM 481; e (ii) análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: (i) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 79.057.164 votos a favor, 7.891.670 votos contrários e 0 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. Brasil, Bolsa, Balcão; (ii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.400.699 votos a favor, 106.235 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais; (iii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 2.256.970 votos a favor, 0 votos contrários e 84.691.864 abstenções, a alteração da redação do caput do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; (iv) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.506.934 votos a favor, 0 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renenumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata. Curitiba, 08/04/2022. Anderson Prehs - Secretário - **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 11/04/2022 sob o nº 20221717862, protocolo 221717862 de 11/04/2022. Leandro Marcos Raysel Biscaila - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Eco Securitizadora de Direitos

Companhia Aberta - CNPJ/ME nº 10.753.164/0001-43 - NIRE 35.300.367.308

Edital de Convocação de Assembleia Geral dos Titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 122ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A.

Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A., sociedade por ações, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Pedrosa de Moraes, 1553, 3º andar, conjunto 32, inscrita no CNPJ sob nº 10.753.164/0001-43, **Convoca** os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 122ª Emissão da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. ("CRA", "Emissora" ou "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do "Termo de Securitização de Direitos Creditórios do Agronegócio para Emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 122ª Emissão, da Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. com Lastro em Créditos do Agronegócio devidos por Lasa Linhares Agroindustrial S.A." celebrado em 22 de outubro de 2021 com a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, conforme alterado ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), conforme Instrução CVM nº 625, de 14 de maio de 2020 ("ICVM 625") e do §2º do artigo 124 da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976 ("Lei 6.404"), a se reunir em 1ª (primeira) convocação, para Assembleia Geral de Titulares dos CRA, que será realizada no dia 9 de maio de 2022, às 10h00 (dez horas), de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da Plataforma eletrônica Zoom, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares de CRA devidamente habilitados, nos termos deste Edital, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia ("AGT"): (I) a aprovação da não configuração da hipótese de vencimento antecipado descrita no item (ii) da alínea (n) da cláusula 7.1.2. do "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real e Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Colocação Privada, da LASA Linhares Agroindustrial S.A." ("Escritura" ou "Escritura de Emissão"), firmado em 22 de outubro de 2021, entre a Emissora, **Lasa Linhares Agroindustrial S.A. ("Devedora")**, **JB Participações e Investimentos Ltda.** ("JB Participações"); **Companhia Alcooquímica Nacional - Alcooquímica ("Alcooquímica")**; **Carbo Gás Ltda. ("Carbo Gás")**; **Pirapama Bioenergia Ltda. ("Pirapama")** e, em conjunto em JB Participações, Alcooquímica e Carbo Gás, "Garantidores Pessoa Jurídica"; **Jaime de Vasconcelos Beltrão Júnior ("Jaime")**; e **Carlos Alberto Lacerda Beltrão ("Carlos")**, e, em conjunto com Jaime, "Garantidores Pessoa Física", e, ainda, em conjunto com os Garantidores Pessoa Jurídica, "Garantidores") e no item (ii) da alínea (n) da cláusula 7.4.2. do Termo de Securitização; (II) a modificação dos itens (i) e (ii) da alínea (n) da cláusula 7.1.2. da Escritura de Emissão e dos itens (i) e (ii) da alínea (n) da cláusula 7.4.2. do Termo de Securitização, de forma a alterar os índices financeiros a serem apurados pela Devedora e acompanhados pela Securitizadora, os quais passarão a vigorar conforme abaixo: "7.1.2. (...) (i) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 1,90x em 2022, 1,85x em 2023, 1,80x em 2024 e 1,75x em 2025, apurado com base nas Demonstrações Financeiras dos últimos 12 (doze) meses; e (ii) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pela Moagem deverá ser igual ou inferior a 145 em 2022, 2023, 2024 e 2025, apurado com base nas Demonstrações Financeiras dos últimos 12 (doze) meses." "7.4.2. (...) (i) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pelo EBITDA, que deverá ser igual ou inferior a 1,90x em 2022, 1,85x em 2023, 1,80x em 2024 e 1,75x em 2025, apurado com base nas Demonstrações Financeiras dos últimos 12 (doze) meses; e (ii) índice financeiro decorrente do quociente da divisão do total da Dívida Líquida pela Moagem deverá ser igual ou inferior a 145 em 2022, 2023, 2024 e 2025, apurado com base nas Demonstrações Financeiras dos últimos 12 (doze) meses." (III) a autorização para a Securitizadora e o Agente Fiduciário, em conjunto, praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima, incluindo, sem limitação a celebração de eventuais aditamentos ao Termo de Securitização, à Escritura de Emissão e aos demais documentos que sejam necessários. A Securitizadora deixa registrado, para fins de esclarecimento, que (a) o quórum de instalação da assembleia em primeira convocação é de 50% (cinquenta por cento) dos CRA em circulação; (b) as deliberações descritas no item (i) acima estão sujeitas à aprovação por, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) dos CRA em circulação; e (c) as deliberações descritas no item (ii) acima estão sujeitas à aprovação por, no mínimo, 90% (noventa por cento) dos CRA em circulação. **Informações Gerais aos Titulares de CRA:** (i) Nos termos do artigo 4º, parágrafo primeiro, da Instrução CVM 625, o titular de CRA que pretender participar pelo sistema eletrônico deverá encaminhar os documentos listados no item "(iii)" abaixo preferencialmente em até 2 (dois) dias antes da realização da AGT. Será admitida a apresentação dos documentos referidos no parágrafo acima por meio de protocolo digital, a ser realizado por meio de plataforma eletrônica, conforme previsto no artigo 4º, parágrafo terceiro, da Instrução CVM 625. (ii) Observado o disposto na Instrução CVM 625, e, de acordo com o item "(i)" anterior e "(iii)" posterior, os Titulares de CRA deverão encaminhar, à Emissora e ao Agente Fiduciário, para os e-mails assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, cópia dos seguintes documentos: 1. quando pessoa física, documento de identidade; 2. quando pessoa jurídica, cópia de atos societários e documentos que comprovem a representação do titular de CRA; e 3. se Fundos de Investimento: cópia do último regulamento consolidado do fundo e do estatuto ou contrato social do seu administrador, além da documentação societária outorgando poderes de representação; e 4. quando for representado por procurador, tão somente a procuração com poderes específicos para sua representação na AGT e documento de identidade do outorgado, obedecidas as condições legais. (iii) Após o horário de início da AGT, os Titulares de CRA que tiverem sua presença verificada em conformidade com os procedimentos acima detalhados, poderão proferir seu voto na plataforma eletrônica de realização da AGT, verbalmente ou por meio do chat que ficará salvo para fins de apuração de votos, sendo permitida a manifestação via instrução de voto a distância. (iv) Quaisquer documentos e/ou informações relevantes relacionados à Ordem do Dia e que venham a ser obtidos pela Emissora serão oportunamente disponibilizados nas páginas da rede mundial de computadores da Emissora (<https://www.ecoagro.agr.br>) e do Agente Fiduciário (<https://www.pentagonotrustee.com.br/>) aos Titulares de CRA, para suporte às discussões e deliberações acima descritas. **Instrução de Voto a Distância:** Os Titulares de CRA poderão enviar seu voto de forma eletrônica à Emissora e ao Agente Fiduciário nos correios eletrônicos assembleia@ecoagro.agr.br e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, conforme modelo de Instrução de Voto disponibilizado na mesma data da publicação deste Edital de Convocação pela Emissora em seu website <https://www.ecoagro.agr.br/emissoes>, sendo sugerido seu envio preferencialmente até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGT. Para que a Instrução de Voto a Distância seja considerada válida, é imprescindível: (i) o preenchimento de todos os campos, incluindo a indicação do nome ou denominação social completa do Titular de CRA, se pessoa física, ou do gestor do fundo, se representante de fundo de investimentos, e o número do CPF ou CNPJ, bem como indicação de telefone e endereço de e-mail para eventuais contatos; (ii) a assinatura ao final da Instrução de Voto a Distância do Titular de CRA ou seu representante legal, conforme o caso, e nos termos da legislação vigente. As Instruções de Voto a Distância deverão ser assinadas, sendo aceitas as assinaturas através de plataforma digital, com cópia do documento de identidade do(s) signatário(s), e deverão ser enviadas preferencialmente com até 2 (dois) dias de antecedência da data de realização da AGT, podendo ser encaminhada até o horário de início da assembleia, juntamente com os documentos listados nas instruções acima, aos cuidados da Emissora, para o e-mail assembleia@ecoagro.agr.br e ao Agente Fiduciário, para o e-mail assembleias@pentagonotrustee.com.br. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão os significados a eles atribuídos no Termo de Securitização. São Paulo, 18 de abril de 2022. **Eco Securitizadora de Direitos Creditórios do Agronegócio S.A. - Cristiane de Almeida Fumagalli** - Diretor de Relações com Investidores.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARCO IRIS-SP PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2022

A Prefeitura Municipal de Arco Iris/SP torna público que se encontra aberto no Setor de Licitações o PREGÃO PRESENCIAL Nº 08/2022, para Registro de Preços para eventual aquisição de medicamentos para as unidades de saúde do município de Arco-Iris. A Sessão de recebimento dos envelopes, análise e julgamento será no dia 04/05/2022 até às 08h00, e a abertura dos envelopes 04/05/2022 às 08h15. A minuta de edital em inteiro teor está à disposição dos interessados de 2ª a 6ª feira, das 9h às 16h no Setor de Licitações da Prefeitura, telefone (14) 3477-1128 ou no site: www.arcoiris.sp.gov.br. Arco Iris/SP, 07/04/2022.
Aldo Mansano Fernandes - Prefeito Municipal



PREGÃO ELETRÔNICO GAT Nº 012/2022

FUNDAÇÃO SABESP DE SEGURIDADE SOCIAL

Objeto: A venda de 02 (dois) conjuntos comerciais de propriedade da SABESP/SP, ambos localizados no Edifício José Bonifácio de Andrade e Silva na Alameda Santos, n.º 1827, Cerqueira Cesar, São Paulo - SP, CEP 01419-909, Maior Preço - Disputa de lances dia 04/05/2022 às 15h30. Edital completo por meio do site www.sabesp.gov.br/compras ou www.bilcompras.com.br - "acesso identificado". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MAUÁ

Aviso de Licitação

PE RP 035/2022; PA 2343/2022; Objeto: Fornecimento de insumos para o Programa Café Comunitário do Trabalhador e demandas das secretarias municipais. Abertura: 04/05/2022 às 09:00hs. O edital encontra-se no site www.maua.sp.gov.br e www.comprasbr.com.br. Inf: (11)4512-7824. Vanessa Lima dos Passos Mattiello – Diretora de Divisão de Compras – Secretária de Finanças.

Mobitech Locadora de Veículos S.A.

CNPJ/ME nº 19.091.996/0001-16 - NIRE 35300576349

Ata de Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 14 de Fevereiro de 2022

1. Data, Hora e Local: 14 de fevereiro de 2022, às 11h30, na sede social da Mobitech Locadora de Veículos S.A. ("Companhia"), na Avenida Rio Branco, nº 1448, Térreo, Campos Eliseos, São Paulo/SP, CEP 01206-001. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Presidente - Sr. Marcos Roberto Loução; Secretária - Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. **4. Ordem do Dia:** A Assembleia Geral Extraordinária foi convocada para deliberar sobre as seguintes matérias: a) Alteração do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia para fazer constar a modificação da composição da Diretoria para criação de um novo cargo de Diretor de Serviços de Mobilidade; b) Eleição de novo membro da Diretoria da Companhia; c) Ratificação da atual composição da Diretoria da Companhia; e, d) Consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as modificações conforme aprovadas nos itens precedentes. **5. Deliberações:** A Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade de votos e sem ressalvas: 5.1. Aprovou a alteração da redação do caput do artigo 6º do Estatuto Social para fazer constar a modificação da atual composição da Diretoria para a criação de um novo cargo de Diretor de Serviços de Mobilidade, aumentando o limite máximo de Diretores de 09 (nove) para 10 (dez) membros. 5.1.1. Em consequência desta aprovação, o caput do artigo 6º do Estatuto Social passará a constar com a seguinte redação: **"Artigo 6º.** A Diretoria será composta por 10 (dez) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing; 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Serviços de Mobilidade e 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição." 5.2. Aprovou a eleição do Sr. Gustavo do Valle Fehlberg, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 09.401.942-9, inscrito no CPF/ME sob o nº 025.445.957-95, com domicílio profissional na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 10º andar, Campos Eliseos, São Paulo/SP, para ocupar o cargo de Diretor de Serviços de Mobilidade, completando o mandato que se estenderá até a Assembleia que aprovar as contas do exercício social de 2023. 5.2.1. O diretor eleito declara, para todos os fins e efeitos de direito, que não está incurso em nenhum dos crimes que o impeça de exercer atividades mercantis e que têm amplo conhecimento dos preceitos contidos no artigo 147 da Lei nº 6.404/76. 5.2.2. O diretor eleito será investido em seu cargo mediante a assinatura do respectivo termo de posse, que será lavrado em livro próprio da Companhia. 5.3. Aprovou a consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir as alterações deliberadas nesta Assembleia, o qual passará a vigorar conforme a redação do Anexo 1. **6. Documentos Arquivados na Sociedade:** termo de posse e declaração de desimpedimento, procuração societária e demais documentos pertinentes a ordem do dia. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 14 de fevereiro de 2022. **Presidente da Mesa** - Sr. Marcos Roberto Loução, **Secretária da Mesa** - Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Acionistas: Porto Seguro S.A.**, por seu Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, Sr. Marcos Roberto Loução, e por sua procuradora Sra. Aline Salem da Silveira Bueno; **Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.**, por sua procuradora, Sra. Aline Salem da Silveira Bueno. A presente é cópia fiel da lavrada em livro próprio. Aline Salem da Silveira Bueno - Secretária da Mesa. **JUCESP** nº 182.205/22-8 em 08/04/2022. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social da Mobitech Locadora de Veículos S.A. - Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração - Artigo 1º.** A Mobitech Locadora de Veículos S.A. é uma sociedade por ações regida pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis ("Companhia"). **Parágrafo Único:** A Companhia adota o nome fantasia de **Mobitech**. **Artigo 2º.** A Companhia tem sua sede na Capital do Estado de São Paulo, na Avenida Rio Branco, nº 1448, Térreo, Campos Eliseos, CEP 01206-001. **Parágrafo Único.** Por deliberação da Diretoria poderão ser instalados, transferidos ou extintos escritórios, filiais, agências ou representações em qualquer ponto do território nacional ou do exterior. **Artigo 3º.** A Companhia tem por objeto social os desenvolvimentos das seguintes atividades: (a) o aluguel e a terceirização de veículos ou frota de veículos; (b) serviços de identificação de público alvo e a atuação como prestadora de serviços para obtenção de créditos e financiamento ao consumo, para pessoas físicas e jurídicas, junto às entidades oficialmente credenciadas; (c) serviços de encaminhamento de pedidos de financiamento ao consumo às instituições especializadas; (d) serviços de análise de créditos e de cadastros ao consumo; (e) serviços de processamento de dados, inclusive das operações pactuadas por instituições financeiras; e (f) a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, simples ou empresárias, na qualidade de sócia ou acionista. **Artigo 4º.** O tempo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social - Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 134.250.000,00 (cento e trinta e quatro milhões, duzentos e cinquenta mil reais) dividido em 134.250.000 (cento e trinta e quatro milhões, duzentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal. **Parágrafo 1º.** As ações poderão pertencer a pessoas físicas e jurídicas. **Parágrafo 2º.** No caso de aumento de capital, os acionistas terão preferência para subscrição na proporção das ações que possuírem. **Parágrafo 3º.** Nos casos de reembolso de ações previstos em lei, o valor do reembolso corresponderá ao seu valor patrimonial líquido, observado o disposto nos artigos 45 e 182 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo das demais disposições legais ou infralegais aplicáveis à avaliação do patrimônio líquido. **Capítulo III - Diretoria - Artigo 6º.** A Diretoria será composta por 10 (dez) membros, sendo 01 (um) Diretor Presidente, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos, 01 (um) Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing; 01 (um) Diretor Jurídico e Riscos, 01 (um) Diretor de Controladoria, 01 (um) Diretor Financeiro, 01 (um) Diretor de Serviços de Mobilidade; e 01 (um) Diretor de Pessoas e Sustentabilidade, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral pelo prazo de 03 (três) anos, permitida a reeleição. **Artigo 7º.** A investidora dos membros da Diretoria nos respectivos cargos far-se-á mediante termo lavrado no livro de Atas de Reuniões da Diretoria. Findo o mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos. **Artigo 8º.** A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global anual dos administradores, a ser distribuída conforme deliberação da Diretoria. Além dos honorários, a Diretoria fará jus a uma participação anual nos lucros da Companhia; até 0,1 (um décimo) dos lucros e observado o disposto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º.** Compete à Diretoria: a) praticar todos os atos de administração da Companhia; b) resolver sobre a aplicação dos fundos sociais, transgir, renunciar a direitos, contrair obrigações, adquirir, vender, emprestar ou alienar bens, observadas as restrições legais; c) praticar todos os atos e operações que se relacionarem com o objeto social; d) deliberar sobre a criação e extinção de empregos ou funções remuneradas; e) representar a Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, perante terceiros, quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedade de economia mista e entidades paraestatais; e f) resolver sobre a criação, alteração ou extinção de filiais, agências ou representações, onde convier aos interesses sociais da Companhia. **Parágrafo 1º.** Observado o disposto no parágrafo 4º deste artigo, as escrituras de qualquer natureza, os cheques, as ordens de pagamento, os contratos e, em geral, quaisquer documentos que importem em responsabilidade ou obrigações para a Companhia, serão obrigatoriamente assinados: a) por 2 (dois) Diretores em conjunto; b) por 1 (um) Diretor em conjunto com 1 (um) Procurador; c) por 2 (dois) Procuradores em conjunto, desde que investidos de especiais e expressos poderes. **Parágrafo 2º.** A Companhia poderá ser representada por apenas 01 (um) Diretor ou 01 (um) Procurador, investido de específicos poderes, nos seguintes casos: a) atos de rotina realizados fora da sede social; b) atos de representação em juízo (exceto aqueles que importem renúncia a direitos); c) atos de representação em Assembleias, contratos sociais, alterações de contratos sociais, distratos e reuniões de sócios de sociedades das quais participe como acionista, sócia ou quotista; d) atos praticados perante quaisquer órgãos e entidades administrativos públicos ou privados; e e) atos de simples administração social, entendidos estes como os que não gerem obrigações para a Companhia e nem exonerem terceiros de obrigações para com ela. **Parágrafo 3º.** As procurações em nome da Companhia serão outorgadas por 2 (dois) diretores em conjunto e devem especificar expressamente os poderes conferidos, os atos a serem praticados e o prazo de validade, sempre limitado a 2 (dois) anos, excetuadas as destinadas para representação em processos administrativos ou com cláusula ad judicium que serão outorgadas individualmente por qualquer um dos diretores e poderão ter prazo indeterminado. **Parágrafo 4º.** Nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis, bem como nos atos que envolvam interesses societários, a Companhia deverá ser representada por 2 (dois) Diretores, sendo 1 (um) obrigatoriamente o Diretor Presidente ou o Diretor Vice-Presidente - Negócios Financeiros e Serviços, ou o Diretor Vice-Presidente - Corporativo e Institucional ou o Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos. **Parágrafo 5º.** As deliberações da Diretoria somente serão válidas quando presentes, no mínimo, a metade e mais um de seus membros em exercício e constarão de Atas lavradas em livro próprio, cabendo ao Diretor Presidente o voto de qualidade. **Artigo 10.** No caso de vaga de Diretor, os demais Diretores indicarão, dentre eles, um substituto que acumulará as funções do substituído até a primeira Assembleia Geral, à qual caberá deliberar a respeito da eleição de novo diretor. **Parágrafo Único.** Nas ausências ou impedimento temporário de qualquer dos Diretores por mais de 30 (trinta) dias, os demais Diretores poderão escolher, dentre eles, um substituto para exercer as funções do Diretor ausente ou impedido. **Capítulo IV - Conselho Fiscal - Artigo 11.** O Conselho Fiscal será composto de 3 (três) membros efetivos e de seus respectivos suplentes, eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária entre acionistas ou não, residentes no País, com observância das prescrições legais, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único.** O Conselho Fiscal não será permanente. Será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas que representem, no mínimo, um décimo das ações com direito a voto, terminando seu período de funcionamento na primeira Assembleia Geral Ordinária, após sua instalação. **Artigo 12.** Os membros do Conselho Fiscal perceberão a remuneração que for fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Capítulo V - Assembleias Gerais - Artigo 13.** A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, guardados os preceitos de direito nas respectivas convocações, que serão feitas por qualquer Diretor. **Parágrafo Único.** O presidente da Assembleia convidará um dos presentes para secretariar a Mesa. **Artigo 14.** As Assembleias Gerais Extraordinárias reunir-se-ão todas as vezes que forem legais e regularmente convocadas, constituindo-se a Mesa pela forma prescrita no artigo anterior. **Artigo 15.** Os anúncios de primeira convocação das Assembleias Gerais serão publicados pelo menos 3 (três) vezes no Diário Oficial e em um jornal de grande circulação na Sede da Companhia, com antecedência mínima de 8 (oito) dias contados do primeiro edital. **Parágrafo Único.** As demais convocações das Assembleias Gerais processar-se-ão pela forma prescrita neste artigo, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias. Independentemente de prévia convocação, será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas. **Artigo 16.** Uma vez convocada a Assembleia Geral, ficam suspensas as transferências de ações até que seja realizada a Assembleia ou fique sem efeito a convocação. **Artigo 17.** As deliberações das Assembleias serão tomadas por maioria absoluta de votos, observadas as disposições legais quanto a exigência de quórum especial. **Parágrafo Único.** A cada ação corresponde um voto. **Artigo 18.** Verificando-se o caso de existência de ações objeto de comunhão, o exercício de direitos a elas referentes caberá a quem os Condôminos designarem para figurar como representante junto à Sociedade, ficando suspenso o exercício destes direitos quando não for feita a designação. **Artigo 19.** Os Acionistas poderão fazer-se representar nas Assembleias Gerais por procuradores nos termos do parágrafo 1º do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 20.** Para que possam comparecer às Assembleias Gerais, os representantes legais e os procuradores constituídos farão a entrega dos respectivos documentos comprobatórios na Sede da Companhia com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência. **Capítulo VI - Exercício Social, Lucros e Distribuição de Resultados - Artigo 21.** O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que serão elaboradas as demonstrações financeiras anuais. **Parágrafo Único.** A Diretoria poderá determinar o levantamento de balanços semestrais, ou relativo a períodos inferiores, para quaisquer fins, inclusive para pagamento de juros sobre o capital próprio e/ou distribuição de dividendos à conta de lucro do período apurado em tais balanços, observado o disposto neste estatuto social e na legislação aplicável. **Artigo 22.** Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, automaticamente e independentemente de deliberação assemblear, os prejuízos acumulados, se houver, e a provisão para o imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro. Do saldo de lucros remanescentes, será calculada a participação a ser atribuída aos administradores, nos termos do art. 152 da Lei nº 6.404/1976. O lucro líquido do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções referidas nesse artigo. **Artigo 23.** Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal (art. 193 da Lei nº 6.404/76), até que atinja o valor correspondente a 20% (vinte por cento) do capital social. A destinação à reserva legal poderá ser dispensada no exercício em que o saldo desta reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% (trinta por cento) do capital social. **Artigo 24.** O lucro líquido do exercício será, ainda, quando for o caso, diminuído das importâncias destinadas à constituição da reserva de capital, à reserva para contingências (art. 195 da Lei nº 6.404/76) e à reserva de incentivos fiscais (art. 195-A da Lei nº 6.404/76), de um lado, e, de outro lado, quando for o caso, acrescido da reversão da reserva para contingências e da reserva de lucros a realizar (art. 192, III, da Lei nº 6.404/76) formadas em exercícios anteriores. O lucro líquido ajustado do exercício será o resultado do que remanescer após as deduções e adições referidas nos artigos 24 e 25 e terá a seguinte destinação: a) 25% (vinte e cinco por cento) serão destinados ao pagamento do dividendo mínimo obrigatório aos acionistas; e b) o saldo remanescente será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas prevista no artigo 25 deste estatuto ou, alternativamente, poderá ter a destinação que a Assembleia Geral determinar, observadas as disposições legais aplicáveis. **Parágrafo Único.** O dividendo mínimo obrigatório previsto neste artigo poderá deixar de ser pago no exercício social em que a Diretoria informar que seu pagamento é incompatível com a situação financeira da Companhia. Os lucros que assim deixarem de ser distribuídos serão registrados como reserva especial e, se não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos aos acionistas assim que permitir a situação financeira da Companhia. **Artigo 25.** A Companhia terá uma reserva estatutária denominada "Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas", que terá como finalidade compensar eventuais perdas e prejuízos e assegurar os recursos suficientes para a expansão das atividades e investimentos da Companhia. **Parágrafo 1º.** Será destinado à Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas o saldo do lucro líquido ajustado apurado em cada exercício, após efetivada a destinação prevista no artigo 25 deste estatuto social. **Parágrafo 2º.** O saldo da Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas não poderá exceder o capital social, nem isoladamente, nem em conjunto com as demais reservas de lucros, com exceção das reservas para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, conforme disposto no art. 199 da Lei nº 6.404/1976. Ultrapassado esse limite, a Assembleia Geral deverá destinar o excesso para distribuição de dividendos aos acionistas ou aumento do capital social. Ainda que não atingido o limite estabelecido neste parágrafo, a Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, deliberar a distribuição dos valores contabilizados na Reserva para Investimentos e Compensações de Perdas aos acionistas, como dividendos, bem como sua capitalização. Caso a administração da Companhia considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, poderá propor à Assembleia Geral que, em determinado exercício, o valor que seria destinado a tal reserva seja integralmente ou parcialmente distribuído aos acionistas como dividendos, ou capitalizado em aumento de capital social. **Artigo 26.** Sem prejuízo do dividendo mínimo obrigatório, a Companhia, por determinação da diretoria, poderá: a) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de reservas de lucros existentes no último balanço anual apurado em Assembleia Geral de acionistas; b) semestralmente, distribuir dividendos a conta de lucros acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço semestral; c) a qualquer tempo, distribuir dividendos à conta de lucro acumulados no exercício em curso, conforme apurado em balanço levantado em periodicidade inferior a semestral, desde que, nesse caso, o montante de dividendos a ser pago no exercício não supere o saldo das reservas de capitais de que trata o art. 182, parágrafo 1º, da Lei 6.404/1976; e d) a qualquer tempo, creditar ou pagar aos acionistas juros sobre o capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. **Parágrafo Único.** Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 27.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 3 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 08 DE ABRIL DE 2022

1. Data, Hora e Local: No dia 08 de abril de 2022, às 11:00 horas, em segunda convocação, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Instrução CVM nº 481/09 e em conformidade com as instruções detalhadas no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Companhia. **2. Convocações:** Edital de Convocação, segunda chamada, foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) no dia 28 de março de 2022, bem como publicado nos termos do artigo 124, *caput* e §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 (“Lei das Sociedades por Ações”), nas edições dos dias 29, 30 e 31 de março de 2022 dos jornais Estado de São Paulo (páginas B14, B27, B19, respectivamente) e Jornal Metrópole (páginas 16, 06, 03, respectivamente), bem como em suas páginas na internet. **3. Publicações:** O Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas, contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2022, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 6º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 481. **4. Presenças:** Presentes acionistas representando 62,20% (sessenta e dois vírgula vinte por cento) do capital social votante da Companhia, conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia, nos termos dos arts. 21-V, II e 21-W, II e III, da Instrução CVM 481 e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação a distância, nos termos dos arts. 21-V, III e 21-W, III, da Instrução CVM 481. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. **5. Mesa:** Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes; Secretário: Sr. Anderson Prehs. **6. Ordem do Dia:** (I) alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), *caput* e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) - nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35); (II) alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, *caput*; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) *caput* e parágrafos segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), *caput* e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) *caput* e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), *caput* e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) *caput* e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) *caput* e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), *caput* e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39; (III) alteração da redação do *caput* do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social; e (IV) consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social. **7. Leitura de Documentos e Lavratura da Ata:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; (ii) foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações. **8. Deliberações:** Após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 21-W da Instrução CVM 481; e (ii) análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: (i) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 79.057.164 votos a favor, 7.891.670 votos contrários e 0 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia, com objetivo de adequá-lo às previsões constantes no vigente Regulamento do Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, parágrafo único; artigo 8º (novo artigo 12), inciso (xii) e parágrafo único; artigo 9º (novo artigo 13) parágrafo primeiro; artigo 10 (novo artigo 14), *caput* e parágrafos primeiro e segundo; artigo 14 (novo artigo 18), exclusão da alínea (xv), inclusão das novas alíneas (xv), (xvi), (xvii) e alteração da redação da alínea (xx) - nova alínea (xix); artigo 26 (novo artigo 27), parágrafo primeiro; artigo 31 (novo artigo 33); exclusão dos artigos 32 à 41; e artigo 44 (novo artigo 35), conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata; (ii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.400.699 votos a favor, 106.235 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a alteração do Estatuto Social da Companhia para melhoria de governança e com o objetivo de refletir as práticas, estruturas e atividades desempenhadas pela Companhia, bem como prever de forma mais assertiva as disposições legais, regulamentares e de governança previstas na Lei nº 6.404/76 e Instruções CVM, por meio de ajustes das seguintes disposições estatutárias: artigo 1º, *caput*; artigo 2º; artigo 3º; artigo 5º, parágrafo terceiro (novo artigo 6º e seus parágrafos); artigo 5º, parágrafo quinto (novo artigo 8º); artigo 7º (novo artigo 11) e seus parágrafos; artigo 8º (novo artigo 12), incisos (ii) à (xi); artigo 9º (novo artigo 13) *caput* e parágrafos segundo e terceiro; artigo 11 (novo artigo 15); artigo 12 (novo artigo 16), *caput* e seus parágrafos; artigo 14 (novo artigo 18), todas as alíneas, exceto quanto as alíneas do mesmo artigo já listadas no item (i) deste Edital; artigo 15 (novo artigo 19) *caput* e seus parágrafos; artigo 16 (novo artigo 20); artigo 17 (novo artigo 21); artigo 18 (novo artigo 22); exclusão dos artigos 19, 20 e 21; artigo 22 (novo artigo 23), *caput* e suas alíneas; artigo 24 (novo artigo 25) *caput* e suas alíneas; artigo 25 (novo artigo 26) *caput* e seus parágrafos; artigo 26 (novo artigo 27), *caput* e parágrafo quarto; artigo 42 (novo artigo 34), parágrafos primeiro à décimo quarto; exclusão do artigo 43; e inclusão dos novos artigos 37, 38 e 39, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata; (iii) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 2.256.970 votos a favor, 0 votos contrários e 84.691.864 abstenções, a alteração da redação do *caput* do artigo 42 (novo artigo 34) e exclusão do parágrafo décimo quinto do artigo 42 do Estatuto Social, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cuja nova redação dos artigos alterados pode ser verificada no Anexo I da presente ata; (iv) Aprovar, por maioria, tendo sido computados 71.506.934 votos a favor, 0 votos contrários e 15.441.900 abstenções, a consolidação do Estatuto Social de forma a refletir as alterações propostas nos itens (i) a (iii) da ordem do dia, inclusive por meio da renumeração, quando necessária, de artigos e parágrafos para a correta estruturação do Estatuto Social, conforme constante no Manual e Proposta da Administração para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgado pela Companhia e cujo inteiro teor e versão consolidada do Estatuto Social encontra-se no Anexo I da presente ata; **9. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata. **Acionistas presentes:** Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 21-V, I e 21-W, III, da Instrução CVM 481, são considerados presentes nesta assembleia geral na presente ata: Continental Fund de Investimento em Ações; Debora de Souza Morsch; Executive Top Fundo de Investimentos em Ações; Neon Liberty Wt Ji Master Fund Lp.; Spone Pipe Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia; Zenith Hayr Fundo de Investimento em Ações; Zenith Victoria Regia Fundo de Investimento em Ações. Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 21-V, II e 21-W, II e III, da Instrução CVM 481, são considerados presentes nesta assembleia geral na presente ata: Alaska Permanent Fund.; American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark; American Century Etf Trust - Avantis Emerging Mark; City of Los Angeles Fire and Police Pension Plan; City of New York Group Trust; Cixares Libero Vargas; Claritas Quant Master Firm; Daniela Cesar Formighieri Rigolino; Dimensional Emerging Core Equity Market Etf Of Dim; Dimensional Emerging Mkts Value Fund; Emt Mkrts Core Eq Port Dfa Invest Dimens Grou; Giem Raduy Guimaraes; Helio Bruck Rotenberg; Isabela Cesar Formighieri; John Hancock Variable Ins Trust Emerging Markets Value Trust; Lucas Raduy Guimaraes; Paulo Fernando Ferrari Lago; Rodrigo Cesar Formighieri; Samuel Ferrari Lago; Sofia Guimaraes Von Riddler; Spdr Sp Emerging Markets Etf; Spdr Sp Emerging Markets Small Cap Etf; Thais Susana Ferrari Lago; The Board Of a.c.e.r.s.los Angeles, California; Trígono Etf Teva Acoes Micro Caps Fundo De Indíce; Trígono Flagship Small Caps Master Fia; Trígono Horizon Microcap Master Fia; Trígono Icatu 100 Fundo De Investimento Em Acoes Previdencia; Utah State Retirement Systems; Wisdomtree Emerging Markets Smallcap Dividend Fund. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)* Curitiba, 08 de abril de 2022. **Anderson Prehs - Secretário -OAB/PR 34.608. Anexo I: (Ata de Assembleia geral Extraordinária da Positivo Tecnologia S.A., de 08 de abril de 2022). Estatuto Social da Positivo Tecnologia S.A. - CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE 41.300.071.977 - Companhia Aberta. Capítulo I - Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - A Positivo Tecnologia S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das S.A.”). **Parágrafo Único** - Com o ingresso da Companhia no Novo Mercado da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“Novo Mercado” e “B3”, respectivamente), sujeitam-se a Companhia, seus acionistas, incluindo acionistas controladores, Administradores e membros do Conselho Fiscal, quando instalado, às disposições do Regulamento do Novo Mercado da B3 (“Regulamento do Novo Mercado”). **Artigo 2º** - A Companhia tem sua sede social na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, podendo, por deliberação singular do Diretor Presidente, criar e extinguir filiais, escritórios, depósitos e dependências de quaisquer naturezas, no Brasil ou no exterior. **Artigo 3º** - A Companhia tem por objeto: a) a industrialização, por meio de fabricação própria ou por meio de terceirização fabril, importação, exportação, comercialização (atacado ou varejo), incluindo por meio de comércio eletrônico (e-commerce), distribuição, licenciamento e/ou cessão, locação e assistência técnica e/ou serviços de pós-venda de: i. Bens, produtos e equipamentos de qualquer natureza na área de informática, produtos eletrônicos e ópticos; ii. Máquinas, aparelhos, equipamentos, dispositivos e materiais elétricos, eletrônicos e eletroeletrônicos, inclusive aqueles relacionados à tecnologia para automação residencial e de escritórios; iii. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de telecomunicações e transmissores de comunicação, suas partes, peças e acessórios; iv. Lâmpadas e outros aparelhos, equipamentos e dispositivos de iluminação; v. Aparelhos, equipamentos e dispositivos para sinalização e alarme, suas partes, peças e acessórios; vi. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de sinalização visual e/ou acústica, sensores movimento, presença, temperatura, suas partes, peças e acessórios; e vii. Aparelhos, equipamentos e dispositivos de controle de acesso, dispositivos de proteção elétrica, controladores, iluminação, fontes de alimentação, baterias, nobreaks, suas partes, peças e acessórios. b) o desenvolvimento, comercialização e locação, licenciamento e/ou cessão de softwares e sistemas diversos; c) o comércio, desenvolvimento e licenciamento de sistemas ou programas de computador customizáveis e não customizáveis; d) a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos tecnológicos na área de informática e eletroeletrônica; e) a reparação, manutenção e assistência técnica de computadores, inclusive portáteis e de equipamentos de informática periféricos, terminais de autoatendimento, equipamentos de comunicação, máquinas, aparelhos, equipamentos, dispositivos e materiais elétricos, eletrônicos e eletroeletrônico; f) a representação, comercialização, planejamento, implantação, treinamento, suporte técnico, suporte pedagógico e assistência técnica de equipamentos, laboratórios e mobiliário de informática, franquias, sistemas de aplicação pedagógica, sistemas de administração escolar e sistemas didáticos de ensino; g) a prestação de serviços na área de informática e congêneres; h) a comercialização ou cessão de direitos autorais, próprios e de terceiros; i) a editoração e comercialização de livros; j) a participação societária em empresas e/ou empreendimentos de qualquer natureza, que tenham ou não objeto social idêntico ao da Companhia; k) o desenvolvimento e manutenção de portal, provedor de conteúdo ou outros serviços de informação e veiculação de conteúdo na internet. **Artigo 4º** - O prazo de duração da Companhia é indeterminado. **Capítulo II - Capital Social e Ações: Artigo 5º** - O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 742.700.000,00 (setecentos e quarenta e dois milhões e setecentos mil reais), dividido em 141.800.000 (cento e quarenta e um milhões e oitocentos mil) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. **Parágrafo Primeiro** - Cada ação ordinária corresponderá a um voto nas Assembleias Gerais. **Parágrafo Segundo** - A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. **Artigo 6º** - A Companhia possui capital autorizado, podendo aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições da emissão, podendo o Conselho de Administração emitir até 125.000.000 (cento e vinte e cinco milhões) de novas ações ordinárias. **Parágrafo Primeiro** - Na hipótese prevista no *caput* deste Artigo, o Conselho de Administração fixará o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, assim como o prazo e as condições de integralização. **Parágrafo Segundo** - Dentro do limite do capital autorizado no *caput* deste Artigo, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição e a emissão de debêntures conversíveis em ações, assim como o aumento de capital mediante capitalização de lucros ou reservas, com ou sem bonificação em ações. **Parágrafo Terceiro** - Dentro do limite do capital autorizado no *caput* deste Artigo e de acordo com o plano aprovado em Assembleia Geral, o Conselho de Administração da Companhia poderá outorgar opções de compra ou subscrição de ações aos Administradores, empregados e prestadores de serviços da Companhia, sem direito de preferência para os acionistas quando da outorga ou do exercício das opções. **Artigo 7º** - Na proporção do número de ações que possuírem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, na forma do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. O direito de preferência poderá ser cedido, no todo ou em parte, aos demais acionistas, cujo exercício será feito de forma proporcional à participação de cada um no capital social. O direito de preferência será exercido dentro do prazo decadal de 30 (trinta) dias. **Artigo 8º** - A exclusivo critério do Conselho de Administração, a Companhia poderá reduzir ou excluir o prazo para o exercício do direito de preferência na emissão de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores, subscrição pública ou permuta por ações em oferta pública obrigatória de aquisição de controle, nos termos dos artigos 257 a 263 da Lei nº 6.404/76. Também não haverá direito de preferência na outorga e no exercício de opção de compra de ações, na forma do disposto no §3º do artigo 171 da Lei nº 6.404/76. **Artigo 9º** - No caso de não realização do preço de emissão das ações nas condições previstas no boletim de subscrição ou nas respectivas chamadas de capital, ficará o acionista remisso de pleno direito constituído em mora, na forma do artigo 106, §2º, da Lei nº 6.404/76, sujeitando-se à multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação devida e ao disposto no artigo 107 da mesma Lei nº 6.404/76. **Artigo 10º** - Os acordos de acionistas que estabeleçam as condições de compra e venda de ações de emissão da Companhia, o direito de preferência na compra destas, ou o exercício do direito de voto, serão sempre observados pela Companhia, desde que arquivados na sede social da Companhia. Os administradores da Companhia zelarão pela observância desses acordos e o presidente da Assembleia Geral não computará o voto proferido em contrariedade com as disposições dos acordos. **Parágrafo Único** - Os direitos, obrigações e responsabilidades resultantes dos acordos de acionistas serão válidos e oponíveis a terceiros, tão logo tenham sido averbados nos livros de registro de ações da Companhia. **Capítulo III - Assembleia Geral: Artigo 11** - A Assembleia Geral é órgão deliberativo da Companhia, com poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e ao seu desenvolvimento, devendo reunir-se, ordinariamente, dentro dos 4 (quatro) primeiros meses seguintes ao término do exercício social, para deliberar sobre as matérias constantes do artigo 132 da Lei nº 6.404/76 e, extraordinariamente, sempre que necessário. **Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral deverá ser convocada, respeitando os prazos e procedimentos previstos no art. 124 da Lei das S.A.: (i) Presidente do Conselho de Administração; e/ou (ii) por 5 (cinco) membros do Conselho de Administração agindo em conjunto, devendo os trabalhos serem dirigidos por mesa composta de presidente e secretário,**

na forma do Parágrafo Segundo abaixo. **Parágrafo Segundo** - A Assembleia Geral deverá ser realizada, preferencialmente, no edifício onde a Companhia tiver sede ou, por motivo de força maior, em outro lugar no mesmo Município da sede, podendo, ainda, ser realizada a distância por meio de sistema eletrônico, de modo que assegure a participação efetiva e a autenticidade do voto pelo acionista. A Assembleia Geral que ocorrer por meio de sistema eletrônico poderá ocorrer de modo parcial ou exclusivamente digital. **Parágrafo Terceiro** - A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na ausência deste, por qualquer outro membro do Conselho de Administração que venha a ser escolhido por deliberação da maioria dos acionistas presentes, ou, na ausência de todos os membros do Conselho de Administração, o presidente será escolhido dentre os presentes, por deliberação majoritária. O presidente da Assembleia escolherá, dentre os presentes, o secretário da mesa. **Parágrafo Quarto** - As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto neste Estatuto Social, serão tomadas por maioria de votos, não se computando os votos em branco. **Artigo 12** - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei à Assembleia Geral, compete a esta: (i) Eleger e destituir, a qualquer tempo, os membros do Conselho de Administração; (ii) Fixar os honorários globais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, assim como a remuneração dos membros do Conselho Fiscal, se e quando instalado; (iii) A mudança do objeto social e quaisquer alterações deste Estatuto Social; (iv) Atribuir bonificações em ações e decidir sobre eventuais grupamentos e/ou desdobramentos de ações; (v) Aprovar planos de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos seus Administradores, empregados ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou outras sociedades que sejam controladas, direta ou indiretamente, pela Companhia; (vi) Deliberar, de acordo com proposta apresentada pela administração sobre a destinação do lucro do exercício e a distribuição de dividendos; (vii) Deliberar sobre o pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou pedido de autofalência pela Companhia; (viii) Deliberar sobre a dissolução ou liquidação da Companhia; (ix) Eleger o liquidante, bem como o Conselho Fiscal que deverá funcionar no período de liquidação; (x) Deliberar sobre a saída do Novo Mercado bem como sobre qualquer medida relativa ao cancelamento do registro de companhia aberta; (xi) Escolher a empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Novo Mercado, conforme previsto nos Capítulos VIII e IX deste Estatuto Social, dentre as empresas indicadas pelo Conselho de Administração; (xii) Aprovar a aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria ou seu cancelamento, nas hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral; e (xiii) Dispensar a realização de oferta pública de aquisição de ações como requisito para a saída da Companhia do Novo Mercado. **Parágrafo Único** - A deliberação a que se refere o item (x) deste Artigo deverá ser tomada pela maioria dos votos dos acionistas titulares das ações em circulação presentes à Assembleia Geral, não se computando os votos em branco. Se instalada em primeira convocação, a Assembleia deverá contar com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total de ações em circulação; e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares das ações em circulação. **Capítulo IV - Administração: Seção I - Normas Gerais: Artigo 13** - A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Estatutária (“Administradores”). **Parágrafo Primeiro** - Os Administradores, efetivos e suplentes, serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse, que deve contemplar a sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto, observados, ainda, os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais e estatutários aplicáveis, dispensada qualquer garantia de gestão. Os Administradores empossados permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos administradores eleitos. **Parágrafo Segundo** - Os Administradores estão obrigados, sem prejuízo dos deveres e responsabilidades a eles atribuídos por lei, a manter reserva sobre todos os negócios da Companhia, devendo tratar como sigilosas todas as informações a que tenham acesso e que digam respeito à Companhia, seus negócios, funcionários, administradores, acionistas ou contratados e prestadores de serviços, obrigando-se a usar tais informações no exclusivo e melhor interesse da Companhia. **Parágrafo Terceiro** - As assinaturas das atas das reuniões, termos de posse e/ou quaisquer outros documentos relacionados à Administração, Comitês de Assessoramento e Conselho Fiscal poderão ser assinadas eletronicamente por certificação digital ou meio equivalente que comprove a sua autenticidade. **Seção II - Conselho de Administração: Artigo 14** - O Conselho de Administração, eleito e destituído pela Assembleia Geral, será composto por, no mínimo 7 (sete) e no máximo 9 (nove) membros efetivos, pessoas naturais, residentes ou não no País, com mandato unificado de até 2 (dois) anos, podendo ser reeleitos, sendo um Presidente, o qual será eleito na primeira reunião do Conselho de Administração que ocorrer imediatamente após a posse de seus membros ou sempre que ocorrer renúncia ou vacância neste cargo. **Parágrafo Primeiro** - Dos membros do Conselho de Administração, no mínimo 2 (dois) deles ou 20% (vinte por cento) de sua composição, o que for maior, deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definição do Regulamento do Novo Mercado, devendo ser expressamente declarados como tais na ata da Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Segundo** - Quando, em decorrência do cálculo do percentual referido no Parágrafo Primeiro, o resultado gerar um número fracionário, proceder-se-á ao arredondamento nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo Terceiro** - Os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Diretor Presidente ou principal executivo da Companhia não poderão ser acumulados pela mesma pessoa. **Artigo 15** - Em caso de vacância no cargo de conselheiro, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes e servirá até a primeira Assembleia Geral subsequente. Se ocorrer vacância da maioria dos cargos de conselheiro, a Assembleia Geral será convocada para proceder à nova eleição. **Artigo 16** - As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas por escrito, podendo ser realizadas através de correspondência eletrônica (e-mail) ou sistema eletrônico, por seu Presidente ou por 5 (cinco) de seus membros, respeitados os prazos de convocação previstos em seu Regimento Interno. **Parágrafo Primeiro** - As reuniões do Conselho de Administração somente serão instaladas com a presença de, no mínimo, 5 (cinco) de seus membros e serão presididas por seu Presidente ou, na ausência deste, por outro membro do Conselho de Administração indicado pelos presentes. **Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser realizadas, preferencialmente, no edifício onde a Companhia tiver sede ou, excepcionalmente, em local diverso, sendo facultada a realização e participação por sistema eletrônico, como teleconferência, videoconferência ou outro meio de comunicação que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todas as demais pessoas presentes à reunião. A reunião que ocorrer por meio de sistema eletrônico poderá ocorrer de modo parcial ou exclusivamente digital. **Parágrafo Terceiro** - A seu exclusivo critério, poderá o Conselho de Administração definir em seu Regimento Interno a possibilidade de participação de membro observador em reuniões do Conselho de Administração, cujas regras estarão disciplinadas no respectivo Regimento. **Parágrafo Quarto** - Das reuniões do Conselho de Administração serão lavradas atas no livro próprio, tornando-se efetivas com a assinatura de tantos membros quanto bastem para constituir o *quorum* requerido para instalação e deliberação. **Artigo 17** - Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício dos cargos até a investidura dos novos conselheiros eleitos. **Artigo 18** - Sem prejuízo das competências atribuídas por lei ao Conselho de Administração, compete a este: (i) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; (ii) eleger e destituir os Diretores Estatutários, bem como definir o número de cargos a serem preenchidos pela Diretoria Estatutária da Companhia, fixando aos Diretores Estatutários suas respectivas funções e atribuições; (iii) distribuir entre os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Estatutária, remuneração global fixada pela Assembleia Geral; (iv) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos; (v) convocar as Assembleias Gerais, sempre que necessário ou exigido por lei e nos termos deste Estatuto Social; (vi) manifestar-se previamente sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria Estatutária, as Demonstrações Financeiras do exercício e examinar os balanços mensais; (vii) aprovar os orçamentos anuais e plurianuais, os planos estratégicos, os projetos de expansão e os programas de investimento da Companhia; (viii) escolher e destituir os auditores independentes da Companhia; (ix) aprovar as alçadas da Diretoria Estatutária que independam de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração quanto à: (a) contratação de operações comerciais, operacionais e/ou financeiras, ativas e/ou passivas da Companhia; (b) celebração de contratos entre a Companhia e empresas controladas; (c) realização de operações financeiras de derivativos; (d) outorga ou concessão de quaisquer garantias, reais ou fiduciárias, e/ou constituição de ônus reais nos ativos da Companhia; (e) alienação, aquisição ou oneração de bens do ativo imobilizado e intangível da Companhia; (f) participação em procedimentos licitatórios; (g) celebração de contratos de qualquer natureza; e (g) outra alçada necessária para execução das rotinas da Companhia; (x) aprovar a participação da Companhia no capital social de outras sociedades, assim como a disposição ou alienação dessa participação, no País ou no exterior; (xi) autorizar a emissão de ações da Companhia nos limites do capital autorizado, previsto no Capítulo II, deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, ser excluído ou reduzido o direito de preferência nas emissões de ações, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; (xii) deliberar sobre a emissão de (a) bônus de subscrição; (b) instrumentos de crédito para a captação de recursos, incluindo “bonds”, nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que ultrapassem os valores de alçadas previstos no ato que deliberar sobre a alínea (ix) acima; e (c) debêntures não conversíveis em ações e/ou conversíveis em ações, observando-se os limites do Capítulo II, deste Estatuto Social; (xiii) deliberar sobre a aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação, ressalvadas as hipóteses em que a regulamentação exigir que tal aprovação seja deliberada pela Assembleia Geral; (xiv) aprovar a contratação da instituição depositária prestadora de serviços de ações escriturais; (xv) aprovar a criação de Comitês para o seu assessoramento, designando seus membros e estabelecendo seus regimentos internos, incluindo regras sobre composição, prazo de gestão e funcionamento; (xvi) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento eventualmente instalados, bem como fixar o orçamento anual ou por projeto destinados a cobrir as despesas para os seus respectivos funcionamentos, incluindo custos com contratação de prestadores de serviços e consultores externos; (xvii) aprovar (i) o Código de Conduta da Companhia; (ii) a Política de Remuneração; (iii) a Política de Indicação de Membros do Conselho de Administração, de seus Comitês, e da Diretoria; (iv) a Política de Gerenciamento de Riscos; (v) a Política de Transação com Partes Relacionadas; (vi) a Política de Negociação de Valores Mobiliários, bem como suas alterações; e (vii) quaisquer outra(s) Política(s) obrigatório eventualmente indicada pela legislação, pela regulamentação ou pelo Regulamento do Novo Mercado; (xviii) decidir sobre qualquer assunto que não se compreenda na competência privativa da Assembleia Geral ou da Diretoria Estatutária, conforme previsto em Lei ou neste Estatuto Social, bem como exercer outras atribuições que a lei, o Regulamento do Novo Mercado ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia; (xix) manifestar-se favorável ou contrariamente a respeito de qualquer oferta pública de aquisição de ações que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, por meio de parecer prévio fundamentado, divulgado em até 15 (quinze) dias da publicação do edital da oferta pública de aquisição de ações, que deverá abordar, no mínimo (i); a conveniência e oportunidade da oferta pública de aquisição de ações quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas e em relação ao preço aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia (iii) as alternativas à aceitação da oferta pública de aquisição disponíveis no mercado; (iv) o valor econômico da Companhia e (v) outros pontos que o Conselho de Administração considerar pertinentes, bem como as informações exigidas pelas regras aplicáveis estabelecidas pela CVM; (xx) deliberar acerca das transações com partes relacionadas que sejam de sua competência, conforme definido na política correspondente da Companhia a ser aprovada pelo Conselho de Administração; e (xii) manifestar-se sobre os termos e condições de reorganizações societárias, aumentos de capital e outras transações que derem origem à mudança de controle e consignar se tais transações assegurem tratamento justo e equitativo aos acionistas da Companhia. **Seção III - Diretoria Estatutária: Artigo 19** - A Diretoria Estatutária da Companhia será composta por, no mínimo, 2 (dois) e, no máximo, 12 (doze) membros, residentes no País, acionistas ou não, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, sendo (i) 1 (um) Diretor Presidente, (ii) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Finanças, e (iii) 1 (um) Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores, sendo permitida a cumulação de cargos, a ser deliberada pelo Conselho de Administração. Os demais Diretores terão as designações conferidas pelo Conselho de Administração, na ata de reunião que deliberar sobre a eleição da Diretoria. **Parágrafo Primeiro** - O mandato de cada Diretor será de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição. Findo o prazo de mandato, os Diretores permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos Diretores eleitos. **Parágrafo Segundo** - A substituição dos Diretores, no caso de ausência ou impedimento temporário, ou ainda por renúncia, morte ou incapacidade, será deliberada em Reunião do Conselho de Administração, podendo o Presidente do Conselho de Administração eleger interinamente um substituto. **Artigo 20** - A Diretoria Estatutária reunir-se-á sempre que necessário, cabendo a convocação e a presidência da Reunião ao Diretor Presidente. **Artigo 21** - Compete ao Diretor Presidente: a) submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho e orçamento anuais, de investimentos e novos programas de expansão da Companhia, promovendo a sua execução nos termos aprovados; b) responder pelas estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais Diretores; c) coordenar e superintender as atividades da Diretoria; d) exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, imprimindo-lhes a orientação mais adequada aos objetos sociais; e) deliberar, de forma singular, sobre criação, alteração e/ou extinção de filiais, agências, depósitos, escritórios e quaisquer outros estabelecimentos da Companhia no país ou no exterior; f) coordenar o desenvolvimento do planejamento estratégico da Companhia; e g) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 22** - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Finanças: a) responder pelo controle orçamentário da Companhia; b) coordenar e superintender as questões financeiras, administrativas; c) coordenar o provimento das informações financeiras; d) coordenar o controle de fluxo de caixa, aplicações financeiras e investimentos da Companhia; e e) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração. **Artigo 23** - Compete ao Diretor Vice-Presidente de Relações com Investidores: a) prestar toda e qualquer informação aos investidores, à Comissão de Valores Mobiliários e à B3; b) manter atualizado o registro de companhia aberta da Companhia, e c) exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração e pela regulamentação emitida pela CVM e B3. **Artigo 24** - Compete ao(s) Diretor(es) Estatutário(s) sem designação específica, exemplificativamente: a) promover o desenvolvimento das atividades da Companhia, observado seu objeto social; b) coordenar a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais Diretorias; e c) exercer as atribuições que lhes forem definidas em Reunião do Conselho de Administração, que poderá estabelecer denominações específicas para os seus cargos. **Artigo 25** - Compete à Diretoria a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais, por lei ou por este Estatuto Social, seja atribuída a competência à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração. No exercício de suas funções, os Diretores poderão realizar todas as operações e praticar todos os atos necessários à consecução dos objetivos de seu cargo, observadas as disposições deste Estatuto Social quanto à forma de representação, bem como as atribuições e alçadas de atuação estabelecidas pelo Conselho de Administração. Compete ainda à Diretoria: (ii) zelar pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral; (iii) elaborar e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria Estatutária e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior; (iv) praticar os atos de sua competência, conforme estabelecido neste Estatuto Social e pelo Conselho de Administração; (v) manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e o andamento de suas operações; (vi) representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições previstas neste Estatuto Social, em especial quanto à forma de representação da Companhia prevista no Artigo 26, bem como em observância aos limites de suas atribuições; e (vii) decidir sobre qualquer assunto que não seja de competência privativa da

continua →☆



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadãori.estadao.com.br/publicacoes/>

—☆ continuação Assembleia Geral ou do Conselho de Administração. **Artigo 26** - A representação da Companhia, em juízo ou fora dele, ativa e passivamente, em quaisquer atos ou negócios jurídicos, serão obrigatoriamente praticados (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou (ii) por 2 Diretores Estatutários, agindo sempre em conjunto; ou (iii) por Procurador, agindo em conformidade com o designado no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes que nele contiverem. **Parágrafo Primeiro** - As procurações em nome da Companhia serão outorgadas (i) pelo Diretor Presidente, agindo isoladamente, ou (ii) por 2 Diretores Estatutários, agindo em conjunto. Em qualquer caso, as procurações outorgadas pela Companhia deverão especificar os poderes conferidos e terão um período máximo de validade de 1 (um) ano, excetuado quando se tratar de mandato ad iudicia. **Parágrafo Segundo** - São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer dos Diretores ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a negócios e/ou operações estranhos ao objeto social, tais como fianças, avais e endossos ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto quando prestadas em favor de sociedades controladas direta ou indiretamente pela Companhia. **Parágrafo Terceiro** - Sem prejuízo do disposto no Parágrafo Terceiro acima, cada Diretor (i) responde, perante a Companhia e solidariamente com esta perante terceiros, por culpa no desempenho de seu cargo e funções; e (ii) terá de restituir à companhia, com todos os lucros resultantes, os créditos ou bens sociais que aplicar, sem autorização expressa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, conforme regras legais aplicáveis, em proveito próprio ou de terceiros, e, se houver prejuízo, também por ele responderá. **Capítulo V - Conselho Fiscal: Artigo 27** - O Conselho Fiscal da Companhia, que não terá caráter permanente, somente será instalado na forma da lei, e será composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral em que for requerido o seu funcionamento. **Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, serão investidos em seus respectivos cargos mediante assinatura de termo de posse em livro próprio, que deve contemplar a sujeição à cláusula compromissória referida neste Estatuto, observados, ainda, os termos previstos no Regulamento do Novo Mercado, bem como ao atendimento dos requisitos legais e estatutários aplicáveis, dispensada qualquer garantia de gestão. Os membros do Conselho Fiscal empossados permanecerão em seus cargos até a investidura dos novos membros do Conselho Fiscal eleitos. **Parágrafo Segundo** - Os membros do Conselho Fiscal, quando em exercício, terão direito à remuneração fixada pela Assembleia Geral que os eleger. **Parágrafo Terceiro** - As deliberações do Conselho Fiscal serão tomadas por maioria de votos e lançadas no livro próprio. **Parágrafo Quarto** - Os membros do Conselho Fiscal terão os deveres e responsabilidades estabelecidos pelo seu Regimento Interno, pela legislação societária em vigor e pelo Regulamento do Novo Mercado. **Capítulo VI - Exercício Social e Lucros: Artigo 28** - O exercício social terá a duração de 12 (doze) meses, coincidindo com o ano civil, terminando no dia 31 de dezembro de cada ano. Ao fim de cada exercício social a Diretoria fará elaborar as demonstrações financeiras previstas em lei, observadas as normas legais e princípios contábeis, as quais compreenderão a proposta de destinação do lucro do exercício. **Artigo 29** - Do resultado do exercício social serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto de Renda. **Parágrafo Primeiro** - Sobre o lucro remanescente, apurado na forma do *caput* deste artigo 28, será calculada a participação estatutária dos Administradores, até o limite máximo legal, conforme previsto no Artigo 152, § 1º da Lei 6.404/76; **Parágrafo Segundo** - Do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior: (a) 5% (cinco por cento) serão atribuídos para a constituição da reserva legal, que não excederá 20% (vinte por cento) do capital social; e (b) do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução de que trata o parágrafo anterior e da destinação referida no item (a) deste Parágrafo Segundo, e ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, destinar-se-ão 25% (vinte e cinco por cento) para o pagamento de dividendo obrigatório a todos os acionistas. **Parágrafo Terceiro** - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Artigo 30** - Os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da deliberação do ato que autorizou sua distribuição, prescreverão em favor da Companhia. **Artigo 31** - A Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração poderá deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços. O Conselho de Administração poderá, ainda, declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual. **Parágrafo Primeiro** - O Conselho de Administração poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. **Parágrafo Segundo** - Os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório. **Parágrafo Terceiro** - Atendida a distribuição prevista no parágrafo anterior, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis. **Capítulo VII - Da Alienação de Controle: Artigo 33** - A alienação, direta ou indireta, do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, de que o adquirente se obriga a realizar, oferta pública de aquisição de ações tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do Acionista Controlador Alienante. **Capítulo VIII - OPA Por Atingimento de Participação Relevante: Artigo 34** - Qualquer acionista ou Grupo de Acionistas que atingir de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Diretos de Participação igual ou superior a, direta ou indiretamente, 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria ("Participação Relevante"), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante. **Parágrafo Primeiro** - Para fins da obrigação prevista no *caput*, "Grupo de Acionistas" significa o grupo de pessoas: (i) vinculadas por contratos ou acordos de qualquer natureza, inclusive acordos de acionistas, orais ou escritos, seja diretamente ou por meio de sociedades controladas, controladoras ou sob controle comum; ou (ii) entre as quais haja relação de controle; ou (iii) sob controle comum; ou (iv) agindo em conjunto; ou (v) que atuem representando um interesse comum. Incluem-se dentre os exemplos de pessoas representando um interesse comum: (vi) uma pessoa titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital social da outra pessoa; e (vii) 2 (duas) ou mais pessoas que tenham um investidor em comum que seja titular, direta ou indiretamente, de participação societária igual ou superior a 15% (quinze por cento) do capital de cada uma das 2 (duas) ou mais pessoas em questão. Quaisquer joint-ventures, fundos ou clubes de investimento, fundações, associações, *trusts*, condomínios, cooperativas, carteiras de títulos, universalidades de direitos, ou quaisquer outras formas de organização ou empreendimento, constituídos no Brasil ou no exterior, serão considerados parte de um mesmo Grupo de Acionistas, sempre que 2 (duas) ou mais entre tais entidades: (viii) forem administradas ou geridas pela mesma pessoa jurídica ou por partes relacionadas a uma mesma pessoa jurídica; ou (ix) tenham em comum a maioria de seus administradores, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), sendo certo que no caso de fundos de investimentos com administrador, gestores ou comitês de investimento (que orientem as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores) em comum, somente serão considerados como integrantes de um Grupo de Acionistas aqueles cuja decisão sobre o exercício de votos em Assembleias Gerais, nos termos dos respectivos regulamentos, for de responsabilidade do administrador (que oriente as decisões tomadas pelos gestores e/ou administradores), em caráter discricionário. **Parágrafo Segundo** - Para fins de verificação do atingimento, de forma indireta, de Participação Relevante, deverá ser computada a titularidade de todas as ações com direito a voto ou Outros Direitos de Participação detidos por todo e qualquer acionista controlador ou Grupo de Acionistas controlador, direta ou indiretamente, até o beneficiário final pessoa natural do novo titular de Participação Relevante. **Parágrafo Terceiro** - Para efeito desta Cláusula, "Outros Direitos de Participação" significa (i) usufruto sobre as ações de emissão da Companhia; (ii) quaisquer opções ou direitos de compra, subscrição ou permuta, a qualquer título, que possam resultar na aquisição de ações de emissão da Companhia;

(iii) quaisquer derivativos referenciados em ações de emissão da Companhia que prevejam a possibilidade de liquidação não exclusivamente financeira; ou (iv) quaisquer outros direitos que assegurem, de forma permanente ou temporária, direitos políticos ou patrimoniais de acionista sobre ações de emissão da Companhia. Observa-se que (a) as ações diretamente detidas e aquelas referenciadas por instrumentos financeiros derivativos de liquidação física serão consideradas em conjunto para fins da verificação do percentual referido no *caput* deste artigo e (b) a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que confirmam exposição econômica às ações não pode ser compensada com a quantidade de ações referenciadas em instrumentos derivativos que produzam efeitos econômicos inversos. **Parágrafo Quarto** - Para fins do cálculo do percentual de Participação Relevante, não serão computados os acréscimos involuntários de participação acionária resultantes de cancelamento de ações em tesouraria, da recompra de ações ou de redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações. **Parágrafo Quinto** - O preço a ser ofertado pelas ações de emissão da Companhia objeto da OPA ("Preço da OPA") não poderá ser inferior ao maior valor entre (i) o valor econômico apurado através de laudos de avaliação, observado o disposto nos Parágrafos Sexto e Sétimo deste Artigo; (ii) o valor patrimonial constante do último balanço auditado da Companhia; e (iii) a maior cotação unitária das ações de emissão da Companhia durante o período de 24 (vinte e quatro) meses anterior à realização da OPA na bolsa de valores em que houver o maior volume de negociações das ações de emissão da Companhia. **Parágrafo Sexto** - Os laudos de avaliação referidos no Parágrafo Quinto acima deverão ser elaborados por 2 (duas) instituições financeiras de primeira linha e ilibada reputação e notório conhecimento do setor de atuação da Companhia, uma escolhida pela Companhia e outra pelo acionista que faz menção a este artigo, selecionadas dentre as maiores instituições que atuem no Brasil à época e que atuem em assessoramento de clientes em fusões e aquisições de empresas. Os custos dos 2 (dois) laudos de avaliação serão arcados pela Companhia e pelo referido acionista, respectivamente. **Parágrafo Sétimo** - Caso haja diferença de valor entre os 2 (dois) laudos acima referidos, o Preço da OPA terá por base o maior valor entre esses 2 (dois) laudos. **Parágrafo Oitavo** - A OPA deverá observar obrigatoriamente os seguintes princípios e procedimentos, além de, no que couber, outros expressamente previstos no artigo 4º da Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002 ("Instrução CVM nº 361"): (i) ser dirigida indistintamente a todos os acionistas da Companhia; (ii) ser efetivada em leilão a ser realizado na B3; (iii) ser realizada de maneira a assegurar tratamento equitativo aos destinatários, permitir-lhes a adequada informação quanto à Companhia e ao ofertante, e dotá-los dos elementos necessários à tomada de uma decisão refletida e independente quanto à aceitação da OPA; (iv) ser imutável e irrevogável após a publicação no edital de oferta, nos termos da Instrução CVM nº 361, ressalvado o disposto no parágrafo quarto acima; e (v) ser lançada pelo preço determinado de acordo com o previsto neste artigo e paga à vista, em moeda corrente nacional, contra a aquisição na OPA de ações de emissão da Companhia. **Parágrafo Nono** - Caso a regulamentação da CVM aplicável à OPA prevista neste Artigo venha a determinar a adoção de um critério específico de cálculo para a fixação do preço de aquisição de cada ação da Companhia em OPA sujeita ao artigo 4º-A da Lei nº 6.404/76, que resulte em preço de aquisição superior àquele determinado nos termos deste artigo, deverá prevalecer na efetivação da OPA prevista neste artigo o preço de aquisição calculado nos termos da regulamentação da CVM. **Parágrafo Décimo** - A realização da OPA mencionada no *caput* deste artigo não excluirá a possibilidade de outro acionista da Companhia, ou, se for o caso, de a própria Companhia, formular uma OPA concorrente, nos termos da regulamentação aplicável. **Parágrafo Décimo Primeiro** - O Acionista Adquirente estará obrigado a atender as eventuais solicitações ou as exigências da CVM relativas à OPA, dentro dos prazos prescritos na regulamentação aplicável. **Parágrafo Décimo Segundo** - Na hipótese de o Acionista Adquirente não cumprir as obrigações impostas por este Artigo, inclusive no que concerne ao atendimento dos prazos para a realização ou solicitação do registro da OPA, conforme o caso, ou para atendimento das eventuais solicitações ou exigências da CVM, o Conselho de Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Extraordinária, na qual o referido acionista não poderá votar, para deliberar sobre a suspensão do exercício dos direitos do acionista, conforme disposto no artigo 120 da Lei nº 6.404/76, sem prejuízo da responsabilização do acionista por perdas e danos causados aos demais acionistas em decorrência do descumprimento das obrigações impostas por este Artigo. **Parágrafo Décimo Terceiro** - As obrigações constantes do artigo 254-A da Lei nº 6.404/76 e no Capítulo VII deste Estatuto não excluem o cumprimento pelo Acionista Adquirente das obrigações constantes neste Artigo. **Parágrafo Décimo Quarto** - A obrigação de realização de OPA nos termos deste Artigo não se aplica: (i) aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia ("Data da Primeira Oferta Pública"), eram titulares de 10% (dez por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores ("Acionista(s) Original(is)"), inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias. Uma vez ultrapassado, por qualquer Acionista Original, o respectivo percentual de ações da Companhia superior ao que detinha na Data da Primeira Oferta Pública, aplicar-se-á integralmente o disposto neste artigo 34 e seus parágrafos a tal Acionista Original. (ii) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de subscrição de ações da Companhia, realizada em uma única emissão primária, que tenha sido aprovada em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, convocada pelo seu Conselho de Administração, e cuja proposta de aumento de capital tenha determinado a fixação do preço de emissão das ações com base em valor econômico obtido a partir de um laudo de avaliação econômico-financeira da Companhia realizada por instituição ou empresa especializada com experiência comprovada em avaliação de companhias abertas. (iii) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de incorporação de uma outra sociedade pela Companhia; (iv) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de incorporação de ações de uma outra sociedade pela Companhia; e (v) na hipótese de uma pessoa tornar-se titular de ações de emissão da Companhia em decorrência de cancelamento de ações em tesouraria, resgate de ações ou redução do capital social da Companhia com o cancelamento de ações. **Parágrafo Décimo Quinto** - As disposições do Regulamento do Novo Mercado prevalecerão sobre as disposições estatutárias, nas hipóteses de prejuízo aos direitos dos destinatários das ofertas públicas previstas neste Estatuto. **Capítulo IX - Juízo Arbitral: Artigo 35** - A Companhia, seus acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma do seu regulamento, toda e qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.404/76, no presente Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. **Capítulo X - Liquidação: Artigo 36** - A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei ou por deliberação da Assembleia Geral, que estabelecerá a forma da liquidação, elegerá o liquidante e, se for o caso, instalará o Conselho Fiscal, para o período da liquidação, elegendo seus membros e fixando-lhes as respectivas remunerações. **Capítulo XI - Disposições Gerais: Artigo 37** - A Companhia observará os Acordos de Acionistas registrados na forma do Art. 118 da Lei das Sociedades por Ações, cabendo ao Presidente das Assembleias Gerais e das reuniões do Conselho de Administração abster-se de computar os votos contrários aos respectivos termos dos Acordos de Acionistas. **Artigo 38** - Observado o disposto no Art. 45 da Lei das Sociedades por Ações, o valor do reembolso a ser pago aos acionistas dissidentes terá por base o valor de patrimônio líquido da Companhia, constante do último balanço aprovado pela assembleia geral. **Artigo 39** - Em tudo o que for omissor o presente Estatuto Social, serão aplicadas a Lei das Sociedades por Ações, o Regulamento do Novo Mercado e as demais disposições legais pertinentes. As disposições contidas no artigo 18, alíneas (xv), (xvi) e (xvii) deste Estatuto somente terão eficácia a partir de 30 de abril de 2022 ou quando da aprovação dos comitês e/ou documentos referidos, o que ocorrer primeiro. *(Certifico que o presente anexo contém com via original assinada digitalmente)* Curitiba, 08 de abril de 2022. **Anderson Prehs** - Secretário - *OAB/PR 34.608*. **JUCEPAR**: Certifico o Registro em 11/04/2022 sob o nº 20221717862. Protocolo: 221717862 de 11/04/2022. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadao.estadao.com.br/publicacoes/>

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2023**

1. **Data, Hora e Local:** No dia 26 de abril de 2023, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia.
2. **Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago.
3. **Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias
Secretário: Anderson Prehs
4. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições:
 - a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações");
 - b) aprovar a antecipação do término do atual mandato da Diretoria para a presente data e, nos termos dos artigos 13, 18 (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, reeleger a Diretoria Estatutária da Companhia conforme segue:
 - (i) Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.217.176-5 (SSP/PR), inscrito no CPF/ME sob nº 428.804.249-68, com escritório na Rua João Bettge, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Presidente da Companhia**, cujas competências estão dispostas no artigo 21 do Estatuto Social;
 - (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.673.216-8 (SSP/PR), inscrita no CPF/ME sob nº 450.779.329-72, com escritório na Rua João Bettge, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas**. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da

Companhia, compete à Diretora Vice-Presidente de Instituições Públicas responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente à vendas direcionadas ao segmento de instituições públicas, exceto no que se refere a negócios envolvendo produtos de tecnologia educacional; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração.

- (iii) Sr. **Caio Gonçalves de Moraes**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade civil RG nº 18361008 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 269.126.688-52, , com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores**, cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social; e
 - (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade civil RG nº 55.466.215-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 910.519.406-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente Corporativo**. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente Corporativo responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente à vendas e serviços prestados ao segmento corporativo das pequenas, médias e grandes empresas; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração.
- c) Nos termos do artigo 19, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social, os Diretores ora eleitos exercerão mandato de 2 (dois) anos, com início na presente data e tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art.11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia.
- d) Considerando a reeleição da Diretoria Estatutária, nos termos do Artigo 18, (ix) do Estatuto Social, ratificar as alçadas da Diretoria Estatutária da Companhia aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 08 de abril de 2022, conforme constante no **Anexo I** da presente ata. Os atos praticados pela Diretoria Estatutária poderão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no Artigo 26 e seus parágrafos do

Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração e as regras de alçadas previstas na presente ata.

- e) aprovar a antecipação do término do atual mandato dos membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração para a presente data e, com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuto Social, fixar as atribuições e designar os seguintes membros:

I. COMITÊ DE AUDITORIA

Atribuições: (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Composição: Designar (i) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **EDUARDO MORMINO**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº. 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como **membro do Comitê**; e (iii) **JOÃO RAMOS DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/ME sob nº. 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como **membro do Comitê**.

II. COMITÊ FINANCEIRO

Atribuições: avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia.

Composição: Designar (i) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **RAFAEL MOIA VARGAS**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iv) **RODRIGO CESAR FORMIGHIERI**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**.

III. COMITÊ DE GENTE

Atribuições: (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações.

Composição: Designar (i) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**.

IV. COMITÊ DE COMUNICAÇÃO

Atribuições: (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado.

Composição: Designar (i) **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA**, atual membra do Conselho de Administração, como membra **Coordenadora do Comitê**; (ii) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**.

V. COMITÊ DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Atribuições: validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio

Composição: Designar (i) **SAMUEL FERRARI LAGO**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**,

atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **FRANCISCO EUGENIO ZICCARELLI MILLARCH**, brasileiro, casado, publicitário, inscrito no CPF/ME nº 859.714.309-63, com endereço à Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 855, Apartamento 1702, 18º Andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80.430-180, como **membro do Comitê**; (v) **PARAHUARI SOLNOWSKI BRANCO**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME nº 688.960.429-68, com endereço à Rua Jeremias Maciel Perretto, 1060, Campo Comprido, Curitiba, PR, CEP 81.210-310, como **membro do Comitê**; e (vi) **LUCAS RADUY GUIMARÃES**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/ME sob nº 875.483.489-91, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, 1.400, Bigorriho, Curitiba, Paraná, CEP 81.280-330, como **membro do Comitê**.

VI. COMITÊ DE NOVOS NEGÓCIOS

Atribuições: (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados.


Composição: Designar (i) **MARCEL MARTINS MALCZEWSKI**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**.

- f) Consignar que (i) o prazo do mandato dos membros designados para os Comitês se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024, sendo que, caso ocorra renúncia ou destituição de membro do Conselho de Administração que componha quaisquer dos Comitês ora relacionados, o prazo do mandato como membro do Comitê estará automaticamente encerrado com a sua respectiva saída do Conselho de Administração; (ii) os membros designados que não são administradores da Companhia, mas que possuem função técnica ou consultiva nos Comitês, obrigam-se a: a) cumprir o disposto no artigos 8º e 11 da Instrução CVM nº 44/21; b) aderir à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; e c) aderir aos compromissos e apresentar as informações previstas no Programa de Integridade da Companhia, para então assinar os respectivos termos de posse nos competentes Comitês.

5. **Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente.

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 26 de abril de 2023.

Documento assinado digitalmente
 ANDERSON HENRIQUE PREHS
Data: 27/04/2023 09:50:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Anderson Henrique Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608

ANEXO I

(da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023)

DELEGAÇÃO DE ALÇADAS DA DIRETORIA ESTATUTÁRIA
(Artigo 18, alíneas ix) e xii) do Estatuto Social)

Nos termos artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social da Companhia, e conforme aprovado pelo Conselho de Administração, os atos descritos neste anexo deverão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração:

- a) contratações que tenham por finalidade a aquisição de matérias-primas, bens, serviços e/ou quaisquer insumos necessários à execução do seu objeto social e que envolvam valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação;
- b) contratações de operações financeiras em geral, incluindo, mas não limitadas a: empréstimo, financiamento de qualquer modalidade e espécie, desconto de títulos para antecipação de recebíveis, cédula de crédito bancário, carta de crédito de qualquer modalidade, fiança bancária, garantia à importações, garantia de performance, garantia contratual, seguros garantia, oferta de qualquer título ou valor mobiliário representativo de dívida ou de capital, incluindo a emissão de instrumentos de crédito para a captação de recursos como “bonds”, nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que envolvam valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação;
- c) celebração de contratos de quaisquer naturezas entre a Companhia e sociedades controladas, direta ou indiretamente, que envolvam valores até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação, desde que pactuadas em condições de mercado;
- d) realização de operações financeiras de derivativos com o único e exclusivo objetivo de fazer seguro (*hedge*) de operações financeiras passivas que envolvam valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação;
- e) outorgas de quaisquer garantias a terceiros, sejam reais (penhor, anticrese ou hipoteca e outras existentes) ou fidejussórias (aval, fiança, caução e outras existentes) que envolvam valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação, exceto em relação às garantias outorgadas pela Companhia cujo beneficiário seja uma sociedade controlada direta ou indiretamente por esta, sendo que neste caso a alçada passa a ser de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação;
- f) aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo imobilizado e/ou intangível da Companhia que envolvam valores até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação.

g) participação em procedimentos licitatórios nacionais ou internacionais, tais como, mas não limitados a: pregões, tomadas de preço, leilões, convites, diálogos competitivos, credenciamentos, pré-qualificações e concorrências, que envolvam valores de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme estimativa descrita no edital de licitação ou outro documento correspondente que componha o certame para efeitos de estimativa do valor total do procedimento licitatório; e

h) celebração de contratos de quaisquer naturezas não contemplados nos demais itens desta deliberação, entre a Companhia e terceiros, que envolvam valores até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação.

Os valores previstos nesta delegação serão anualmente corrigidos, a partir de 08 de abril de 2022, sempre no mês de janeiro de cada ano, considerando a variação do IGPM/FGV a ser apurada entre os meses de janeiro e dezembro do ano imediatamente anterior. Caso haja a extinção do referido índice, caberá ao Conselho deliberar por outro índice a ser aplicado, sendo que, até que haja referida deliberação, será considerado o índice oficial que vier a substituí-lo.

* * *



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON HENRIQUE PREHS, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 34608, inscrito no CPF n° 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS



CERTIFICO O REGISTRO EM 09/05/2023 13:45 SOB N° 20233027211.
PROTOCOLO: 233027211 DE 09/05/2023.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12306798543. CNPJ DA SEDE: 81243735000148.
NIRE: 41300071977. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 26/04/2023.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br



Petrobras anuncia queda na gasolina, diesel e gás de cozinha

Empresa muda política de preços para levar em consideração condições de refino dentro do país sem perder competitividade e rentabilidade. Valor da redução por litro nas refinarias é de R\$ 0,40 na gasolina e R\$ 0,44 no diesel. Gás fica abaixo de R\$ 100 pela primeira vez desde 2021

O fornecimento de gasolina, diesel e gás de cozinha fica mais barato a partir desta quarta-feira, 17/5, em todo o país. A Petrobras anunciou a mudança da política de preços e a queda nos valores praticados pela empresa. O novo modelo maximiza vantagens que a Petrobras tem a nosso favor, sem se afastar da referência internacional de preços. Abrasileirar significa levar nossas vantagens em conta sem tirar o Brasil do contexto internacional. Preservar o resultado econômico alto e não descer a rentabilidade. Faremos o melhor preço dentro de nossas possibilidades, usando para esse efeito a autossuficiência conquistada em anos e anos. (Jean Paul Prates, presidente da Petrobras).

= GASOLINA

Para a gasolina A (sem misturas), a redução é de R\$ 0,40 por litro. Com a mistura obrigatória de 73% de gasolina A e 27% de etanol para a composição da gasolina comercializada nos postos, o preço médio ao consumidor pode sair de R\$ 5,49 para R\$ 5,20 por litro.

= DIESEL

A redução no diesel é de R\$ 0,44 por litro para as distribuidoras. Com a mistura obrigatória de 12% de biodiesel, a tendência é de que o preço médio ao consumidor na bomba passe R\$ 5,57 para R\$ 5,18 por litro.

= GÁS DE COZINHA

O gás de cozinha terá redução de R\$

0,69 por kg no preço médio. A estimativa é de que o preço médio ao consumidor final no posto dependa de outros fatores como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da revenda.

= IMPORTANTE

O valor efetivamente cobrado ao consumidor final no posto depende de outros fatores como impostos, mistura de biocombustíveis e margens de lucro da revenda.

= O QUE MUDA

Na formação de preços, a companhia busca evitar o repasse da volatilidade do mercado internacional e da taxa de câmbio ao consumidor. Houve anos em que a política de paridade ao dólar resultou em mais de 100 reajustes em um ano. A partir de agora, a empresa levará em conta a sua capacidade de atuar de produção e de atuação no mercado interno. O mercado internacional segue como referência, mas não como uma “amarra”.

= POR QUÊ?

A redução do preço da Petrobras tem como objetivos a manutenção da competitividade dos preços da companhia e a participação de mercado da empresa para otimização dos ativos de refino em equilíbrio com os mercados nacional e internacional.

TRANSPARÊNCIA

A Petrobras publica em seu site informações referentes à sua parcela e dos demais agentes na formação e composição dos preços médios de combustíveis ao consumidor no endereço.

O QUE DIZ O MINISTRO

"A PPI criada em 2017 era uma abstração. Uma mentira. Um crime contra o povo brasileiro. Impunha uma algema, uma mordada a uma política de competitividade dos preços no Brasil. Não teremos volatilidade como no PPI. O anúncio de hoje é motivo de alegria e um sinal claro de que o Governo vai cobrar de todas as empresas o seu papel social. Isso sem deixarem de ser competitivas, lucrativas, atrativas para investidores"

"Hoje é motivo de comemoração para nós porque vem reafirmar que estamos conseguindo avançar naquilo que disse o presidente Lula na campanha e aquilo que todo o seu governo vem fazendo durante esses meses: os ministros voltados para o desenvolvimento nacional, geração de empregos e renda, mas, em especial, olhando a vida dos mais pobres com dedicação à melhoria da qualidade de vida da população que necessita de preços mais acessíveis em especial na alimentação". (Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energia)



Fonte: Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República

Você conhece a Agência Brasil da EBC? Lá você encontra as últimas notícias do Brasil e do mundo, além de informações sobre políticas públicas e serviços prestados pelo Governo Federal. A Agência Brasil mantém o foco na cidadã e prima pela precisão e clareza das informações que transmite, optando sempre pelas fontes primárias. Por se tratar de uma agência pública, o conteúdo por ela disponibilizado pode ser utilizado, gratuitamente, por outras agências, TVs e rádios do Brasil e do mundo, inclusive por você! Acesse aqui a Agência Brasil.

PUBLICAÇÕES LEGAIS / NACIONAL



Página virada

Em artigo publicado pela Folha de São Paulo, o governador Ratinho Junior (PSD) comemora a concessão de rodovias paraenses, com grande volume de obras e redução no valor das tarifas. "Um dos piores capítulos da história do Paraná foi encerrado. Colocamos um ponto final nos contratos de concessão de rodovias do Anel de Integração, que lesaram a população por causa das altas tarifas e falta de obras durante mais de duas décadas", destaca Ratinho.

A proposta

"As premissas fundamentais da nova modelagem são tarifas menores em relação às praticadas anteriormente, um grande pacote de obras e transparência absoluta com leilão na Bolsa de Valores. A proposta prevê investimentos de R\$ 55 bilhões, um montante sem precedentes. O pacote abrange 3.300 km de rodovias em seis lotes, a maior concessão rodoviária em andamento", comemora o governador.

Turismo

As atividades turísticas estão em expansão no Paraná. O Estado teve o maior avanço do setor no mês de março no Brasil, com crescimento de 2,6% em relação a fevereiro. O resultado foi positivo também no trimestre, com aumento de 17,6% nas atividades nos três primeiros meses do ano, o segundo melhor número do País no período.

Vestibular 2024

A UFPR abre no dia 1º de junho o prazo para inscrições no Vestibular 2024. O edital com as normas do processo foi publicado nesta segunda-feira (15/05) e está disponível no site da universidade. Entre as novidades deste ano está a ampliação do prazo de inscrições, de 45 para 84 dias, a opção de pagar a taxa de inscrição via PIX e a possibilidade de apresentar, nos dias de provas, alguns tipos de documento de identificação em meio digital.

Preço em queda

Após anunciar sua nova política de preços, a Petrobras vai reduzir o preço dos combustíveis. A gasolina terá queda a partir desta quarta-feira, dia 17 de maio. Passará de R\$ 3,18 para R\$ 2,78 por litro. Já o diesel passará de R\$ 3,46 para R\$ 3,02 por litro. O preço do GLP cairá de R\$ 3,2256 para R\$ 2,5356 por quilo.

Agro histórico

O Valor Bruto da Produção Agropecuária (VBP do agronegócio) deverá ser de R\$ 1,26 trilhão em 2023, de acordo com estimativa do Ministério da Agricultura e Pecuária. O valor representa crescimento de 6,1% em termos reais em comparação com 2022 e é o maior resultado do indicador nos últimos 34 anos.

Nova fábrica

Previsto para junho, a Klabin oficialmente dará início à produção de sua mais nova fábrica no Brasil, instalada em Ortigueira. O Projeto Puma II está em fase final de montagem. A Klabin registrou, no primeiro trimestre de 2023, lucro de R\$ 1,94 bilhão, alta de 13% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Direção defensiva

Está disponível para todos os motoristas brasileiros o curso on-line gratuito de direção defensiva. O curso foi lançado pela Escola de Negócios e Seguros, em parceria com a Associação Brasileira de Medicina do Tráfego (Abramet) e a Roberto Manzini Centro Pilotagem, e apoio da Fenacor (Federação Nacional de Corretores de Seguros) e CNseg (Confederação Nacional das Seguradoras). Iniciativa inédita no país, o curso "Direção Defensiva e Contratação Consciente" coincide com o início da campanha "Maio Amarelo", cujo tema este ano é "No trânsito, escolha a Vida".

Política no paraná

O presidente do Instituto de Desenvolvimento de Londrina (Codel), Alex Canziani (PSD), deve ser candidato a prefeito de Londrina. Especialistas e bastidores da política local afirmam que para isso ele poderá mudar de partido. Pessoas próximas do presidente afirmam que "isso está sendo trabalhado. Ninguém é candidato de si mesmo. É uma construção".

Processo de escolha

A escolha de dois novos ministros ocorrerá a partir da aprovação de uma lista triplíce pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Em seguida, os três nomes mais votados serão enviados à Presidência da República, e caberá ao presidente Lula escolher um dos nomes sugeridos. Não há prazo legal para a escolha. Coluna publicada simultaneamente em 20 jornais e portais associados. Saiba mais em www.adipr.com.br.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
AUTO TRUCK - AR CONDICIONADO LTDA torna público que recebeu do Instituto Água e Terra, a Licença de Operação - LO, com validade de 16/05/2023, para Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não industrial, LO 159000 Rodovia da Uva, 4617, Arruda, Colombo.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO
AUTO TRUCK - AR CONDICIONADO LTDA torna público que irá requerer ao Instituto Água e Terra, a Renovação da Licença de Operação - RLO para Fabricação de aparelhos e equipamentos de ar condicionado para uso não industrial a ser implantada Rodovia da Uva, 4617, Arruda, Colombo.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 4130071977 - Companhia Aberta
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26/04/2023
1. **Data, Hora e Local:** No dia 26/04/2023, às 09:00h, por meio do plataforma de videoconferência Microsoft Teams, foram presentes: Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira, Murilo de Lima, Giem Flady Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. 3. **Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Alexandre Silveira Dias e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs. 4. **Deliberações:** Aberta a reunião, o Conselho de Administração, de forma unânime: a) aprovou a antecipação do término do mandato atual da Diretoria para 26/04/2023 e a reeleição para mandato de 2 (dois) anos; b) Ratificou as alçadas da Diretoria já aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2022; c) aprovou a antecipação do término do mandato atual dos membros dos Comitês de Assessoramento para 26/04/2023. Icou as atribuições dos membros e os designou 5. **Encerramento:** Lavorou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 26/04/2023. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 09/05/2023 sob o nº 20233027211, protocolo 233027211 de 09/05/2023 Leandro Marcos Haysel Biscala - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (<https://positivotecnologia.com.br>) e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IFE.

EDITAL DE CITAÇÃO DO REQUERIDO CLEBER AUGUSTO SILVA, COM PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS. O DOUTOR RENATO HENRIQUES CARVALHO SOARES - JUIZ DE DIREITO SUBSTITUTO DA DÉCIMA TERCEIRA VARA CIVIL DO FORD CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - CAPITAL DO ESTADO DO PARANÁ, FAZ SABER que por este edital com o prazo de 60 (sessenta) dias, lico CITADO a requerido CLEBER AUGUSTO SILVA, pessoa física, CPF nº 510.735.989-72, para que, querendo apresentar oposição aos termos da presente ação, no prazo de 15 (quinze) dias, com as advertências dos artigos 335 e 344 do CPC, nestes autos do AÇÃO DE COBRANÇA, sob nº 0023346-88/2020.8.18.0001, em que figura como requerente ATHAYDE E ADVOGADOS ASSOCIADOS, ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA E RECURSO CLEBER AUGUSTO SILVA, em trâmite perante o Juízo da 13ª (Tercera) Vara Cível da Comarca - Pr. sito à Rua Mateus Leme, 1142, 2º Andar, Centro Cívico, Curitiba - PR, Curitiba, 08 de Maio de 2023, Eu, Karen S. Maximovitz de Araújo, Analista Judiciário, o digitei e subscreevi. Renato Henrique Carvalho Soares, Juiz de Direito Substituto.

www.metrropolejornal.com.br

Metrópole

JORNAL

CURITIBA / PR - EDITAL CENTER LTDA

CNPJ nº 04.150.383/0001-35

Diretor Comercial: Maurício Mosson

Avenida Candido de Abreu, nº 660 - Conj 201 Edifício Palladion - Centro Cívico - CEP 80530-000 - Curitiba/PR - Fones: (41) 3024-6766

Email: cial@ctbametrropole.com.br

São José dos Pinhais / PR - Fones: (41) 3383-6650

Email: adm.metrropole@hotmail.com

Contato Redação:

e-mail: lustosa18@gmail.com - lustosa@onda.com.br

xilux1951@outlook.com

Filiado: Sindicato das Empresas de Jornais e Revistas do Estado do Paraná

Filiado a ADI - PR - Associação dos Diários do Interior

Representante em Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília: Central e Comunicação - SCS - QD 02

Bl. D/Salas 1002/1003 - Edif. Oscar Niemeyer

CEP 70.316-900 - Brasília - Distrito Federal

Fones: (41) 3323-4071 - (41) 98133-3400

As matérias opinativas que venham assinadas, não expressam necessariamente a opinião do jornal

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.


CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Abril de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de abril de 2023, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia.


2. Convocação e Presenças: Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Glem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Hello Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Fornighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** **Presidente:** Alexandre Silveira Dias; **Secretário:** Anderson Prehs.

4. Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: a) autorizar a lavatura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"); b) aprovar a antecipação do término do atual mandato da Diretoria para a presente data e, nos termos dos artigos 13, 18 (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, reeleger a Diretoria Estatutária da Companhia conforme segue: (i) Sr. Hello Bruck Rotenberg, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.217.176-5 (SSP/PR), inscrito no CPF/ME sob nº 428.804.249-68, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Presidente da Companhia**, cujas competências estão dispostas no artigo 21 do Estatuto Social; (ii) Sra. Marieleve Andrade Silva Dias, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.673.216-8 (SSP/PR), inscrita no CPF/ME sob nº 450.779.329-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas**. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete à **Diretora Vice-Presidente de Instituições Públicas** responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente a vendas direcionadas ao segmento de instituições públicas, exceto no que se refere a negócios envolvendo produtos de tecnologia educacional; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração; (iii) Sr. Caio Gonçalves de Moraes, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade civil RG nº 19361008 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 269.126.698-52, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores**, cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social; e (iv) Sr. Rodrigo Guericio Teixeira, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade civil RG nº 55.466.215-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 910.519.406-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente Corporativo**. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente Corporativo responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente a vendas e serviços prestados ao segmento corporativo das pequenas, médias e grandes empresas; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração; c) Nos termos do artigo 19, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social, os Diretores ora eleitos exercerão mandato de 2 (dois) anos, com início na presente data e tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar a cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; d) Considerando a reeleição da Diretoria Estatutária, nos termos do Artigo 18, (ix) do Estatuto Social, ratificar as alçadas da Diretoria Estatutária da Companhia aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 08 de abril de 2022, conforme constante no **Anexo I** da presente ata. Os atos praticados pela Diretoria Estatutária poderão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no Artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração e as regras de alçadas previstas na presente ata; e) aprovar a antecipação do término do atual mandato dos membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração para a presente data e, com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuto Social, fixar as atribuições e designar os seguintes membros: I. **Comitê de Auditoria: Atribuições:** (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Composição:** Designar (i) Gustavo Kehl Jobim, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) Eduardo Mornino, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº 112.869.856-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como **membro do Comitê**; e (iii) João Ramos de Almeida, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/ME sob nº 043.005.288-02, com endereço à Alameda Glenória, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como **membro do Comitê**. II. **Comitê Financeiro: Atribuições:** avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia. **Composição:** Designar (i) Alexandre Silveira Dias, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) Gustavo Kehl Jobim, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) Rafael Moia Vargas, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iv) Rodrigo Cesar Fornighieri, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. III. **Comitê de Gente: Atribuições:** (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações. **Composição:** Designar (i) Gustavo Kehl Jobim, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) Alexandre Silveira Dias, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) Hello Bruck Rotenberg, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iv) Glem Raduy Guimarães, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. IV. **Comitê de Comunicação: Atribuições:** (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado. **Composição:** Designar (i) Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, atual membro do Conselho de Administração, como **membra Coordenadora do Comitê**; (ii) Glem Raduy Guimarães, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) Hello Bruck Rotenberg, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. V. **Comitê de Tecnologia Educacional: Atribuições:** validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio. **Composição:** Designar (i) Samuel Ferrari Lago, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) Hello Bruck Rotenberg, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) Alexandre Silveira Dias, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) Francisco Eugênio Ziccarelli Millarch, brasileiro, casado, publicitário, inscrito no CPF/ME nº 859.714.309-63, com endereço à Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 955, Apartamento 1702, 18º Andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80.430-180, como **membro do Comitê**; (v) Parahuarí Selnowski Branco, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME nº 589.860.429-60, com endereço à Rua Jeremias Maciel Peres, 1060, Campo Comprido, Curitiba, PR, CEP 81.210-310, como **membro do Comitê**; e (vi) Lucas Raduy Guimarães, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/ME sob nº 875.483.489-91, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, 1.400, Bigorinho, Curitiba, Paraná, CEP 81.290-330, como **membro do Comitê**. VI. **Comitê de Novos Negócios: Atribuições:** (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados. **Composição:** Designar (i) Marcel Martins Malczewski, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) Hello Bruck Rotenberg, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) Alexandre Silveira Dias, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) Gustavo Kehl Jobim, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) Glem Raduy Guimarães, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; I) Consignar que (i) o prazo do mandato dos membros designados para os Comitês se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024, sendo que, caso ocorra renúncia ou destituição de membro do Conselho de Administração que componha quaisquer dos Comitês ora relacionados, o prazo do mandato como membro do Comitê estará automaticamente encerrado com a sua respectiva saída do Conselho de Administração; (ii) os membros designados que não são administradores da Companhia, mas que possuem função técnica ou consultiva nos Comitês, obrigam-se ao: a) cumprir o disposto nos artigos 8º e 11 da Instrução CVM nº 44/21; b) aderir à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; e c) aderir aos compromissos e apresentar as informações previstas no Programa de Integridade da Companhia, para então assinar os respectivos termos de posse nos competentes Comitês. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. (Certifico que a presente ata contém com via original assinada digitalmente). Curitiba, 26 de abril de 2023. **Anderson Henrique Prehs - Secretário - OAB/PR 34.606. JUCEPAR -** Certifico o Registro em 09/05/2023 sob nº 20233027211. Protocolo: 233027211 de 09/05/2023. Leandro Marcos Rayssel Biscala - Secretário-Geral. **Anexo I (da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023). Delegação de Alçadas da Diretoria Estatutária:** (Artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social). Nos termos artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social da Companhia, e conforme aprovado pelo Conselho de Administração, os atos descritos neste anexo deverão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração: a) contratações que tenham por finalidade a aquisição de matérias-primas, bens, serviços e/ou quaisquer insumos necessários à execução do seu objeto social e que envolvam valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; b) contratações de operações financeiras em geral, incluindo, mas não limitadas a empréstimo, financiamento de qualquer modalidade e espécie, desconto de títulos para antecipação de recebíveis, cédula de crédito bancário, carta de crédito de qualquer modalidade, fiança bancária, garantia à importações, garantia de performance, garantia contratual, seguros garantia, oferta de qualquer título ou valor mobiliário representativo de dívida ou de capital, incluindo a emissão de instrumentos de crédito para a captação de recursos como "bonds", nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que envolvam valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; c) celebração de contratos de quaisquer naturezas entre a Companhia e sociedades controladas, direta ou indiretamente, que envolvam valores até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação, desde que pactuadas em condições de mercado; d) realização de operações financeiras de derivativos com o único e exclusivo objetivo de fazer seguro (*hedge*) de operações financeiras passivas que envolvam valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; e) outorgas de quaisquer garantias a terceiros, sejam reais (penhor, anticrese ou hipoteca e outras existentes) ou fidejussórias (aval, fiança, caução e outras existentes) que envolvam valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação, exceto em relação as garantias outorgadas pela Companhia cujo beneficiário seja uma sociedade controlada direta ou indiretamente por esta, sendo que neste caso a alçada passa a ser de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; f) aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo imobilizado e/ou intangível da Companhia que envolvam valores até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação; g) participação em procedimentos licitatórios nacionais ou internacionais, tais como, mas não limitados a: pregões, tomadas de preço, lances, convites, diálogos competitivos, credenciamentos, pré-qualificações e concorrências, que envolvam valores de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme estimativa descrita no edital de licitação ou outro documento correspondente que componha o certame para efeitos de estimativa do valor total do procedimento licitatório; e h) celebração de contratos de quaisquer naturezas não contemplados nos demais itens desta deliberação, entre a Companhia e terceiros, que envolvam valores até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação. Os valores previstos nesta delegação serão anualmente corrigidos, a partir de 08 de abril de 2022, sempre no mês de janeiro de cada ano, considerando a variação do IGP/M/FGV a ser apurada entre os meses de janeiro e dezembro do ano imediatamente anterior. Caso haja a extinção do referido índice, caberá ao Conselho deliberar por outro índice a ser aplicado, sendo que, até que haja referida deliberação, será considerado o índice oficial que vier a substituí-lo.




BRDOCS

Documento assinado e certificado digitalmente Por EDITAL CENTER LTDA. 04.150.383/0001-35 A autenticidade pode ser conferida ao lado



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 17/5/2023

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de Publicidade Legal Certificada no portal do Metópole Jornal. Acesse também através do link: https://metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais



PUBLICIDADE LEGAL EDIÇÃO DIGITAL

www.metropolejornal.com.br

(41) 3024-6766



RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Verificar?publicID=D369B0C2-82C2-4EB7-9987-E6BAC8F47932>

Chave de acesso: D369B0C2-82C2-4EB7-9987-E6BAC8F47932



Hash do documento

8e5ef98442bae7d93c7659da5fc50c194f49a75fc0bf2ed42958ffbc88b5fc57

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 16-05-2023, com o(s) seguinte(s) participante(s):

EDITAL CENTER LTDA - 04.150.383/0001-35 em 16/05/2023 18:03 UTC-03:00

Tipo de Assinatura: Digital

Identificação: Por e-mail: cial@ctbametropole.com.br

Geolocalização: Latitude: -25.3922455 Longitude: -49.2525735

IP: 138.204.26.73

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil





ASTIC IE PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ: 33.824.575/0001-88



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021.

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	3.792	2.411	73.083	90.247
Concessionárias	—	—	17.448	16.451
Impostos a compensar	253	14	1.051	611
Dividendos a receber	—	4.412	—	—
Despesas pagas antecipadamente	62	—	852	1.021
Partes Relacionadas ativo	1.096	22	—	14
Adiantamentos	2.022	—	2.022	—
Outros créditos	42	—	42	—
	7.268	6.859	94.498	108.344
Não Circulante				
Cauções e depósitos vinculados	—	—	43.215	42.931
	—	—	43.215	42.931
Investimentos	580.452	608.747	—	—
Imobilizado	—	—	760.233	789.226
Intangível	—	—	394.611	394.610
	580.452	608.747	1.154.844	1.183.836

Total do Ativo 587.720 615.606 1.292.557 1.335.111

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

(Em milhares de Reais)	Capital social	Capital social a integralizar	Reserva legal	Reservas acumuladas	Lucro (prejuízo)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	605.000	(4.372)	489	1.938	—	603.055
Redução de capital	(49.523)	4.372	—	—	—	(45.151)
Lucro do exercício	—	—	—	—	18.390	18.390
Constituição de reserva legal	—	—	919	—	(919)	—
Dividendo mínimo obrigatório	—	—	—	—	(4.368)	(4.368)
Dividendos pagos antecipadamente	—	—	—	—	(5.700)	(5.700)
Reserva de retenção de lucros	—	—	—	7.403	(7.403)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2021	555.477	—	1.408	9.341	—	566.226
Lucro do exercício	—	—	—	—	20.283	20.283
Constituição de reserva legal	—	—	1.014	—	(1.014)	—
Dividendo mínimo obrigatório	—	—	—	—	(4.817)	(4.817)
Distribuição dividendos	—	—	—	(23.792)	—	(23.792)
Reserva de retenção de lucros	—	—	—	14.452	(14.452)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2022	555.477	—	2.422	—	—	557.899

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Daniel Araque Diretor	Ruy de Sousa Pereira Lima Diretor

As Demonstrações Financeiras Completas e Auditadas encontram-se na sede da Companhia e no site: www.eolicasbabelonia.com.br

DEMONSTRAÇÕES DE FLUXO DE CAIXA

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.283	18.390	29.103	24.345
Resultado das participações societárias	(26.277)	(18.577)	—	—
Depreciações e amortizações	—	—	29.251	29.359
Encargos de dívidas sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	—	—	56.083	54.340
Juros provisão para desmantelamento	—	—	432	391
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada	—	—	11.997	6.842
	(5.994)	(187)	126.866	115.277
Varição em:				
Concessionárias	—	—	(12.994)	(1.707)
Impostos a compensar	(239)	(11)	(440)	(569)
Dividendos recebidos	58.985	—	—	—
Despesas pagas antecipadamente	(62)	4	169	1.018
Adiantamentos	4.015	—	(2.022)	—
Outros créditos	(42)	—	(42)	—
Fornecedores	10	9	411	(6.224)
Salários e encargos	—	—	629	—
Impostos a pagar	4	4	(3.671)	2.603
Outros impostos a pagar	—	—	(2.136)	1.502
Partes relacionadas	(1.066)	2	14	(10)
Outras contas a pagar	750	—	11.308	2.182
Caixa gerado pelas atividades operacionais	56.361	(179)	118.092	114.072
Juros pagos	—	—	(50.214)	(45.100)
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	(9.003)	(2.210)
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicado nas) das atividades operacionais	56.361	(179)	58.875	66.762
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	—	8.041	—	—
Cauções e depósitos vinculados	—	—	(284)	(17.107)
Adições ao imobilizado	—	—	(258)	(318)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	—	8.041	(542)	(17.425)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Dividendos Pagos	(32.976)	(8.022)	(32.976)	(8.020)
Emissão de notas promissórias	—	45.000	—	45.000
Amortização do principal de empréstimo e debêntures	—	—	(20.518)	(25.352)
Amortização de notas promissórias	(22.004)	—	(22.004)	—
Redução de capital	—	(45.151)	—	(45.151)
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	(54.980)	(8.173)	(75.498)	(33.523)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	1.381	(311)	(17.164)	15.814
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.411	2.722	90.247	74.433
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.792	2.411	73.083	90.247
	1.381	(311)	(17.164)	15.814

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Resultado líquido do exercício	20.283	18.390	20.283	18.390
Resultado abrangente do exercício	20.283	18.390	20.283	18.390

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

CONTADOR	
Ricardo Rosati CRC: 1SP220213/O-6	

Brasília

Nacional

VARIAÇÕES

Alta de preços de medicamentos vendidos a hospitais é de 3,21%

A rede hospitalar brasileira teve de desembolsar em abril mais recursos do que gastou em março para adquirir o estoque de remédios que utiliza para atender seus pacientes. É que os preços dos medicamentos adquiridos pelos hospitais subiram, em média, 3,21%, segundo Índice de Preços de Medicamentos para Hospitais (IPM-H), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) em parceria com a Bionexo - empresa de tecnologia SaaS, líder em soluções para gestão em saúde. Em março os preços dos medicamentos sofreram um aumento de 0,19%.

O aumento é o maior registrado pelo índice desde abril de 2022, quando a alta foi de 3,57%, apontando um padrão histórico no período. O resultado coincidiu com a entrada em vigência do reajuste máximo de 5,6% definido pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos (CMED) para os preços de medicamentos - o menor porcentual autorizado dos últimos anos. Em 2022, tinha sido de 10,89% e em 2021, de 10,08%. Comparativamente ao IPCA, que registrou em abril uma alta média de 0,61%, e à deflação de 0,95% mostrada pelo IGP-M, pode se dizer que a inflação dos remédios rodou muito acima da média de ajustes dos indicadores plenos de inflação.

A análise dos resultados evidencia também que a série do IPM-H interrompeu a convergência com a tendência

pré-pandemia nos últimos meses, muito em razão do comportamento dos preços de alguns grupos terapêuticos, como aparelho digestivo, metabolismo e aparelho geniturinário.

Segundo da Fipe e a Bionexo, a despeito disso, o comportamento negativo do IPM-H nos últimos 12 meses é reforçado pelo declínio nos preços de outros grupos de peso no cálculo do índice: sistema nervoso, aparelho cardiovascular e sistema musculoesquelético.

“A alta registrada pelo IPM-H veio dentro do esperado para o período, que é historicamente marcado pela recorrência anual dos reajustes dos preços dos medicamentos, conforme decisão da CMED. Não por acaso, o comportamento positivo abrangeu a maioria dos grupos terapêuticos que integram a cesta do índice, com destaque para a alta de 9,48% entre medicamentos que atuam no aparelho digestivo e metabolismo”, afirma Bruno Oliva, economista da Fipe.

De maneira geral, os aumentos de preço por grupo terapêutico foram os seguintes em abril: aparelho digestivo e metabolismo, 9,48%; aparelho geniturinário, 7,65%; sangue e órgãos hematopoiéticos, 4,68%; imunoterápicos, vacinas e anti-alérgicos, 4,36%; agentes antineoplásicos, 4,12%; preparados hormonais, 2,92%; órgãos sensitivos, 2,17; sistema musculoesquelético, 1,19%; anti-infecciosos gerais para uso sistêmico, 0,81%;

e aparelho cardiovascular, 0,31%. Os grupos que apresentaram recuo foram: aparelho respiratório, 0,11% e sistema nervoso, 3,15%.

De acordo com a Fipe e com a Bionexo, nos últimos 12 meses, é possível destacar o incremento dos preços de medicamentos atuantes sobre: aparelho respiratório, de 22,36%; aparelho geniturinário, com elevação de 21,58%; sangue e órgãos hematopoiéticos, 4,86%; agentes antineoplásicos, 3,17%; e preparados hormonais, 0,36%.

A despeito da alta significativa nos preços dos medicamentos, considerando os últimos resultados do IPM-H, os preços dos medicamentos para hospitais passaram a acumular uma queda de 1,72% no balanço parcial de 2023 e um declínio de 4,96% nos últimos 12 meses encerrados em abril.

Nesse horizonte mais ampliado, os seguintes grupos contribuíram para o resultado negativo do índice: sistema nervoso, com queda de 33,43%; aparelho cardiovascular, com recuo de 11,05%;

sistema musculoesquelético, redução de 6,63%; anti-infecciosos gerais para uso sistêmico, queda de 5,44%; agentes antineoplásicos, com redução de 1,42%; e órgãos sensitivos, com recuo de 1,07.

O IPM-H é elaborado com base nos dados de transações realizadas desde janeiro de 2015 através da plataforma healthtech, por onde são transacionados mais de R\$ 17 bilhões de negócios por ano no mercado da saúde, o que representa cerca de 20% do que é transacionado no mercado privado nacional.

A empresa conecta mais de três mil instituições de saúde a mais de 30 mil fornecedores de medicamentos e suprimentos hospitalares. A cada mês e para cada grupo de medicamentos, a Fipe calcula o índice de variação do seu preço em relação ao mês de referência, levando em consideração algumas variáveis que podem ser relevantes para determinar o preço das negociações, incluindo: quantidade de produtos transacionada, distância geográfica entre hospitais e fornecedores.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta
Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26/04/2023
1. **Data, Hora e Local:** No dia 26/04/2023, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. 2. **Presenças:** Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira, Muratore de Lima, Glem Raduy Guimarães, Gustavo Kehi Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel, Martins Malczewski, Rafael Mota Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. 3. **Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o **Sr. Alexandre Silveira Dias** e como Secretário o **Sr. Anderson Henrique Prehs**. 4. **Deliberações:** Aberta a reunião, o Conselho de Administração, de forma unânime: a) aprovou a antecipação do término do mandato atual da Diretoria para 26/04/2023 e a reeleger para mandato de 2 (dois) anos; b) Ratificou as alçadas da Diretoria já aprovadas em reunião do Conselho de Administração realizada em 08 de abril de 2022; c) aprovou a antecipação do término do mandato atual dos membros dos Comitês de Assessoramento para 26/04/2023, fixou as atribuições dos membros e os designou. 5. **Encerramento:** Lavorou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 26/04/2023. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 09/05/2023 sob o nº 20233027211, protocolo 233027211 de 09/05/2023. Leandro Marcos Rayssel Bisciaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IFE.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta
Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 26 de Abril de 2023

1. Data, Hora e Local: No dia 26 de abril de 2023, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia.

2. Convocação e Presenças: Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Glem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias; Secretário: Anderson Prehs.

4. Deliberações: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração decidiram, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições: a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"); b) aprovar a antecipação do término do atual mandato da Diretoria para a presente data e, nos termos dos artigos 13, 18 (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, reeleger a Diretoria Estatutária da Companhia conforme segue: (i) Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade civil RG nº 1.217.176-5 (SSP/PR), inscrito no CPF/ME sob nº 428.804.249-68, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Presidente da Companhia**, cujas competências estão dispostas no artigo 21 do Estatuto Social; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, brasileira, casada, engenheira civil, portadora da cédula de identidade civil RG nº 1.673.216-8 (SSP/PR), inscrita no CPF/ME sob nº 450.779.329-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas**. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete à **Diretora Vice-Presidente de Instituições Públicas** responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente a vendas direcionadas ao segmento de instituições públicas, exceto no que se refere a negócios envolvendo produtos de tecnologia educacional; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração. (iii) Sr. **Caio Gonçalves de Moraes**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da cédula de identidade civil RG nº 18361008 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 269.126.688-52, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores**, cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social; e (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade civil RG nº 55.466.215-2 (SSP/SP), inscrito no CPF/ME sob nº 910.519.406-72, com escritório na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente Corporativo**. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente Corporativo responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente a vendas e serviços prestados ao segmento corporativo das pequenas, médias e grandes empresas; administrar as contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gerir a atuação de sua área, bem como promover a interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração. (v) Nos termos do artigo 19, Parágrafo Primeiro do Estatuto Social, os Diretores ora eleitos exercerão mandato de 2 (dois) anos, com início na presente data e tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; d) Considerando a reeleição da Diretoria Estatutária, nos termos do Artigo 18, (ix) do Estatuto Social, ratificar as alçadas da Diretoria Estatutária da Companhia aprovadas na Reunião do Conselho de Administração de 08 de abril de 2022, conforme constante no **Anexo I** da presente ata. Os atos praticados pela Diretoria Estatutária poderão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no Artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração e as regras de alçadas previstas na presente ata; e) aprovar a antecipação do término do atual mandato dos membros dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração para a presente data e, com base no artigo 18, alínea (vi) do Estatuto Social, fixar as atribuições e designar os seguintes membros: **I. Comitê de Auditoria: Atribuições:** (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da Companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da Companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Composição:** Designar (i) **Gustavo Kehl Jobim**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Eduardo Mornino**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME sob nº 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como **membro do Comitê**; e (iii) **João Ramos de Almeida**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/ME sob nº 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como **membro do Comitê**. **II. Comitê Financeiro: Atribuições:** avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia. **Composição:** Designar (i) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Gustavo Kehl Jobim**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Rafael Moia Vargas**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iv) **Rodrigo Cesar Formighieri**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. **III. Comitê de Gente: Atribuições:** (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações. **Composição:** Designar (i) **Gustavo Kehl Jobim**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Helio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iv) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. **IV. Comitê de Comunicação: Atribuições:** (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado. **Composição:** Designar (i) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenadora do Comitê**; (ii) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) **Helio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. **V. Comitê de Tecnologia Educacional: Atribuições:** validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio. **Composição:** Designar (i) **Samuel Ferrari Lago**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Helio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **Francisco Eugênio Ziccarelli Millarch**, brasileiro, casado, publicitário, inscrito no CPF/ME nº 659.714.309-63, com endereço à Alameda Doutor Carlos de Carvalho, 855, Apartamento 1702, 18º Andar, Centro, Curitiba, PR, CEP 80.430-190, como **membro do Comitê**; (v) **Parahuarí Solnowski Branco**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/ME nº 688.960.429-68, com endereço à Rua Jeremias Maciel Perretto, 1060, Campo Comprido, Curitiba, PR, CEP 81.210-310, como **membro do Comitê**; e (vi) **Lucas Raduy Guimarães**, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/ME sob nº 875.483.489-91, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, 1.400, Bigorrlho, Curitiba, Paraná, CEP 81.280-330, como **membro do Comitê**. **VI. Comitê de Novos Negócios: Atribuições:** (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados. **Composição:** Designar (i) **Marcel Martins Malczewski**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Helio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **Gustavo Kehl Jobim**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; f) Consignar que (i) o prazo do mandato dos membros designados para os Comitês se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2024, sendo que, caso ocorra renúncia ou destituição de membro do Conselho de Administração que componha quaisquer dos Comitês ora relacionados, o prazo do mandato como membro do Comitê estará automaticamente encerrado com a sua respectiva saída do Conselho de Administração; (ii) os membros designados que não são administradores da Companhia, mas que possuem função técnica ou consultiva nos Comitês, obrigam-se-ão a: a) cumprir o disposto nos artigos 8º e 11 da Instrução CVM nº 44/21; b) aderir à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia; e c) aderir aos compromissos e apresentar as informações previstas no Programa de Integridade da Companhia, para então assinar os respectivos termos de posse nos competentes Comitês. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. (Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente). Curitiba, 26 de abril de 2023. **Anderson Henrique Prehs - Secretário** - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR** - Certificado o Registro em 09/05/2023 sob nº 20233027211. Protocolo: 233027211 de 09/05/2023. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. **Anexo I (da Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023). Delegação de Alçadas da Diretoria Estatutária:** (Artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social). Nos termos artigo 18, alíneas (ix) e (xii) do Estatuto Social da Companhia, e conforme aprovado pelo Conselho de Administração, os atos descritos neste anexo deverão ser praticados conforme as regras de representação da Companhia previstas no artigo 26 e seus parágrafos do Estatuto Social, independentemente de prévia aprovação ou ratificação do Conselho de Administração: a) contratações que tenham por finalidade a aquisição de matérias-primas, bens, serviços e/ou quaisquer insumos necessários à execução do seu objeto social e que envolvam valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; b) contratações de operações financeiras em geral, incluindo, mas não limitadas a: empréstimo, financiamento de qualquer modalidade e espécie, desconto de títulos para antecipação de recebíveis, cédula de crédito bancário, carta de crédito de qualquer modalidade, fiança bancária, garantia a importações, garantia de performance, garantia contratual, seguros garantia, oferta de qualquer título ou valor mobiliário representativo de dívida ou de capital, incluindo a emissão de instrumentos de crédito para a captação de recursos como "bonds", nota promissória, nota promissória comercial e/ou nota comercial, que envolvam valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; c) celebração de contratos de quaisquer naturezas entre a Companhia e sociedades controladas, direta ou indiretamente, que envolvam valores até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação, desde que pactuadas em condições de mercado; d) realização de operações financeiras de derivativos com o único e exclusivo objetivo de fazer seguro (*hedge*) de operações financeiras passivas que envolvam valor de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; e) outorgas de quaisquer garantias a terceiros, sejam reais (penhor, anticrese ou hipoteca e outras existentes) ou fidejussórias (aval, fiança, caução e outras existentes) que envolvam valor de até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação, exceto em relação às garantias outorgadas pela Companhia cujo beneficiário seja uma sociedade controlada direta ou indiretamente por esta, sendo que neste caso a alçada passa a ser de R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação; f) aquisição, alienação ou oneração de bens do ativo imobilizado e/ou intangível da Companhia que envolvam valores até R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) por operação; g) participação em procedimentos licitatórios nacionais ou internacionais, tais como, mas não limitados a: pregões, tomadas de preço, leilões, convites, diálogos competitivos, credenciamentos, pré-qualificações e concorrências, que envolvam valores de até R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), conforme estimativa descrita no edital de licitação ou outro documento correspondente que componha o certame para efeitos de estimativa do valor total do procedimento licitatório; e h) celebração de contratos de quaisquer naturezas não contemplados nos demais itens desta deliberação, entre a Companhia e terceiros, que envolvam valores até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) por operação. Os valores previstos nesta delegação serão anualmente corrigidos, a partir de 08 de abril de 2022, sempre no mês de janeiro de cada ano, considerando a variação do IGP/M-FGV a ser apurada entre os meses de janeiro e dezembro do ano imediatamente anterior. Caso haja a extinção do referido índice, caberá ao Conselho deliberar por outro índice a ser aplicado, sendo que, até que haja referida deliberação, será considerado o índice oficial que vier a substituí-lo.



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/1E15-4FC8-793B-5300> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 1E15-4FC8-793B-5300



Hash do Documento

7CE496E8D8C9DFCAA5C07E3155384818E1722F1A59FE896E55C2D163E52CB05D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 16/05/2023 é(são) :

- ☒ Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 16/05/2023 21:29 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03



POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

**EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024**

1. **Data, Hora e Local:** No dia 14 de março de 2024, às 13:30h, no escritório da Companhia na cidade de São Paulo e também por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia.
2. **Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Giem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Samuel Ferrari Lago e Rafael Moia Vargas. Como convidados, presentes também o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; e, para fins do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/76, o Sr. Irineu Homan, na qualidade de Presidente e representante do Conselho Fiscal da Companhia, além dos representantes dos auditores externos KPMG Auditores Independentes S.S., Srs. Edson C. Rodrigues, Eliezer J. Souza e João Neto.
3. **Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias
Secretário: Anderson Prehs
4. **Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros do Conselho de Administração de forma unânime:
 - a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76;
 - b) tomaram conhecimento do relatório de atividades e recomendações do Comitê de Auditoria referentes ao 4º trimestre de 2023, restando autorizada a publicação do relatório resumido referente ao exercício social de 2023, conforme disposto no §1º do art. 22 do Regulamento do Novo Mercado;
 - c) manifestaram-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, que serão acompanhadas do Relatório da

Administração, das Notas Explicativas, Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes S.S. e do Parecer do Conselho Fiscal, restando autorizada a sua publicação conforme Lei nº 6.404/76 e regulamentação CVM, as quais serão objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária;

- d) manifestaram-se favoravelmente à proposta de destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2023 e aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, a declaração de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o art. 29 e seus parágrafos do Estatuto Social da Companhia, a serem creditados aos acionistas em uma única parcela em 31/05/2024;
- e) consignaram que a remuneração global da administração reconhecida no exercício de 2023 observou os limites aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023;
- f) aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, para que a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024 seja no montante de até R\$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais), a ser distribuído por deliberação do Conselho de Administração;
- g) nos termos do Artigo 18, alínea (xvi), fixar a proposta de remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento, conforme apresentação arquivada na sede da Companhia;
- h) aprovaram a proposta do orçamento anual do Comitê de Auditoria e Auditoria Interna para as atividades referentes ao exercício social de 2024, nos termos da apresentação arquivada na sede da Companhia, conforme disposto no inciso I do art. 22 e inciso III do art. 23 do Regulamento do Novo Mercado;
- i) aprovaram a proposta da administração para a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, a ser objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista o atingimento do limite de outorgas do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015;
- j) autorizaram a Diretoria da Companhia a realizar todas as providências relacionadas às divulgações/publicações dos documentos aprovados, bem como os encaminhamentos necessários à convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30/04/2024;

- k) nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **NORBERTO MARASCHIN FILHO**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 5.740.591-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 018.499.099-89, com endereço profissional na Rua João Bettge, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade**, com mandato a partir de 01/04/2024. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente: a vendas para o segmento de consumo, seja B2B ou B2C em canais online ou offline; ao desenvolvimento de estratégias e soluções combinadas de hardware e software pertencentes ao ecossistema de mobilidade Android/ARM, bem como por vendas destas soluções para os demais canais de vendas da Companhia, administrando relacionamentos com fornecedores e parceiros estratégicos deste ecossistema; a administração das contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gestão a atuação de sua área, bem como a promoção da interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art.11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia.
- l) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/04/2024: Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Caio Gonçalves de Moraes** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira**, nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade.
- m) aprovaram a alteração da denominação dos seguintes Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, quais sejam: (i) o Comitê de Novos Negócios passa a adotar a denominação de Comitê de Estratégia e Novos Negócios; e (ii) o Comitê de Comunicação passa a adotar a denominação de Comitê de Marketing e Comunicação. Neste sentido, consignaram a relação atualizada dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração: (i) **Comitê de Auditoria**, (ii) **Comitê Financeiro**, (iii) **Comitê de Gente**, (iv) **Comitê de Marketing e Comunicação**, (v) **Comitê de Tecnologia Educacional**, (vi) **Comitê de Estratégia e Novos Negócios** e (vii) **Comitê de Integridade**.

- n) com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuto Social, aprovaram a designação da Sra. **LILIAN MARIA FERREZIM GUIMARÃES**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da CI/RG nº 10.999.165-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 063.940.958-00, residente e domiciliada Rua Marcos Mélega, nº 150, Ed. Pinus, 8º Andar, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05.466-010, para o cargo e funções de membra do Comitê de Gente.

Em razão da deliberação ora tomada, para o mandato em curso o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **HELIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê** e (v) **LILIAN MARIA FERREZIM GUIMARÃES**, como **membra do Comitê**.

5. **Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente.

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 14 de março de 2023.

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608



Documento assinado digitalmente
ANDERSON HENRIQUE PREHS
Data: 25/03/2024 15:27:55-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON HENRIQUE PREHS, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 34608, inscrito no CPF n° 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS



CERTIFICO O REGISTRO EM 26/03/2024 13:04 SOB N° 20241761778.
PROTOCOLO: 241761778 DE 26/03/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12404249283. CNPJ DA SEDE: 81243735000148.
NIRE: 41300071977. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 11/03/2024.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração - Realizada em 02/02/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 02/02/2024, às 12:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams.

2. Presentes: Os Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Glem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago.

3. Mesa: A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Alexandre Silveira Dias e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs.

4. Deliberações: Aberta a reunião, os membros do Conselho de Administração, de forma unânime: a) autorizaram a lavratura da ata em forma de sumário; b) nos termos do artigo 18 (ix) do Estatuto Social autorizaram sua controlada Boreo Indústria de Componentes Ltda., a celebrar contrato com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, para fins de formalizar a concessão de financiamento à Positivo Tecnologia S.A., no valor global de até R\$ 330.448.675,00, autorizada pela Diretoria do BNDES nos termos da Decisão nº Dir. 360/2023 - BNDES, de 21/12/2023, dividida em 2 (duas) Operações, nos seguintes valores e finalidades: I - Operação 7.109.929- R\$ 72.062.682,00, à conta de recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações - Funttel e; II - Operação 7.097.350- R\$ 258.385.993,00, à conta dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT; c) consignaram que para as operações indicadas no item "b", a Companhia será representada por seu(s) diretor(es) e/ou procurador(es) constituídos, na forma do seu Estatuto Social e instrumentos de mandatos aplicáveis.

5. Encerramento: Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 02/02/2024. Anderson Prehs - Secretário - **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 02/02/2024 sob o nº 20240271405, protocolo 240274105 de 02/02/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 18 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 18 de março de 2024, às 18h00, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams disponibilizada pela Companhia.

2. Convocação e Presenças: Convocação dispensada em razão da presença da totalidade dos Conselheiros da Companhia: Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Glem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago.

3. Mesa: Presidente: Alexandre Silveira Dias; Secretário: Anderson Prehs.

4. Deliberações: Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros presentes do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) nos termos do art. 18, alínea (ix) do Estatuto Social e da Delegação de Alçadas da Diretoria Estatutária aprovada na Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de abril de 2023 ("Delegação de Alçadas"), autorizaram a Positivo Smart Tecnologia Ltda. ("Positivo Smart"), na qualidade de compradora, e a Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia"), na qualidade de interveniente anuente e garantidora, a celebrar o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças ("Contrato") com a Algar S.A. Empreendimentos e Participações, na qualidade de vendedora, e outras empresas do seu grupo econômico, na qualidade de intervenientes anuentes, para a aquisição de 100% (cem por cento) das ações de emissão da Algar TI Consultoria S.A. ("Algar TI Consultoria") e, indiretamente, de suas subsidiárias, Algar Tech S.A. de C.V., Algar Tecnologia S.A.S. e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina, pelo valor total de até R\$ 235.000.000,00 (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), sendo (i) R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) pagos à vista na data do fechamento da operação, mediante a comprovação do atendimento de certas condições precedentes listadas no Contrato ("Fechamento") e (ii) R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de reais) a ser pago em 12 (doze) meses após o fechamento, condicionado ao atendimento de certas condições financeiras (receita) pela Algar TI Consultoria no exercício social de 2024 ("Aquisição"); e c) nos termos do art. 18, alínea (iv) do Estatuto Social e da Delegação de Alçadas, autorizar a Companhia e sua subsidiária Positivo Smart a contratarem uma ou mais operações financeiras, no valor máximo de R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais), com o objeto específico de financiamento da Aquisição, d) consignar que, para as operações ora aprovadas, a Companhia será representada por seu(s) diretor(es) e/ou procurador(es) constituído(s) na forma do seu Estatuto Social, os quais estão autorizados à celebração de todos os documentos necessários para viabilizar as contratações, inclusive mediante assinatura e/ou formalização de contratos, aditivos, prestação de quaisquer garantias, quando e se necessárias para a formalização dos instrumentos, bem como todos os demais documentos acessórios para efetivação das operações aprovadas, sem que haja necessidade de nova aprovação por parte do Conselho de Administração.

5. Encerramento: Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia presentes e identificados no item 2 da presente, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente).* Curitiba, 18 de março de 2024. **Anderson Prehs** - Secretário - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR** - Certifico o Registro em 27/03/2024 sob nº 20242035760. Protocolo: 242035760 de 26/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 14 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 14 de março de 2024, às 13:30h, no escritório da Companhia na cidade de São Paulo e também por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams disponibilizada pela Companhia.

2. Convocação e Presenças: Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Glem Raduy Guimarães, Gustavo Kehl Jobim, Helio Bruck Rotenberg, Rodrigo Cesar Formighieri, Samuel Ferrari Lago e Rafael Moia Vargas. Como convidados, presentes também o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; e, para fins do artigo 163, § 3º, da Lei nº 6.404/76, o Sr. Irineu Homan, na qualidade de Presidente e representante do Conselho Fiscal da Companhia, além dos representantes dos auditores externos KPMG Auditores Independentes S.S., Srs. Edson C. Rodrigues, Eliezer J. Souza e João Neto.

3. Mesa: Presidente: Alexandre Silveira Dias - Secretário: Anderson Prehs.

4. Deliberações: Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) tomaram conhecimento do relatório de atividades e recomendações do Comitê de Auditoria referentes ao 4º trimestre de 2023, restando autorizada a publicação do relatório resumido referente ao exercício social de 2023, conforme disposto no §1º do art. 22 do Regulamento do Novo Mercado; c) manifestaram-se favoravelmente às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, que serão acompanhadas do Relatório da Administração, das Notas Explicativas, Relatório dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes S.S. e do Parecer do Conselho Fiscal, restando autorizada a sua publicação conforme Lei nº 6.404/76 e regulamentação CVM, as quais serão objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária; d) manifestaram-se favoravelmente à proposta de destinação dos lucros apurados no exercício social encerrado em 31/12/2023 e aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, a declaração de dividendos mínimos obrigatórios de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado de acordo com o art. 29 e seus parágrafos do Estatuto Social da Companhia, a serem creditados aos acionistas em uma única parcela em 31/05/2024; e) consignaram que a remuneração global da administração reconhecida no exercício de 2023 observou os limites aprovados pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28/04/2023; f) aprovaram a proposta da administração, objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, para que a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024 seja no montante de até R\$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais), a ser distribuído por deliberação do Conselho de Administração; g) nos termos do Artigo 18, alínea (xvi), fixar a proposta de remuneração dos membros do Comitê de Auditoria e dos demais comitês de assessoramento, conforme apresentação arquivada na sede da Companhia; h) aprovaram a proposta do orçamento anual do Comitê de Auditoria e Auditoria Interna para as atividades referentes ao exercício social de 2024, nos termos da apresentação arquivada na sede da Companhia, conforme disposto no inciso I do art. 22 e inciso III do art. 23 do Regulamento do Novo Mercado; i) aprovaram a proposta da administração para a criação do Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações, a ser objeto de deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Extraordinária, tendo em vista o atingimento do limite de outorgas do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015; j) autorizaram a Diretoria da Companhia a realizar todas as providências relacionadas às divulgações/publicações dos documentos aprovados, bem como os encaminhamentos necessários à convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada em 30/04/2024; k) nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **Norberto Maraschin Filho**, brasileiro, casado, engenheiro, portador do RG nº 5.740.591-0 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 018.499.099-89, com endereço profissional na Rua João Bettgea, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade, com mandato a partir de 01/04/2024**. Adicionalmente ao previsto no artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, compete ao Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade responsabilizar-se pelos negócios da Companhia relacionados direta e indiretamente a vendas para o segmento de consumo, seja B2B ou B2C, em canais online ou offline; ao desenvolvimento de estratégias e soluções combinadas de hardware e software pertencentes ao ecossistema de mobilidade Android/ARM, bem como por vendas destas soluções para os demais canais de vendas da Companhia, administrando relacionamentos com fornecedores e parceiros estratégicos deste ecossistema; a administração das contas dos clientes estratégicos da Companhia, atrelados à sua área de atuação; gestão a atuação de sua área, bem como a promoção da interface desta com as demais; e exercer as demais atribuições que lhe forem definidas pelo Conselho de Administração. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia. l) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/04/2024: Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Caio Gonçalves de Moraes** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guerra Teixeira**, nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade. m) aprovaram a alteração da denominação dos seguintes Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, quais sejam: (i) o Comitê de Novos Negócios passa a adotar a denominação de Comitê de Estratégia e Novos Negócios; e (ii) o Comitê de Comunicação passa a adotar a denominação de Comitê de Marketing e Comunicação. Neste sentido, consignaram a relação atualizada dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração: (i) **Comitê de Auditoria**, (ii) **Comitê Financeiro**, (iii) **Comitê de Gente**, (iv) **Comitê de Marketing e Comunicação**, (v) **Comitê de Tecnologia Educacional**, (vi) **Comitê de Estratégia e Novos Negócios** e (vii) **Comitê de Integridade**. n) com base no artigo 18, alínea (xv) do Estatuto Social, aprovaram a designação da Sra. **Lilian Maria Ferezim Guimarães**, brasileira, divorciada, administradora de empresas, portadora da CI/RG nº 10.999.165-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 063.940.958-00, residente e domiciliada na Rua Marcos Mélega, nº 150, Ed. Pinus, 8º Andar, Alto de Pinheiros, São Paulo, SP, CEP 05.466-010, para o cargo e funções de membro do Comitê de Gente. Em razão da deliberação ora tomada, para o mandato em curso o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **Gustavo Kehl Jobim**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Helio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **Lilian Maria Ferezim Guimarães**, como **membro do Comitê**. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a emitir ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente).* Curitiba, 14 de março de 2024. **Anderson Prehs** - Secretário - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR** - Certifico o Registro em 26/03/2024 sob nº 20241761778. Protocolo: 241761778 de 26/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

Positivo Tecnologia S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho Fiscal Realizada em 12 de Março de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 12 de março de 2024, às 14:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams disponibilizada pela Companhia.

2. Presença e Convocação: A convocação foi efetuada pela administração da Companhia, por meio eletrônico, estando presentes os conselheiros titulares Srs. Irineu Homan, Lincoln Lopes Ferraz e Michelle Squeff. Como convidados, o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores e o Sr. Fabio Trierweiler Faigle, Diretor de Controladoria e Contabilidade, bem como os representantes dos auditores independentes KPMG Auditores Independentes S.A., Sr. Edson C. Rodrigues e Sr. Eliezer J. Souza.

3. Mesa: Presidente: Irineu Homan; Secretário: Anderson Prehs.

4. Ordem do Dia: Apresentação e discussão da DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas de 31 de dezembro de 2023.

5. Deliberações: Aberta a reunião, os membros do Conselho Fiscal da Companhia analisaram e discutiram acerca dos temas da ordem: a) autorizar a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) avaliaram os resultados (individuais e consolidados) do 4º Trimestre de 2023, bem como os resultados do exercício social de 2023 apresentados pela administração da Companhia, inclusive com comparativo do exercício social anterior (2022); c) manifestaram parecer favorável à aprovação das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, contidas na DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas. Os membros do Conselho informaram que o parecer será emitido e assinado assim que concluídos os trabalhos de auditoria, respeitados os prazos previstos para divulgação dos resultados da Companhia, programado para 20/03/2024. Referido parecer será parte integrante da presente deliberação como Anexo I e futuramente publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 2023.

Encerramento: Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros Fiscais da Companhia, ficando autorizado(a) o(a) Secretário(a) a providenciar a certidão da presente ata para fins de registro na Junta Comercial competente, podendo assiná-la/autenticá-la isoladamente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente).*

Anderson Prehs - Secretário OAB/PR 34.608. **JUCEPAR** - Certifico o Registro em 15/03/2024 sob nº 20241762090. Protocolo: 241762090 de 15/03/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.



A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 18/04/2024

Documento assinado e
certificado digitalmente
Por EDITAL CENTER LTDA.
04.150.383/0001-35
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar
a página de **Publicidade Legal Certificada** no portal
do **Metópole Jornal**. Acesse também através do link:
https://metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais





RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=BC480D54-3A16-416B-BE2D-6CAB68B4B0AB>

Chave de acesso: BC480D54-3A16-416B-BE2D-6CAB68B4B0AB



Hash do documento

ed8bcb35bfcd233eee8b47dca2dcbd0e1c0584e7e2c89fc8247d785f59deeb19

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 17-04-2024, com o(s) seguinte(s) participante(s):

EDITAL CENTER LTDA - 04.150.383/0001-35 em 17/04/2024 22:27:39 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: cial@ctbametropole.com.br

Geolocalização: Latitude: -25.4509056 Longitude: -49.2601344

IP: 177.173.217.212

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil



Serra Negra Empreendimentos Turísticos S/A

Relatório da Administração			
CNPJ 44.846.236/0001-19			
Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições Legais e Estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado relativo ao Exercício findo 31/12/2023. Permanecendo ao inteiro dispor dos Srs. Acionistas para quaisquer informações necessárias.			
Balanço Patrimonial		2023	2022
Ativo/Ativo Circulante			
Disponível	984.882,72	500.499,18	
Caixa e Bancos	789.440,46	273.311,21	
Valores a Recuperar e Adiantamento	195.442,26	227.187,97	
Não Circulante			
Investimentos	1.741,84	1.741,84	
Investimentos Fiscais	1.741,84	1.741,84	
Imobilizado	44.997,79	55.933,98	
Minifério	376.747,86	367.392,86	
Utensílio/Ferramentas/Acessórios	339.843,91	330.314,91	
(-) Imobilizado Cedente	(243.323,39)	(243.323,39)	
Depreciação Acumulada	(428.270,59)	(398.450,40)	
Total do Ativo	1.031.622,35	558.175,00	
Notas explicativas			
1) Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com normas estabelecidas nas Leis vigentes e práticas contábeis adotadas no Brasil. Não houve lançamentos com base em métodos e critérios diferentes dos prescritos pela legislação tributária. 2) Principais Práticas Contábeis: a) Aplicações Financeiras foram registradas em conta de investimentos diversos e são registrados pelo valor de custo. b) Imobilizado está registrado ao custo de compra e as depreciações foram calculadas às taxas permitidas. 3) Não há empresas coligadas. 4) Capital social 131.000 ações nominativas R\$ 1,00 cada.			
Passivo/Passivo Circulante			
Exigível			
Impostos a Pagar	83.386,72	69.193,79	
Contas a Pagar	51.574,24	25.724,62	
Patrimônio Líquido	131.615,21	131.615,21	
Capital Social	131.000,00	131.000,00	
Reserva de Capital	615,21	615,21	
Reserva de Lucros	816.620,42	357.366,00	
Reserva de Lucros	600.889,39	400.171,41	
Lucro Disponível AGO	459.254,42	200.517,98	
(-) Imobilizado Cedente	(243.323,39)	(243.323,39)	
Total do Passivo	1.031.622,35	558.175,00	
Demonstração do Valor Acumulado			
2023			
Receitas Brutas	1.808.573,30	1.412.384,50	
Insumos Adicionais de Terceiros			
Energia Elétrica	(43.314,78)	(31.185,20)	
Manutenção	(416.937,34)	(351.256,85)	
Valor Adicional Líquido Produzido	1.345.564,78	1.029.942,45	
Receitas Financeiras - Despesas Financeiras	34.745,84	(11.121,54)	
Valor Adicional a Distribuir	1.380.310,62	1.018.820,91	
Salários e Encargos	(820.589,47)	(710.376,96)	
Tributos Federais, Estaduais e Municipais	(100.466,73)	(107.925,97)	
Lucro à Disposição da AGO	459.254,42	200.517,98	
Diretoria			
Maria Elizabeth Mendes de Toledo Bulk - Presidente - CPF 963.427.308-49			
Sr. Fernando Antonio Pacini Ricci - Diretor - CPF 014.839.788-34			
Claudio Fernando Lugli - Contador - CRC 1SP 141364/O-0 CPF 102.705.358-02			

(a) Alcides M. Menegatti

(a) Elza Ganem Dib

Niteesh Empreendimentos e Participações S/A

CNPJ nº 12.860.379/0001-99									
Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 - Em reais									
Relatório da Administração: Submetemos à apreciação dos senhores acionistas as Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios findos em 31/12/2023 e 2022.									
São Paulo, 18 de abril de 2024									
Balanço Patrimonial					Demonstração de Resultados				
Ativo	Nota	2023	2022	Passivo e Patrimônio Líquido	Nota	2023	2022	Receita Líquida	Nota
Circulante				Circulante				Receitas (Despesas) Operacionais	7
Caixa e equivalentes de caixa	3	426.378,70	620.925,80	Tributos a recolher		15.419,54	13.038,58	Vendas	
Outros créditos		3.430,53	290,50	Dividendos a pagar	6,3	708.363,57	574.674,66	Administrativas	
		429.809,23	621.216,30	Contas a pagar	5	1.712.193,86	2.239.199,07	Tributárias	
Não Circulante						2.435.976,97	2.826.912,31	Despesas de investimentos	
Investimentos	4	9.837.033,03	9.781.904,35	Patrimônio Líquido				Outras	
Imobilizado		1.849.218,89	1.049.218,89	Capital social	6,1	4.501.229,80	4.501.229,80		
		11.686.251,92	10.831.123,24	Reservas de lucros	6,2	5.178.854,38	4.124.197,43		
Total do Ativo		12.116.061,15	11.452.339,54			9.680.084,18	8.625.427,23	Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro	1.231.624,31
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		12.116.061,15	11.452.339,54	Resultado Financeiro	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido									
				Reservas de lucros				Receitas Financeiras	
				Lucros prejuízos acumulados				Lucro antes do IRPJ/CSLL	
								Imposto de Renda	
								Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	
								Lucro Líquido do Exercício	
								Lucro por Ação	
		</							



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/72DD-6474-6BA4-9D01> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 72DD-6474-6BA4-9D01



Hash do Documento

18F4044A8B1204C3C518988ED6C3AD770CAB54AB5E481302F9A534AD7BDE7187

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 17/04/2024 é(são) :

- ☒ Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 17/04/2024 21:35
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03



POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2024**

1. **DATA, HORA E LOCAL:** No dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia").
2. **CONVOCAÇÕES:** Edital de Convocação foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 28 de março de 2024, bem como publicado nos termos do artigo 124, *caput* e §1º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições dos dias 02, 03 e 04 de abril dos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 02, 02 e 04, respectivamente) e "Jornal Diário Comercial" (Edição Nacional) (páginas B13, B12, B17, respectivamente), bem como em suas versões on-line, nas respectivas páginas da internet.
3. **PUBLICAÇÕES:** O Secretário da mesa comunicou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram divulgados nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 20 de março de 2024, bem como publicados nos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 09 à 16) e "Jornal Diário Comercial" (páginas B13 à B14) no dia 26 de março de 2024. A Proposta da Administração e Manual do Acionista contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2024, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 7º, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/22.
4. **PRESENCAS:** Presentes (a) na AGO, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia, e (b) na AGE, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia; conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia; e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação à distância; nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. Presentes, ainda, (i) o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e RI da Companhia, (ii) Sr. Edson Rodrigues, representante da KPMG Auditores Independentes SS, auditor independente da Companhia, (iii) o Sr. Irineu Homan, representante do Conselho Fiscal da Companhia.
5. **MESA:** Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes
Secretário: Sr. Anderson Prehs
6. **ORDEM DO DIA:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de

dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração; (iv) fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) examinar, discutir e votar a proposta de Incentivo de Longo Prazo: Plano de Opção de Compra de Ações.

7. LEITURA DE DOCUMENTOS E LAVRATURA DA ATA: (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; (ii) foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

8. DELIBERAÇÕES: Após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 48 da Resolução CVM 81/22; e (ii) análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes:

Em Assembleia Geral Ordinária

(i) Aprovar, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, tendo sido computados 42.864.616 votos a favor, 0 votos contrários e 33.684.542 abstenções, as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas, do parecer dos auditores independentes e dos pareceres do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal;

(ii) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de **246.757.602,85** (duzentos e quarenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) da seguinte forma:

a) **R\$ 12.337.880,14** (doze milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e quatorze centavos) para a constituição da reserva legal;

b) **R\$ 175.814.792,03** (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais e três centavos) para a reserva de incentivos fiscais; e

c) **R\$ 58.604.930,68** (cinquenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos) para distribuição a título de dividendos, resultando no valor de R\$ 0,4182277274185630 por ação, tendo direito aos dividendos os acionistas assim identificados em 30 de abril de 2024. A partir de 2 de maio de 2024 (inclusive), as ações serão negociadas *ex-dividendos* na B3. O referido montante será pago em parcela única, sem correção monetária, em 31 de maio de 2024.

(iii) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros para o mandato que se inicia nesta Assembleia.

(iv) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025.

(v) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 72.429.266 votos a favor, 4.119.892 votos contrários e 0 abstenções, a eleição da chapa, composta por 9 (nove) membros, na forma contida na Proposta da Administração, para mandato de 1 (um) ano a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025, da seguinte forma:

- a) reeleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Alexandre Silveira Dias**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 30.506.080-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 158.558.418-55, domiciliado na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 6º andar, Cj. 61, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04.534-004;
- b) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 1.217.176-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, domiciliado na Rua João Bettega, nº 5.200, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, PR, CEP 81.350-000;
- c) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 3.668.497-6 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, domiciliado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, Curitiba, PR, CEP 80440-120;
- d) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Giem Raduy Guimarães**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.529.538-4 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 755.250.039-53, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorrião, Curitiba, PR, CEP 80.710-570;
- e) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 3.640.858-8 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.949.989-39, residente e domiciliado Rua Buenos Aires nº 103, apto 904, Bairro Batel, Curitiba, PR, CEP 80250-070;
- f) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Rafael Moia Vargas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.682.811-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.164.139-96, domiciliado na Rua Jacarezinho, nº 80, Curitiba, PR, CEP 80.710-150;
- g) reeleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Marcel Martins Malczewski**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 3236744-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 445.212.009-15, domiciliado na Av. Cândido de Abreu, nº 470, conj. 2210, Centro Cívico, CEP 80.530-000, Curitiba, PR;
- h) eleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Fernando Costa de Freitas**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 11.347.652 (SSP-SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 129.345.398-65, domiciliado à Rua Marcos Mélega, nº 150, Edifício Pinus, apartamento 3, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05.466-010, São Paulo, SP; e

- i) reeleger, como **Conselheira Independente**, a Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade Civil com RG nº 9.430.842-1 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 125.979.208-01, domiciliada na Rua Helena, nº 170, 15º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04.552-050.

Consignar que (a) os Srs. **Alexandre Silveira Dias**, **Marcel Martins Malczewski**, **Fernando Costa de Freitas e Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, conforme declarações previamente apresentadas à Companhia, enquadram-se na definição de Conselheiro Independente constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (b) os membros do Conselho de Administração ora eleitos apresentaram previamente os respectivos currículos, nos termos da Resolução CVM nº 80/22.

Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações, no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/22, bem como se sujeitarão à cláusula compromissória prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia.

(vi) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 75.130.558 votos a favor, 779.900 votos contrários e 638.700 abstenções, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R\$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais).

(vii) A pedido de acionistas titulares de ações representativas de 0,45% do capital social com direito a voto da Companhia, foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Contudo, considerando o percentual mínimo de 2% (dois por cento) previsto no artigo 161, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 70, restou prejudicada a instalação do Conselho Fiscal, em virtude do não atingimento do quórum mínimo legal aplicável. Por este motivo, também resta prejudicada a fixação da respectiva remuneração dos membros do Conselho Fiscal. Registre-se que, para este item de deliberação, foram computados 630.427 votos a favor, 71.463.739 votos contrários e 4.454.992 abstenções.

Em Assembleia Geral Extraordinária

(i) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 71.971.839 votos a favor, 4.237.319 votos contrários e 340.000 abstenções, nos termos da Proposta da Administração, o novo plano de opções de compra ações da Companhia, o qual é Anexo à presente Ata.

9. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada.

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 30 de abril de 2024.

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608

Acionistas presentes:

Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata:

HELIO BRUCK ROTENBERG
 CIXARES LIBERO VARGAS
 LUCAS RADUY GUIMARAES
 GIEM RADUY GUIMARAES
 PAULO FERNANDO FERRARI LAGO
 SAMUEL FERRARI LAGO
 THAIS SUSANA FERRARI LAGO
 RAFAEL MOIA VARGAS
 DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO
 SOFIA GUIMARAES VON RIDDER
 ISABELA CESAR FORMIGHIERI
 RODRIGO CESAR FORMIGHIERI
 RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI
 BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA
 BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY

Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata:

DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND
 THE BOARD OF A.C.E.R.S. LOS ANGELES, CALIFORNIA
 UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
 EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
 ALASKA PERMANENT FUND
 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
 SPDR SP EMERGING MARKETS ETF
 JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND
 JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST
 THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD
 SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
 MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND
 METIS EQUITY TRUST
 COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN
 CC AND L Q 140-40 FUND
 ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
 CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II
 CCL MULTI-STRATEGY FUND
 ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I
 ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT
 MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (

MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND
 MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND
 CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND
 DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM
 ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 MOPYATÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO
 SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA
 PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES
 SFA MASTER FIA – BDR NÍVEL I

Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata:

HELIO BRUCK ROTENBERG
 CIXARES LIBERO VARGAS
 LUCAS RADUY GUIMARAES
 GIEM RADUY GUIMARAES
 PAULO FERNANDO FERRARI LAGO
 SAMUEL FERRARI LAGO
 THAIS SUSANA FERRARI LAGO
 RAFAEL MOIA VARGAS
 DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO
 SOFIA GUIMARAES VON RIDDER
 ISABELA CESAR FORMIGHIERI
 RODRIGO CESAR FORMIGHIERI
 RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI
 BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA
 BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY

Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata:

DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND

THE BOARD OF A.C.E.R.S. LOS ANGELES, CALIFORNIA
 UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS
 EMER MKTS CORE EQ PORT DFA INVEST DIMENS GROU
 ALASKA PERMANENT FUND
 CITY OF NEW YORK GROUP TRUST
 SPDR SP EMERGING MARKETS ETF
 JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND
 JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST
 THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD
 SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF
 MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND
 METIS EQUITY TRUST
 COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN
 CC AND L Q 140-40 FUND
 ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST
 CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II
 CCL MULTI-STRATEGY FUND
 ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I
 ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT
 MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND)
 MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND
 MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND
 CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND
 DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM
 ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK
 FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 MOPYATÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES
 SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO
 SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA
 PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES
 SFA MASTER FIA – BDR NÍVEL I

Anexo à Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Positivo Tecnologia S.A. de 30 de abril de 2024
Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

DA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de abril de 2024

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/ME Nº 81.243.735/0001-48
NIRE 41.300.071.977
Companhia Aberta

PLANO DE OUTORGA DE OPÇÕES DE COMPRA DE AÇÕES

1. OBJETIVOS DO PLANO E BENEFICIÁRIOS

O objetivo do presente Plano de Outorga de Opções de Compra de Ações ("Plano") da **POSITIVO TECNOLOGIA S.A.**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua João Bettega, nº 5.200, Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba - PR, CEP 81.350-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 81.243.735/0001-48 ("Companhia"), instituído nos termos do Art. 168, § 3º, da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, ("Lei das Sociedades por Ações"), é conceder aos Beneficiários, abaixo definidos, a oportunidade de se tornarem acionistas da Companhia mediante o exercício das opções de compra de ações ("Opções"), visando alinhar os interesses de longo prazo dos Beneficiários aos dos acionistas da Companhia, incentivando, assim, a tomada de decisões que busquem a geração sustentável de valor da Companhia.

1.1. São elegíveis para participar deste Plano os administradores, empregados da Companhia e/ou sociedades sob o seu Controle e pessoas naturais que prestem serviços à Companhia e/ou sociedades sob o seu Controle ("Beneficiários"), em favor dos quais a Companhia outorgue uma ou mais Opções, nos termos deste Plano.

1.1.1. Para os fins deste Plano "Controle" significa (i) o poder de eleger, direta ou indiretamente, a maioria dos administradores e de determinar e conduzir as políticas e administração da entidade em questão, quer isoladamente ou em conjunto com outras entidades sob Controle comum ou vinculadas a acordo de acionistas ou acordo de voto similar, ou (ii) a titularidade, direta ou indireta, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) ação/quota representativa do capital social votante da entidade em questão, quer isoladamente ou em conjunto com outras entidades sob Controle comum ou vinculadas a acordo de acionistas ou acordo de voto similar. Termos derivados de Controle, como "Controlada", "Controladora" e "sob Controle comum" terão significado análogo ao de Controle.

2. AÇÕES INCLUÍDAS NO PLANO

2.1. As ações objeto das Opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações representativas do capital social da Companhia na data de sua outorga ("Limite de Outorgas").

2.2. As Opções já outorgadas e ainda não exercidas, na data de aprovação deste Plano, no âmbito Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2015 ("Plano de Outorga 2015"), deverão ser consideradas no Limite de Outorgas. A Companhia não outorgará novas opções de compra de ações no âmbito do Plano de Outorga 2015, o qual permanecerá em vigor apenas em relação às opções já outorgadas e existentes no âmbito de referido plano e programas correspondentes.

2.3. O Limite de Outorgas deverá ser calculado sobre o total de ações representativas do capital social da Companhia em bases totalmente diluídas, contemplando, inclusive, a potencial diluição decorrente do exercício das opções outorgadas no âmbito deste Plano e do Plano de Outorga 2015.

2.4. As Opções no âmbito deste Plano e do Plano de Outorga 2015, se rescindidas ou canceladas antes de serem plenamente exercidas, deixarão de ser consideradas no cálculo do Limite de Outorgas e, portanto, poderão ser novamente outorgadas.

2.5. Uma vez exercidas as Opções pelo Beneficiário, as Ações correspondentes serão objeto de emissão através de aumento do capital social da Companhia dentro do limite do capital autorizado. As Opções também poderão ser satisfeitas mediante a entrega aos Beneficiários de Ações existentes mantidas pela Companhia em tesouraria, nos termos da regulamentação da Comissão de Valores Mobiliários.

2.5.1. A subscrição de novas Ações, e a compra de Ações em tesouraria, pelos Beneficiários serão denominadas, conjuntamente, "aquisição", para os efeitos deste Plano.

2.6. Nenhuma Ação será entregue ao Beneficiário em decorrência do exercício da Opção, a não ser que todas as exigências legais e regulamentares tenham sido integralmente cumpridas.

2.7. Os acionistas, nos termos do que dispõe o Art. 171, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, não terão direito de preferência em virtude da outorga ou do exercício das Opções nos termos deste Plano.

3. ADMINISTRAÇÃO DO PLANO

3.1. O Plano será administrado pelo conselho de administração da Companhia ("Conselho de Administração") ou, por opção deste último, por um Comitê.

3.1.1. Para os fins deste Plano, o "Comitê", quando instalado, significa o comitê criado ou indicado pelo Conselho de Administração para auxiliar na administração e implementação do Plano. O Comitê será composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo pelo menos um deles, necessariamente, membro do Conselho de Administração.

3.2. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos deste Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, para a organização e administração do Plano e das outorgas de Opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo: (i) alterar ou extinguir o Plano e/ou Programas; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos, observado o disposto na cláusula 3.3 abaixo; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das Opções vigentes; e (iv) observado o disposto na cláusula 9.3 deste Plano, antecipar o prazo de carência para o exercício das Opções vigentes.

3.3. Não obstante o disposto na cláusula 3.2, nenhuma decisão do Conselho de Administração ou do Comitê poderá, excetuados os ajustamentos permitidos por este Plano, (i) aumentar o limite total das ações que possam ser conferidas pelo exercício das Opções outorgadas, conforme previsto neste Plano; ou (ii) sem o consentimento expresso e por escrito do Beneficiário, alterar ou prejudicar quaisquer direitos ou obrigações de qualquer outorga de

Opções.

4. TERMOS E CONDIÇÕES DAS OPÇÕES

4.1. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, criarão, periodicamente, um ou mais programas de outorga de opções de compra de ações ("Programas"), onde serão definidos (i) os Beneficiários, (ii) o número total de Ações da Companhia objeto das Opções outorgadas, (iii) o Preço de Exercício, abaixo definido, observado o disposto na cláusula 5 abaixo, (iv) o prazo de carência durante o qual a Opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da Opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da Opção expirarão, observadas as hipóteses previstas neste Plano, (vi) eventuais restrições às Ações recebidas pelo exercício da Opção; (vii) regras de desligamento; e (viii) disposições sobre penalidades. Para fins do presente Plano, as Opções cujo prazo de carência já tenha transcorrido serão denominadas "Opções Vestidas", enquanto as Opções cujo prazo de carência não tenha transcorrido serão denominadas "Opções Não-Vestidas".

4.2. Quando do lançamento de cada Programa, o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, aprovará a celebração, com cada Beneficiário, do instrumento particular de outorga de opções de compra de ações ("Contrato de Opção"), por meio do qual a Companhia outorgará Opções ao Beneficiário. O Contrato de Opção deverá conter as condições específicas e individuais de cada outorga, como o número de Ações que o Beneficiário terá direito de adquirir mediante o exercício das Opções, e quaisquer outras condições que não estejam em desacordo com este Plano ou o respectivo Programa.

4.3. Nenhum Beneficiário terá qualquer dos direitos e privilégios de acionista da Companhia, em especial, o direito de voto, direito ao recebimento de proventos relativos às Ações, até a data em que a propriedade das Ações subjacentes ao exercício das Opções for efetivamente transferida ao Beneficiário, nos termos deste Plano, do Programa e dos Contratos de Opção.

4.4. Nenhuma disposição do Plano, de qualquer Programa ou do Contrato de Opção conferirá a qualquer Beneficiário direitos com respeito à permanência como administrador, empregado ou prestador de serviços da Companhia e/ou de sociedades sob seu Controle e não interferirá, de qualquer modo, com os direitos de a Companhia ou o Conselho de Administração, conforme o caso, interromper a qualquer tempo o mandato do administrador, o contrato de trabalho do empregado ou do contrato de prestação de serviços.

5. PREÇO DE EXERCÍCIO

5.1. O preço de exercício das ações a serem adquiridas pelos Beneficiários em decorrência do exercício das Opções será determinado pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, a cada outorga e será equivalente ao valor médio das Ações, ponderado pelo volume, dos últimos 30 (trinta) pregões na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") anteriores à Data de Outorga, abaixo definido, das Opções, podendo ser acrescido, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, de correção monetária até a data do efetivo exercício com base na variação de um índice de preços a ser determinado em cada Programa ("Preço de Exercício").

5.1.1. Em caso de oferta pública aprovada até 60 (sessenta) dias antes da Data de Outorga das Opções, o Preço de Exercício poderá ser, a critério do Conselho de Administração ou do Comitê, o preço de emissão praticado em referida oferta.

5.1.2. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, poderá determinar, quando do lançamento de cada Programa, uma redução de até 10% (dez por cento) no Preço de Exercício. A redução do Preço de Exercício em determinado Programa não obrigará a redução, ou a redução no mesmo percentual, nos Programas posteriores.

5.2. O Preço de Exercício será pago pelos Beneficiários na forma determinada pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê em cada Programa.

5.3. Do Preço de Exercício será deduzido o valor dos proventos líquidos por Ação declarados pela Companhia a partir da Data de Outorga.

5.3.1. Para os fins deste Plano, "Data de Outorga" significa, em relação às Opções outorgadas a cada um dos Beneficiários, a data de assinatura dos seus respectivos Contratos de Opção por meio dos quais as Opções forem outorgadas aos Beneficiários.

6. DAS RESTRIÇÕES QUANTO À ALIENAÇÃO DAS AÇÕES

6.1. O Conselho de Administração ou o Comitê, em cada Programa, poderá prever que a alienação de Ações adquiridas no âmbito deste Plano dar-se-á respeitado o direito de preferência da Companhia ou de suas Controladas, Beneficiários ou não do Plano, em igualdade de condições.

6.6.1. Para os fins deste Plano, "Ações" significam as ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal de emissão da Companhia. Também serão consideradas "Ações", para os efeitos do Item 6.1 acima, as Ações que venham a ser adquiridas pelo Beneficiário em virtude de bonificações, desdobramentos, subscrições ou qualquer outra forma de aquisição, ou valores mobiliários que deem direito à subscrição ou aquisição de Ações, desde que tais Ações ou valores mobiliários tenham decorrido para o Beneficiário da propriedade das Ações objeto deste Plano.

6.2. Caso o direito de preferência seja aplicável, nos termos do Item 6.1 acima, o Beneficiário não deverá onerar as Ações ou instituir sobre elas qualquer gravame que possa impedir a execução do disposto neste Plano.

7. DESLIGAMENTO, FALECIMENTO, INVALIDEZ PERMANENTE OU APOSENTADORIA

7.1. Na hipótese de desligamento do Beneficiário, o direito de o Beneficiário manter as Opções não Vestidas bem como de exercer as Opções Vestidas será regulado nos respectivos Programas e/ou nos Contratos de Opção.

7.1.1. Para os fins deste Plano "Desligamento" significa qualquer ato ou fato que, justificado ou não, coloque fim à relação jurídica do Beneficiário com a Companhia ou com a Controlada que o qualificou para a outorga das Opções, o que abrange as hipóteses de destituição, substituição ou não reeleição como administrador; rescisão do contrato de trabalho ou de prestação de serviços. Desligamento não abrange as hipóteses de: (a) alteração da relação jurídica do Beneficiário com a Companhia, contanto que, após a referida alteração,

o Beneficiário ainda seja considerado administrador, executivo, empregado ou prestador de serviços; (b) morte ou invalidez permanente; ou (c) aposentadoria.

7.1.2. Desligamento por Iniciativa da Companhia. Em caso de desligamento do Beneficiário por iniciativa da Companhia ou de sua Controlada, por qualquer razão, exceto por justa causa, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data do Desligamento. Em caso de o desligamento do Beneficiário ocorrer em decorrência de justa causa, devidamente comprovada, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Vestidas quanto as Opções Não-Vestidas na data do Desligamento.

7.1.3. Desligamento por Iniciativa do Beneficiário. Em caso de desligamento do Beneficiário por sua própria iniciativa, por qualquer razão, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 30 (trinta) dias contados da data do Desligamento.

7.2. Falecimento ou Invalidez Permanente. No caso de falecimento ou invalidez permanente do Beneficiário, todas as Opções Não-Vestidas terão o prazo de carência antecipado, tornando-se Opções Vestidas. O Beneficiário terá o direito de exercer as Opções Vestidas (inclusive aquelas cujo prazo de carência foi antecipado), desde que o exercício ocorra em até 90 (noventa) dias contados da data do evento do falecimento ou invalidez permanente. As Opções Vestidas em razão do falecimento do Beneficiário poderão ser exercidas pelos herdeiros sucessores do Beneficiário, por sucessão legal ou por disposição testamentária ou pelo inventariante do espólio do Beneficiário; ou no caso de invalidez permanente, pelo próprio Beneficiário.

7.3. Aposentadoria. No caso de aposentadoria do Beneficiário, restarão automaticamente extintas, de pleno direito, independentemente de aviso prévio ou indenização, todas as Opções Não-Vestidas. Não obstante, remanescerá em favor do Beneficiário o direito de exercer as Opções Vestidas, desde que o exercício ocorra em até 60 (sessenta) dias contados da data da comunicação da aposentadoria.

8. AJUSTES

8.1. Se as Ações existentes da Companhia forem aumentadas ou diminuídas em número, como resultado de bonificações em Ações, grupamentos ou desdobramentos, serão feitos ajustes apropriados no número de Ações objeto de outorga de Opções não exercidas. Quaisquer ajustes nas Opções serão feitos com ajuste correspondente ao Preço de Exercício por Ação.

8.2. Na hipótese de dissolução, transformação, incorporação ou incorporação de ações, fusão, cisão ou outras formas de reorganização da Companhia, ou de oferta pública de aquisição de ações de emissão da Companhia, na qual a Companhia não seja a sociedade remanescente, (i) o Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, avaliará (a) a

antecipação da carência ou do prazo final para o exercício das Opções outorgadas de Programas em vigor; ou (b) a extinção das Opções Não-Vestidas de Programas, ou (ii) estabelecerá por escrito a permanência do Plano e a assunção das Opções outorgadas com a substituição de tais Opções por novas opções ou ações da Companhia sucessora, sendo feitos os ajustamentos apropriados no número e preço de exercício das Opções ou das ações, conforme o caso, caso em que o Plano continuará na forma então prevista.

8.3. Os ajustes segundo as condições do Item 8.2 acima serão feitos pelo Conselho de Administração ou pelo Comitê, conforme o caso, e tal decisão será definitiva e obrigatória. Nenhuma fração de Ações será vendida ou emitida em razão de qualquer desses ajustamentos.

9. VIGÊNCIA E TÉRMINO DO PLANO

9.1. Este Plano entrará em vigor com a sua aprovação pela Assembleia Geral da Companhia e poderá ser extinto, a qualquer tempo, por decisão do Conselho de Administração, sem prejuízo da prevalência das restrições à negociabilidade das Ações e ao disposto nas cláusulas 3.3 e 6.1 acima.

9.2. Sem prejuízo de qualquer disposição em contrário prevista neste Plano ou no Contrato de Opção, as Opções outorgadas nos termos do Plano extinguir-se-ão automaticamente, cessando todos os seus efeitos de pleno direito, nos seguintes casos: (i) mediante o seu exercício integral; (ii) após o decurso do prazo máximo de exercício; (iii) mediante o distrato do Contrato de Opção; (iv) se a Companhia for dissolvida, liquidada ou tiver sua falência decretada; ou (v) em determinadas hipóteses de Desligamento do Beneficiário, conforme a Cláusula 7.

9.3. Qualquer alteração legal significativa no tocante à regulamentação das sociedades por ações, às companhias abertas, na legislação trabalhista e/ou aos efeitos fiscais de um plano de outorga de opções de compra de ações, poderá levar à revisão integral deste Plano.

10. OBRIGAÇÕES COMPLEMENTARES

10.1. Adesão. A assinatura do Contrato de Opção implicará na expressa aceitação de todos os termos do Plano, do Programa e do Contrato de Opção pelo Beneficiário. Adicionalmente, os Beneficiários estarão sujeitos às regras restritivas ao uso de informações privilegiadas aplicáveis as companhias abertas em geral e aquelas estabelecidas pela Companhia.

10.2. Cessão. Os direitos e obrigações decorrentes do Plano e do Contrato de Opção não poderão ser cedidos ou transferidos, no todo ou em parte, por qualquer das partes, nem dados como garantia de obrigações, sem a prévia anuência por escrito da Companhia.

10.3. Novação. Fica expressamente convencionado que não constituirá novação a abstenção de qualquer das partes do exercício de qualquer direito, poder, recurso ou faculdade assegurado por lei, pelo Plano, pelo Programa ou pelo Contrato de Opção, nem a eventual tolerância de atraso no cumprimento de quaisquer obrigações por qualquer das partes, impedirá que a outra parte, a seu exclusivo critério, venha a exercer a qualquer momento esses direitos, poderes, recursos ou faculdades, os quais são cumulativos e não excludentes em relação aos previstos em lei.



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON HENRIQUE PREHS, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 34608, inscrito no CPF n° 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/05/2024 17:32 SOB N° 20243137095.
PROTOCOLO: 243137095 DE 03/05/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12406311199. CNPJ DA SEDE: 81243735000148.
NIRE: 41300071977. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 30/04/2024.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

CB VISUAL EIRELI, CNPJ 17.961.281/0001-41, torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação de Licença Ambiental Simplificada - RLAS para SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA; FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIDRO, ESTRUTURAS METÁLICAS E DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS, instalada na rua DAS ARAUCARIAS, 6920- Chapada - Araucária PR.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

CB VISUAL EIRELI, CNPJ 17.961.281/0001-41, torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Araucária, a Licença Simplificada para SERVIÇOS DE USINAGEM, TORNEARIA E SOLDA; FABRICAÇÃO DE ARTIGOS DE VIDRO, ESTRUTURAS METÁLICAS E DE PAINÉIS E LETREIROS LUMINOSOS, (Concessão da Licença Simplificada válida até 04/08/2024 - LAS 122/2020), a ser implantada rua DAS ARAUCARIAS, 6920- Chapada - Araucária PR.

GRANDE LEILÃO

Favareto

AUTOMÓVEIS UTILITÁRIOS MOTOS CAMINHÕES E SUCATAS

SOMENTE ONLINE

NESTA QUARTA-FEIRA DIA 08/05 ÀS 10H00

VISITAÇÃO: SOMENTE TERÇA 07/05

FONE: 41-3111-9111

www.favaretoleiloes.com.br

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA - FORO CENTRAL DE CURITIBA 16ª VARA CÍVEL DE CURITIBA- PR

PROJUDI - Rua Mateus Lima, 1142 - 5º Andar - Atendimento: 12:00 às 18:00 horas - Centro Cívico - Curitiba/PR - CEP: 80.530-910 - Fone: (41)3254-7870 - Celular: (41) 99174-6574 - E-mail: CTBA-16V-E@projus.br

EDITAL DE CITAÇÃO DE ELIAS FRANCISCO COELHO e COMERCIAL PRINT LUX EIRELI, na pessoa de seu representante legal - Elias Francisco Coelho, COM PRAZO DE 20 (VINTE) DIAS

Processo: 0027383-80.2022.8.16.0001 Classe Processual: Execução de Título Extrajudicial Assunto Principal: Contratos Bancários Valor da Causa: R\$444.641,43 Executante(s): BANCO BRADESCO S/A (CPF/CNPJ: 60.746.948/0001-12) Executado(s): COMERCIAL PRINT LUX EIRELI (CPF/CNPJ: 28.818.594/0001-61) representado(a) por ELIAS FRANCISCO COELHO (RG: 62734264 SSP/PR e CPF/CNPJ: 922.945.619-53) ELIAS FRANCISCO COELHO (RG: 62734264 SSP/PR e CPF/CNPJ: 922.945.619-53) A DOUTORA JULIANE VELLOSO STANKEVECZ, MM. Juíza de Direito da 16ª Vara Cível do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba-PR, na forma da Lei etc., FAZ SABER a todos quantos o presente edital vierem ou dele conhecimento tiverem que, neste Juízo e Cartório, sito à Rua Mateus Lima, nº 1142, 5º Andar Fórum Cível II Curitiba-PR, tramitam os autos acima mencionados, cuja petição inicial, em síntese, aduz o seguinte: "Em data de 13 de dezembro de 2021, a Empresa Executada, avaliada pelo Segundo Executado, firmou com o Exequente, Instrumento Particular de Confissão de Dívida e Outras Avenças, (número contábil interno 385531346), pelo importe confessado de R\$ 385.887,75 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta e sete reais e setenta e cinco centavos), discriminando-se no ponto as dívidas renegociadas. De comum acordo se estabeleceu o importe de R\$ 385.880,00 (trezentos e oitenta e cinco mil, oitocentos e oitenta reais) para efeito de renegociação (Valor Confessado: R\$ 385.887,75 - Valor do Desconto, Condicionado ao Pontual Pagamento: R\$ 7,75 = R\$ 385.880,00), a ser restituído em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, no valor de R\$ 6.431,67 (seis mil, quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e sete centavos), cada uma, vencendo a primeira em 01 de março de 2022 e as demais em igual dia das meses subsequentes, conforme condições estabelecidas no Instrumento mencionado. Para garantia do cumprimento da obrigação pactuada, o primeiro Executado emitiu na mesma data (13/12/2021) em favor do ora Exequente, uma (01) Nota Promissória de inteiro efeito cambial, portanto certa, líquida e exigível, no importe de R\$ 525.476,57 (quinhentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e seis reais e cinquenta e sete centavos) devidamente avaliada pelo segundo Executado. - Ocorre que os Executados inadimpliram a renegociação a partir da 01ª (primeira) parcela contratada, vencida em 01 de março de 2022, o que enseja a antecipação de todo o débito, conforme cláusula 6ª do Instrumento Particular de Confissão de Dívida. Contudo, apesar das diversas tentativas do Exequente em receber o valor integral de seu crédito, que atualizado até 27 de outubro de 2022 perfaz o importe de R\$ 444.641,43 (quatrocentos e quarenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e um reais e quarenta e três centavos), até a presente data seus esforços resultaram infrutíferos, restando apenas ao credor, ora Exequente, à propositura da presente Execução, como meio para ressarcimento de seu crédito." Assim, através do presente edital ficam os devedores ELIAS FRANCISCO COELHO e COMERCIAL PRINT LUX EIRELI, na pessoa de seu representante legal - Elias Francisco Coelho, CITADOS para efetuar(em) o pagamento do débito no valor de R\$ (444.641,43), no prazo de três (03) dias, (art.829, NCP/C), acrescido de correção monetária e dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento), sobre o valor do débito (art.827, NCP/C), honorários que serão reduzidos à metade em caso de pagamento no referido prazo (art.827, §1º, NCP/C). O valor dos honorários poderá ser elevado até 20% (vinte por cento), quando rejeitados os embargos à execução (art.827, §2º, NCP/C). CIENTIFICANDO-OS de que, no prazo de 15 (quinze) dias, pode(m) opor(em) embargos à execução, independentemente de garantia do juízo (art.914 e 915, NCP/C), sem prejuízo ao prosseguimento da execução, que não se suspende (art.919, NCP/C), ressalvado o disposto no art.919, §1º, NCP/C. Não ocorrendo o pagamento, será efetuada a penhora de tantos bens quantos bastem para a satisfação do crédito reclamado, procedendo-se de imediato à avaliação, lavrando-se o respectivo auto. OES: no prazo para pagamento ou embargos, contem-se até 20 (vinte) dias da publicação do presente edital. Curitiba, 02 de maio de 2024. Eu Taka Sonehara, Escrivã, mandei digitar. EDITAL ASSINADO DIGITALMENTE JULIANE VELLOSO STANKEVECZ Juíza de Direito Substituta.

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977 - Companhia Aberta

Extrato da Ata da Reunião da Assembleia Ordinária e Extraordinária Realizada em 30/04/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 30/04/2024, às 15:00h, por meio da plataforma de videoconferência Ten Meeting.

2. Presenças: Acionistas representando 54,63% do capital votante, conforme (i) boletins de voto a distância; e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação a distância. Sendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia.

3. Mesa: A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Caio Gonçalves de Mores e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs.

4. Deliberações: após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado; e (ii) a análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes: **Em Assembleia Ordinária:** (i) aprovar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) aprovar a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de R\$ 246.757.602,85; (iii) aprovar o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros para o mandato que se inicia na Assembleia; (iv) aprovar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025; (v) aprovar a eleição da chapa de Conselheiros da Administração; (vi) aprovar a fixação remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R\$ 18.400.000,00; (vii) a pedido de acionistas titulares de ações representativas de 0,45% do capital social com direito a voto da Companhia, foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Contudo, considerando o percentual mínimo de 2% (dois por cento) previsto na legislação vigente, restou prejudicada a instalação do Conselho Fiscal, em virtude do não atingimento do quórum. **Em Assembleia Extraordinária:** (i) aprovar o novo plano de opções de compra ações da Companhia. 5. Encerramento: Lavorou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 30/04/2024. Anderson Prehs - Secretário, JUCEPAR: Certifico o Registro em 03/05/2024 sob o nº 20243137095, protocolo 243137095 de 03/05/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaila - Secretário-Geral. A íntegra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE.

ATITUDES QUE NÃO EXIGEM TALENTO

SIGA | INSPIRANDO_MENTES

Ser Pontual

Avisar com antecedência

Agradecer

Cumprir o combinado

Reconhecer o esforço alheio

Pedir por favor

Ser ético

Falar a verdade

Responder com educação

Ser grato

QUE TAL COMEÇAR HOJE A PRATICAR?

www.metropolejornal.com.br

Atas - Balanços - Editais

TEMOS O MELHOR PREÇO!

Súmulas

Publicações Legais

Concorrências

Tomada de Preços

Avisos

Comunicados

Anúncios - Etc.

Metrópole

CIRCULAÇÃO DIÁRIA

Jornal

LIGUE: (041) 3024-6766

99973-1492

Metrópole ESPORTE

Sidney Togumi, atleta e técnico de trail, faz palestra na Procorrer, em Curitiba

O encontro, com de troca experiências e bate papo, será amanhã, às 18h30, na loja Procorrer. Inscrições gratuitas

Nessa terça, 7 de maio, às 18h30, Sidney Togumi, atleta e técnico de trail e um dos maiores nomes da modalidade no Brasil, recebe apaixonados por esporte para uma palestra na loja Procorrer, em Curitiba. As inscrições são gratuitas e podem ser feitas aqui. A Procorrer fica na Rua Vicente Machado, 318, Centro, Curitiba.

Sidney Togumi sempre teve forte ligação com o esporte. Na infância praticou baseball, judô, natação. Formou-se em Educação Física, conheceu o triathlon e depois a corrida de aventura, quando a modalidade chegou ao Brasil. No trail running se tornou um especialista e uma referência.

"Minha primeira formação é em análise de sistemas. Quando decidi pela Educação Física, meu sonho era participar de Jogos Olímpicos – queria ir como treinador de natação, esporte com o qual estava mais envolvido. Trabalhei em escolas de natação por muito tempo e também com alto nível, como auxiliar técnico do grande atleta Ricardo Prado, no antigo Programa Projeto Futuro", conta Togumi.

Há mais de 20 anos tornou-se técnico de corrida e levou muitos alunos para o asfalto. Em 2009, foi para o trail. Na modalidade realizou parte de seu sonho profissional, compondo a delegação técnica em vários campeonatos mundiais. "Estivemos presentes em competições pelo mundo e venho galgando posicionamento no trail desde então." Em 2013, trouxe para o Bra-



sil o La Mision Race – prova de trail de origem argentina, com distâncias de até 80K. No Brasil, ela é realizada na Serra Fina,

na cidade de Passa Quatro (MG). Foi quando também passou a focar totalmente no trail com sua assessoria esportiva,

a UPFITRAIL.

Como atleta, suas conquistas passam por Tor Des Géants 330K, Itália (2016/ 2018); PTL 240K, França (2013/ 2015); UTMB 170K, França (2012/ 2014); La Mision Race 100 milhas, Argentina (cinco vezes); The North Face Endurance 80K, Chile (2012); Patagonia Run 100K, Argentina (2010/ 2012); Patagonia Run 42K, Argentina (2023); IRONMAN Brasil (oito vezes). E entre os projetos que deseja realizar estão: Marathon des Sables (ultramaratona no deserto do Sahara, com seis estágios vencidos em sete dias, média de 250 quilômetros), de maneira 100% autossuficiente; cumprir o desafio Everesting; e UTMB 100 milhas.

Tudo isso rende boas histórias. Por isso Togumi também tem atuado como palestrante, dividindo suas experiências tanto em eventos esportivos com atletas interessados no tema, como em empresas dos mais diversos segmentos, usando os aprendizados do trail como paralelos da vida e do mundo corporativo. "O que mais a gente faz em uma corrida? Toma decisões, vai se adaptando. A gente não controla nada, a gente se adapta. E o que é a vida se não isso?", reflete.

Que tal falar de tomada de decisões, adaptações, processo de treinamento/ crescimento pessoal? Que tal falar de corrida para falar de vida?

Instagram sidneytogumi
MAIS INFORMAÇÕES
Yara Achôa
(11) 99980-2582
assessoria@yaraachoa.com.br

Metrópole Automobilismo



Felipe Drugovich se juntará à Cadillac para as 24 Horas de Le Mans

Piloto de desenvolvimento da Aston Martin na Fórmula 1, Felipe Drugovich, é anunciado como um dos nomes do trio da Cadillac para as 24 horas de Le Mans em junho

O paranaense de 23 anos foi convidado para se juntar à Action Express Racing, ao lado de Pipo Derani e Jack Aitken, pilotos que completam a temporada completa da equipe no IMSA SportsCar Championship, dirigindo o Cadillac V-Series #311 R LMDh.

Gary Nelson, chefe da Action Express, revelou que Drugovich já estava no radar da equipe há algum tempo. "Após vê-lo pilotar um carro esportivo recentemente na ELMS, tivemos a chance de conhecê-lo pessoalmente e trabalhar com ele em alguns testes de simulador", explicou Nelson.

Após vencer a Fórmula 2 em 2022, Drugovich esperou por uma vaga na Fórmula 1, passando o ano de 2023 sem competir. No entanto, voltou às pistas este ano com a Vector Sport na

European Le Mans Series e agora foi convidado a competir pela Cadillac nas 24 Horas de Le Mans.

O brasileiro comemorou a oportunidade e a definiu como uma das mais importantes da carreira até o momento. "As 24 Horas de Le Mans são impossíveis de definir em palavras, tal é a sua magia e importância para os carros em geral e para o automobilismo em particular", afirmou o piloto, que já venceu a Le Mans Virtual duas vezes.

A largada das 24 Horas de Le Mans está prevista para o dia 15 de junho e você pode acompanhar a transmissão pela Rede Bandeirantes, o streaming do motorsport.com que chegou ao Brasil e também pela transmissão do Grande Prêmio.

COLABORAÇÃO DE GABRIELLE TIEPOLO DA LUZ <TIEPOLO.GABRIELLE@GMAIL.COM>

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/MF nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº41300071977 - Companhia Aberta

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária Realizada em 30 de Abril de 2024

1. **Data, Hora e Local:** No dia 30 de abril de 2024, às 15:00 horas, realizada de modo exclusivamente digital, por meio de plataforma de videoconferência Ten Meetings, nos termos da Resolução CVM nº 81/22 e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração e Manual para a Participação em Assembleia Geral de Acionistas divulgada pela Positivo Tecnologia S.A. ("Companhia").

2. **Convocações:** Edital de Convocação foi publicado nos websites da Companhia, da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") no dia 28 de março de 2024, bem como publicado nos termos do artigo 124, §6º, inciso II, da Lei nº 6.404/76 ("Lei das Sociedades por Ações"), nas edições dos dias 02, 03 e 04 de abril dos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 02, 02 e 04, respectivamente) e "Jornal Diário Comercial" (Edição Nacional) (páginas B13, B12, B17, respectivamente), bem como em suas versões on-line, nas respectivas páginas da internet.

3. **Publicações:** O Secretário da mesa comunicou que o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhadas dos pareceres dos auditores independentes, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, foram divulgados nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 20 de março de 2024, bem como publicados nos jornais "Metrópole Jornal" (PR) (páginas 09 a 16) e "Jornal Diário Comercial" (páginas B13 a B14) no dia 26 de março de 2024. A Proposta da Administração e Manual do Acionista contendo as informações e documentos necessários para o exercício do direito de voto na presente Assembleia foi colocada à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, bem como nos websites da Companhia, da CVM e da B3 no dia 28 de março de 2024, nos termos do art. 124, §6º da Lei das Sociedades por Ações, e do art. 7º, parágrafo único, da Resolução CVM nº 81/22.

4. **Presenças:** Presentes (a) na AGO, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia, e (b) na AGE, acionistas representando 54,63% do capital social votante e total da Companhia; conforme (i) boletins de voto a distância considerados como válidos pela Companhia; e (ii) registro de presença em sistema eletrônico de participação e votação a distância; nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22. Tendo sido verificado o quórum necessário, foi declarada regularmente instalada a presente Assembleia. Presentes, ainda, (i) o Sr. Caio Gonçalves de Moraes, Diretor Vice-Presidente de Finanças e RI da Companhia, (ii) Sr. Edson Rodrigues, representante da KPMG Auditores Independentes SS, auditor independente da Companhia, (iii) o Sr. Irineu Homan, representante do Conselho Fiscal da Companhia.

5. **Mesa:** Presidente: Sr. Caio Gonçalves de Moraes; Secretário: Sr. Anderson Prehs.

6. **Ordem do Dia:** Em Assembleia Geral Ordinária: (i) tomar as contas dos administradores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) fixar o número de membros do Conselho de Administração; (iv) fixar o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração; (v) eleger os membros do Conselho de Administração da Companhia; e (vi) fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024. Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) examinar, discutir e votar a proposta de Incentivo de Longo Prazo: Plano de Opção de Compra de Ações.

7. **Leitura de Documentos e Lavratura Da Ata:** (i) Dispensada, por unanimidade, a leitura dos documentos relacionados às matérias a serem deliberadas nesta assembleia, uma vez que todos já foram devida e previamente disponibilizados pela Companhia e são do inteiro conhecimento dos acionistas; (ii) foi autorizada a lavratura da presente ata em forma de sumário, que poderá ser publicada com omissão das assinaturas dos acionistas presentes, nos termos do §1º e §2º do art. 130 da Lei das Sociedades por Ações.

8. **Deliberações:** Após a (i) dispensa da leitura do mapa de votação sintético consolidado, o qual ficou à disposição para consulta dos acionistas presentes, de acordo com o parágrafo 4º do artigo 48 da Resolução CVM 81/22; e (ii) análise e discussão das matérias constantes da ordem do dia, as seguintes deliberações foram tomadas pelos presentes:

Em Assembleia Geral Ordinária: (i) Aprovar, por unanimidade, com abstenção dos legalmente impedidos, tendo sido computados 42.864.616 votos a favor, 0 votos contrários e 33.684.542 abstenções, as contas dos administradores, bem como as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das notas explicativas, do parecer dos auditores independentes e dos pareceres do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal; (ii) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 no valor de **R\$ 246.757.602,85** (duzentos e quarenta e seis milhões, setecentos e cinquenta e sete mil, seiscentos e dois reais e oitenta e cinco centavos) da seguinte forma: a) **R\$ 12.337.880,14** (doze milhões, trezentos e trinta e sete mil, oitocentos e oitenta reais e quatorze centavos) para a constituição da reserva legal; b) **R\$ 175.814.792,03** (cento e setenta e cinco milhões, oitocentos e quatorze mil, setecentos e noventa e dois reais e três centavos) para a reserva de incentivos fiscais; e c) **R\$ 58.604.930,68** (cinquenta e oito milhões, seiscentos e quatro mil, novecentos e trinta reais e sessenta e oito centavos) para distribuição a título de dividendos, resultando no valor de R\$ 0,4182277274185630 por ação, tendo direito aos dividendos os acionistas assim identificados em 30 de abril de 2024. A partir de 2 de maio de 2024 (inclusive), as ações serão negociadas *ex-dividendos* na B3. O referido montante será pago em parcela única, sem correção monetária, em 31 de maio de 2024. (iii) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o número de membros do Conselho de Administração em 9 (nove) membros para o mandato que se inicia nesta Assembleia. (iv) Aprovar, por unanimidade, tendo sido computados 76.549.158 votos a favor, 0 votos contrários e 0 abstenções, o prazo de mandato dos membros do Conselho de Administração em 1 (um) ano, a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025. (v) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 72.429.266 votos a favor, 4.119.892 votos contrários e 0 abstenções, a eleição da chapa, composta por 9 (nove) membros, na forma contida na Proposta da Administração, para mandato de 1 (um) ano a se encerrar na assembleia geral ordinária a ser realizada em 2025, da seguinte forma: a) reeleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Alexandre Silveira Dias**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 30.506.080-6 (SSP/SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 158.558.418-55, domiciliado na Rua Joaquim Floriano, nº 960, 6º andar, Cj. 61, Bairro Itaim Bibi, São Paulo, SP, CEP 04.534-004; b) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Helio Bruck Rotenberg**, brasileiro, casado, empresário, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 1.217.176-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 428.804.249-68, domiciliado na Rua João Bettega, nº 5.200, Bairro Cidade Industrial de Curitiba, Curitiba, PR, CEP 81.350-000; c) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Samuel Ferrari Lago**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Carteira de Identidade R.G. nº 3.668.497-6 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 599.964.209-49, domiciliado na Avenida Nossa Senhora Aparecida, nº 174, Bairro Seminário, Curitiba, PR, CEP 80.440-120; d) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Giem Raduy Guimarães**, brasileiro, casado, administrador, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.529.538-4 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 755.250.039-53, domiciliado na Avenida Cândido Hartmann, nº 1400, Bairro Bigorinho, Curitiba, PR, CEP 80.710-570; e) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Rodrigo Cesar Formighieri**, brasileiro, solteiro, administrador de empresas, portador de cédula de identidade RG nº 3.640.859-8 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 033.949.989-39, residente e domiciliado Rua Buenos Aires nº 103, apto. 904, Bairro Batel, Curitiba, PR, CEP 80.250-070; f) reeleger, como **Conselheiro**, o Sr. **Rafael Moia Vargas**, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade RG nº 6.682.811-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 005.164.139-96, domiciliado na Rua Jacarezinho, nº 80, Curitiba, PR, CEP 80.710-150; g) reeleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Marcel Martins Malczewski**, brasileiro, casado, engenheiro elétrico, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 3236744-5 (SSP/PR) e inscrito no CPF/MF sob o nº 445.212.009-15, domiciliado na Av. Cândido de Abreu, nº 470, conj. 2210, Centro Cívico, CEP 80.530-000, Curitiba, PR; h) eleger, como **Conselheiro Independente**, o Sr. **Fernando Costa de Freitas**, brasileiro, casado, engenheiro de produção, portador da Cédula de Identidade Civil com RG nº 11.347.652 (SSP-SP) e inscrito no CPF/MF sob o nº 129.345.398-65, domiciliado à Rua Marcos Melega, nº 150, Edifício Pinus, apartamento 3, Bairro Alto de Pinheiros, CEP 05.466-010, São Paulo, SP; e i) reeleger, como **Conselheiro Independente**, a Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, brasileira, casada, administradora de empresas, portadora da Cédula de Identidade Civil com RG nº 9.430.842-1 (SSP/SP) e inscrita no CPF/MF sob o nº 125.979.208-01, domiciliada na Rua Helena, nº 170, 15º andar, Vila Olímpia, São Paulo, SP, CEP 04.552-050. Consignar que (a) os Srs. **Alexandre Silveira Dias**, **Marcel Martins Malczewski**, **Fernando Costa de Freitas** e **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, conforme declarações previamente apresentadas à Companhia, enquadram-se na definição de Conselheiro Independente constante do Regulamento do Novo Mercado da B3 e do Anexo K da Resolução CVM nº 80/22; (b) os membros do Conselho de Administração ora eleitos apresentaram previamente os respectivos currículos, nos termos da Resolução CVM nº 80/22. Os conselheiros tomarão posse assinando os respectivos termos de posse, na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações, no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, no art. 2º do Anexo K à Resolução CVM nº 80/22, bem como se sujeitarão à cláusula compromissória prevista no artigo 44 do Estatuto Social da Companhia. (vi) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 75.130.558 votos a favor, 779.900 votos contrários e 638.700 abstenções, a fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024, no montante de até R\$ 18.400.000,00 (dezoito milhões e quatrocentos mil reais). (vii) A pedido de acionistas titulares de ações representativas de 0,45% do capital social com direito a voto da Companhia, foi solicitada a instalação do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Contudo, considerando o percentual mínimo de 2% (dois por cento) previsto no artigo 161, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações e da Resolução CVM 70, restou prejudicada a instalação do Conselho Fiscal, em virtude do não atingimento do quórum mínimo legal aplicável. Por este motivo, também resta prejudicada a fixação da respectiva remuneração dos membros do Conselho Fiscal. Registro de que, para este item de deliberação, foram computados 630.427 votos a favor, 17.463.739 votos contrários e 4.454.992 abstenções.

Em Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar, por maioria e sem ressalvas, tendo sido computados 71.971.839 votos a favor, 4.237.319 votos contrários e 340.000 abstenções, nos termos da Proposta da Administração, o novo plano de opções de compra ações da Companhia, o qual é Anexo à presente Ata.

9. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a assembleia e lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada. (*Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente*). Curitiba, 30 de abril de 2024.

Anderson Prehs - Secretário - OAB/PR 34.608. Acionistas presentes: Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral ordinária na presente ata: HELIO BRUCK ROTENBERG; CXARES LIBERO VARGAS; LUCAS RADUY GUIMARAES; GIEM RADUY GUIMARAES; PAULO FERNANDO FERRARI LAGO; SAMUEL FERRARI LAGO; THAIS SUSANA FERRARI LAGO; RAFAEL MOIA VARGAS; DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO; SOFIA GUIMARAES VON RIDDER; ISABELA CESAR FORMIGHIERI; RODRIGO CESAR FORMIGHIERI; RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI; BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA; BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY. Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata: DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND; THE BOARD OF A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFORNIA; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; EMER MKTS CORE EQ PORT OFA INVEST DIMENS GROU; ALASKA PERMANENT FUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; SPDR SP EMERGING MARKETS ETF; JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST; THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD; SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND; METIS EQUITY TRUST; COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN; CC AND L Q 140-40 FUND; ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II; CCL MULTI-STRATEGY FUND; ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I; ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND (MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND; CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR; AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MOPYATÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORIONZ PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO; SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES SFA MASTER FIA - BDR NÍVEL I. Os seguintes acionistas registraram participação em sistema eletrônico de participação a distância e, nos termos dos arts. 47, III e 48, III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata: HELIO BRUCK ROTENBERG; CXARES LIBERO VARGAS; LUCAS RADUY GUIMARAES; GIEM RADUY GUIMARAES; PAULO FERNANDO FERRARI LAGO; SAMUEL FERRARI LAGO; THAIS SUSANA FERRARI LAGO; RAFAEL MOIA VARGAS; DANIELA CESAR FORMIGHIERI RIGOLINO; SOFIA GUIMARAES VON RIDDER; ISABELA CESAR FORMIGHIERI; RODRIGO CESAR FORMIGHIERI; RUBEN TADEU CONINCK FORMIGHIERI; BNP PARIBAS FUNDS LATIN AMERICA; BNP PARIBAS FUNDS BRAZIL EQUITY. Os seguintes acionistas exerceram seu direito de voto por meio de boletins de voto a distância e, nos termos dos arts. 47, II e 48, II e III, da Resolução CVM 81/22, são considerados presentes na assembleia geral extraordinária na presente ata: DIMENSIONAL EMERGING MKTS VALUE FUND; THE BOARD OF A.C.E.R.S.LOS ANGELES,CALIFORNIA; UTAH STATE RETIREMENT SYSTEMS; EMER MKTS CORE EQ PORT OFA INVEST DIMENS GROU; ALASKA PERMANENTFUND; CITY OF NEW YORK GROUP TRUST; SPDR SP EMERGING MARKETS ETF; JOHN HANCOCK FUNDS II EMERGING MARKETS FUND; JOHN HANCOCK VARIABLE INS TRUST EMERGING MARKETS VALUE TRUST; THE MASTER TRUST BK OF JPN, LTD. AS TO BNP PBE MOTHER FD; SPDR SP EMERGING MARKETS SMALL CAP ETF; MACKENZIE EMERGING MARKETS OPPORTUNITIES FUND; METIS EQUITY TRUST; COMMONWEALTH OF MASSACHUSETTS EMPLOYEES DEFERRED COMP PLAN; CC AND L Q 140-40 FUND; ARROWSTREET COLLECTIVE INVESTMENT TRUST; CCL U.S. Q MARKET NEUTRAL ONSHORE FUND II; CCL MULTI-STRATEGY FUND; ARROWSTREET (CANADA) GLOBAL SMALL CAP FUND I ARROWSTREET INTERNATIONAL EQUITY EAFE ALPHA EXTENSION CIT; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP MASTER FUND; (MACKENZIE EMERGING MARKETS FUND; MACKENZIE EMERGING MARKETS SMALL CAP FUND; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CUSTODY B. OF J. LTD. RE: SMTB AXA IM E. S. C. E. M. F.; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; CCL Q INTERNATIONAL SMALL CAP EQUITY FUND; CCL Q GLOBAL SMALL CAP EQUITY FUND; DIMENSIONAL EMERGING CORE EQUITY MARKET ETF OF DIM; ARROWSTREET ACWI REDUCED CARBON ALPHA EXTENSION TR; AMERICAN CENTURY ETF TRUST-AVANTIS RESPONSIBLE EME; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; AMERICAN CENTURY ETF TRUST - AVANTIS EMERGING MARK; FATOR MOMENTO LONG BIASED FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; FATOR MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; MOPYATÁ FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES; SPC ORION PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO FINANCEIRO; SPCONE PIPE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTISTRATEGIA; PRÓPRIO CAPITAL FUNDO DE INVESTIMENTOS EM AÇÕES; SFA MASTER FIA - BDR NÍVEL I.

JUCEPAR: Certifico o Registro em 03/05/2024 sob o nº 20243137095. Protocolo: 243137095 de 03/05/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 7/05/2024

Documento assinado e
certificado digitalmente
Por EDITAL CENTER LTDA.
04.150.383/0001-35
A autenticidade pode ser
conferida ao lado



Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar
a página de **Publicidade Legal Certificada** no portal
do **Metópole Jornal**. Acesse também através do link:
https://metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais



www.metropolejornal.com.br

PUBLICIDADE LEGAL EDIÇÃO DIGITAL

(41) 3024-6766



RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=6EE0E1C5-B63A-43EB-823F-6C508167AA31>

Chave de acesso: 6EE0E1C5-B63A-43EB-823F-6C508167AA31



Hash do documento

d84a02f4edb901a4658c8dbab7c49e5ce08271e7e280091635507632ba9df6a5

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 06-05-2024, com o(s) seguinte(s) participante(s):

EDITAL CENTER LTDA - 04.150.383/0001-35 em 06/05/2024 23:16:52 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: cial@ctbametropole.com.br

Geolocalização: Latitude: -25.3922081 Longitude: -49.25254

IP: 168.181.48.86

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil



PrismaQuali Gestão Ativa de Participações S.A.					
CNPJ nº 40.203.054/0001-79					
Relatório da Diretoria - Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.			Demonstrações Financeiras do Resultado Exercícios findos em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)		
Balancos Patrimoniais Exercício findo em 31/12/2023 e 2022 (Em milhares de reais)			Receita líquida 2023 2022		
Ativo	2023	2022	Custos e despesas operacionais (24.381)	(1)	
Ativo circulante	4.487	4	Serviços de terceiros		(16)
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	Equivalência Patrimonial (24.365)	(1)	
Títulos e valores mobiliários	4.483	4	Lucro/(prejuízo) antes do resultado 2023 2022		
Ativo não circulante	1.604.994	1.604.994	Resultado financeiro líquido (24.381)	(1)	
Investimentos	1.604.994	1.604.994	Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro (24.386)	(2)	
Total do ativo	1.608.981	1.608.981	IR e contribuição social (24.339)	(2)	
Notas Explicativas - Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da PrismaQuali Gestão Ativa de Participações S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das			Lucro/(prejuízo) liq. do exercício 2023 2022		
			Realizados dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quan-		
			Contador Nilcé Cesar Braga de Almeida CPC/RFP 0689010-6 - CPF 963.304.827-71		

RDSL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.						
CNPJ/ME nº 07.012.936/0001-81						
Relatório da Diretoria - Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.			Passivo		Demonstração Financeira do Resultado	
			Passivo circulante		Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)	
Balancos Patrimoniais Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)			(10)		2023	
			10		2022	
			1		2023	
			1		2022	
			Partes Relacionadas		Custos e despesas operacionais	
			Patrimônio líquido		Serres de terceiros	
			Capital social		Despesas comerciais	
			Reservas de lucros		Outros custos e des. operacionais	
			Adiant. p/futuro aum. de capital		Serres antes do resultado	
			Total do passivo		financieiro e impostos s/ lucro	
Ativo			(235)		Resultado financeiro líquido	
			41.326		Lucro antes dos Imps. s/ lucro	
			40.330		Lucro líquido do exercício	
			20.762			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			39.235			
			39.235			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
Ativo não circulante			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			
			2023			
			2022			

CLINIVAC - CLÍNICA PEDIÁTRICA S.A.										
CNPJ nº 08.687.219/0001-12										
Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetendo a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.										
Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)										
		2023	2022					2023	2022	
Ativo				Passivo				Demonstrações financeiras do resultado		
Ativo circulante		2.213	1.839	Passivo circulante		3.060	2.022	Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)		
Caixa e equivalentes de caixa	87	81		Fornecedores	698	882		Receita Bruta - Hospitalar	5.801	2.676
Títulos e valores mobiliários	-	518		Empréstimos e financiamentos	1.824	143		Glosas e Cancelamentos	-	11
Contas a receber	1.406	1.193		Salários, provisões e encargos sociais	230	201		Deduções	(328)	(151)
Estoques	39	31		Obrigações fiscais	199	83		Receita líquida	5.473	2.536
Impostos a recuperar	36	31		Outros	109	24		Custos e despesas operacionais		
Outros	14	16						Pessoal	(1.789)	(496)
Ativo não circulante	2.408	2.399		Passivo não circulante	-	-		Materiais e medicamentos	(4.185)	(1.520)
Partes relacionadas	106	381		Partes relacionadas	3	-		Serviços de terceiros	(604)	(280)
Impostos diferidos	692	-		Patrimônio líquido	1.558	2.905		Utilidades e serviços	(80)	(21)
Imobilizado	1.709	2.007		Capital social	3.140	1.810		Aluguis	(411)	(33)
Intangível	7	11		Reservas de Capital	-	1.330		Depreciação e Amortização	(86)	(2)
Total do ativo	4.621	4.238		Prejuízos acumulados	(1.582)	(235)		Despesas Comerciais	(2)	-
				Total do passivo e patrimônio líquido	4.621	4.238		Outros custos e despesas operacionais	(127)	8
								Total dos custos e despesas operacionais	(7.284)	(2.434)
Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da CLINIVAC Clínica Pediátrica S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados										
								Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	(1.841)	102
								Resultado financeiro líquido	(117)	(75)
								Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(1.929)	27
								IR e contribuição social	655	(49)
								Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(1.273)	(21)
e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.										
Não César Braga de Almeida - Contador - CRC/RG 068910-G - CPF: 967.034.827-72.										

HNA EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 00.135.661/0001-24

Relatório da Diretoria:

Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetendo a apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.

Balancos Patrimoniais Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Ativo circulante	4.819	5.340	Passivo circulante	790	176
Caixa e equivalentes de caixa	6	1.824	Fornecedores	3.220	107
Títulos e valores mobiliários	949	629	Salários, provídes e encargos sociais	232	350
Contas a receber	2.892	2.896	Obrigações fiscais	477	62
Outros	972	100	Arrendamento	477	62
Ativo não circulante	6.059	4.985	Outros	42	63
Partes relacionadas	152	130	Passivo não circulante	1.557	381
Imobilizado	5.881	4.855	Partes Relacionadas	1	381
Intangível	16	6	IR e contribuição social diferidos	478	-
Total do ativo	10.918	10.334	Arrendamento	1.064	-

Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis:

As demonstrações financeiras da HNA Empreendimentos e Participações S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e labora-

Demonstrações Financeiras do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)

Recetta bruta	2023	2022
Deduções	3.727	3.521
Recetta líquida	(136)	118
Custos e despesas operacionais	3.591	3.403
Serviços de terceiros	(1)	(3)
Depreciação e Amortização	(2)	-
Despesas Comerciais	(5)	(2)
Outros custos e despesas operacionais	(124)	(10)
Total dos custos e despesas operacionais	(132)	(15)
Lucro/(prejuízo) antes do resultado financeiro	3.459	3.388
Impostos sobre o lucro	994	(110)
Resultado financeiro líquido	4.453	3.273
Lucro/(prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(489)	(846)
Impostos sobre o lucro	3.965	2.432

toriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.

Nilo César Braga de Almeida - Contador CRC/RJ 068910-6 de CPF: 967.034.827-72

CLINP CLÍNICA PEDIÁTRICA S.A.					
CNPJ nº 51.788.133/0001-43					
Relatório da Diretoria: Prezados Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetendo à apreciação de vossas senhorias o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício findo em 31.12.2023. A Diretoria.					
Balancos patrimoniais Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Ativo	2023	2022	Passivo	2023	2022
Ativo circulante	3.704	2.118	Passivo circulante	5.846	1.068
Caixa e equivalentes de caixa	55	20	Fornecedores	1.342	129
Títulos e valores mobiliários	55	27	Empréstimos e financiamentos	3.220	107
Contas a receber	2.649	1.832	Salários, provisões e encargos sociais	232	350
Estoques	877	123	Obrigações fiscais	477	62
Impostos a recuperar	123	119	Arrendamento	333	62
Outros	-	61	Outros	42	53
Ativo não circulante	7.074	4.634	Passivo não circulante	1.557	381
Partes relacionadas	1	1	Partes relacionadas	16	381
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.675	-	IR e contribuição social diferidos	478	-
Depósitos judiciais	(3)	-	Arrendamento	1.064	-
Imobilizado	4.031	4.622	Patrimônio líquido	3.574	4.504
Direito de uso - Arrendamento	1.363	-	Capital social	3.574	3.573
Intangível	-	12	Reservas de capital	(334)	1.305
Total do ativo	10.778	6.753	Total do (Prejuízo) acumulado	(1.835)	(374)
			Total do passivo e patrimônio líquido	10.778	6.754
Notas Explicativas: 1. Principais práticas contábeis: As demonstrações financeiras da CLINP Clínica Pediátrica S.A. são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, observando a legislação societária (Lei nº 6.404/76 e alterações subsequentes) e os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As principais políticas contábeis adotadas pela Sociedade na elaboração das demonstrações financeiras são descritas abaixo: a) Reconhecimento da receita e custos: As receitas, custos e despesas das operações são reconhecidos em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios. As receitas são reconhecidas de acordo com a prestação dos serviços de diagnósticos e laboratoriais, quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, líquidas de descontos, créditos, abatimentos e possíveis glosas estimadas. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa da sua realização. b) Ativos e passivos circulantes e não circulantes: Os ativos são classificados como circulantes quando realizáveis dentro dos doze meses seguintes. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias ou cambiais de acordo com as condições contratuais.					
Demonstrações Financeiras do Resultado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Em milhares de reais)					
Receita bruta	2023	2022	Receita bruta	2023	2022
Glossa e cancelamentos	9.813	3.933	Glossa e cancelamentos	9.813	3.933
Deduções	(554)	(222)	Deduções	(554)	(222)
Receita líquida	9.258	3.711	Receita líquida	9.258	3.711
Custos e despesas operacionais	(2.845)	(926)	Custos e despesas operacionais	(2.845)	(926)
Pessoal	(627)	(15)	Pessoal	(627)	(15)
Matérias e medicamentos	(829)	(404)	Matérias e medicamentos	(829)	(404)
Serviços de terceiros	(62)	-	Serviços de terceiros	(62)	-
Viagens e hospedagens	(209)	(21)	Viagens e hospedagens	(209)	(21)
Depreciação e Amortização	(469)	-	Depreciação e Amortização	(469)	-
Arrendamento	-	(264)	Arrendamento	-	(264)
Aluguéis	(104)	(34)	Aluguéis	(104)	(34)
Medicamentos e serviços	(117)	(3)	Medicamentos e serviços	(117)	(3)
Despesas comerciais	(209)	(21)	Despesas comerciais	(209)	(21)
Outros custos e despesas operacionais	(119)	(331)	Outros custos e despesas operacionais	(119)	(331)
Total dos custos e despesas operacionais	(11.119)	(3.999)	Total dos custos e despesas operacionais	(11.119)	(3.999)
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre o lucro	(1.861)	(228)	Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre o lucro	(1.861)	(228)
Resultado financeiro líquido	(919)	(74)	Resultado financeiro líquido	(919)	(74)
Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(2.779)	(362)	Lucro (prejuízo) antes dos impostos sobre o lucro	(2.779)	(362)
IR e contribuição social	944	12	IR e contribuição social	944	12
Lucro líquido do exercício	(1.835)	(374)	Lucro líquido do exercício	(1.835)	(374)
Nilo César Braga de Almeida					
Contador					
CRC 068910/O-6 - CPF 967.034.827-72					

Blum Companhia de Securitização de Créditos

CNPJ nº 20.451.953/0001-83 NIRE 35.300.481.631

Edital de Convocação da Décima Segunda Assembleia Geral de Investidores dos Certificatos de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A.

Ficam convocados os senhores Titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão da Blum Companhia de Securitização de Créditos S.A. ("Titulares dos CRI", "CRI" e "Securitizadora", respectivamente), nos termos da Cláusula Décima Sexta do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 6ª Série da 1ª Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Blum Companhia de Securitização de Créditos ("Termo de Securitização"), a reunirem-se para a Décima Segunda Assembleia Geral de Titulares dos CRI, a ser realizada, no dia 28 de maio de 2024, às 14h00h, de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto ("Assembleia"), por meio da plataforma Microsoft Teams (conforme instruções abaixo), nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"). A Assembleia será realizada de forma exclusivamente digital, por videoconferência, cujo endereço eletrônico de acesso será disponibilizado oportunamente pela Securitizadora, sendo certo que somente poderão participar aqueles que encaminharem previamente seus respectivos documentos comprobatórios de representação, para os endereços eletrônicos abaixo mencionados e com base nas instruções abaixo, sendo vedada a manifestação através da Instrução de Voto a distância. Serão deliberados os itens a seguir: (i) a decretação ou não da Resolução da Cessão e, consequentemente, a declaração ou não do vencimento antecipado dos CRI, conforme Cláusula 1.8 "iv" do Contrato de Cessão e 6.1 "iv" do Termo de Securitização, tendo em vista o descumprimento do prazo de até 31 de março de 2024, prorrogado até 30 de abril de 2024, conforme notificação encaminhada pela Securitizadora à Transportes Pesados Minas S.A. ("Devedora"), em 28 de março de 2024, para apresentação das Demonstrações Financeiras da Devedora, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 ("DfS 2023"), com posterior apuração dos índices financeiros, pela Securitizadora; (ii) na hipótese de aprovação da não decretação da Resolução da Cessão, e, consequentemente, o não vencimento antecipado dos CRI, nos termos do item acima, aprovação para a prorrogação do prazo para envio das DfS 2023, até 30 de junho de 2024 (inclusive), e apuração dos índices financeiros, pela Securitizadora, em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento das Demonstrações Financeiras da Devedora; e (iii) a autorização para que a Securitizadora, em conjunto com o Agente Fiduciário, formalize todos os aditamentos que se fizerem necessários para refletir as deliberações dessa Décima Segunda Assembleia. Os Titulares dos CRI deverão encaminhar à Securitizadora e à Pentagão S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 17.343.682/0001-38, na qualidade de agente fiduciário dos CRI ("Agente Fiduciário"), cópia digital dos documentos comprobatórios de sua representação, para os e-mails blumsec@blum-sec.com e assembleias@pentagonotrustee.com.br, respectivamente, preferencialmente, em no máximo 02 (dois) dias úteis de antecedência em relação à data de realização da Assembleia, sendo aceito até o horário de início da Assembleia, conforme determina a Resolução CVM 60. Para os fins acima, serão aceitos como documentos de representação: (i) cópia digitalizada da respectiva procuração (ii) a firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, e (ii) acompanhada de cópia digitalizada do documento de identidade do titular do CRI; e b) **demos participantes** - cópia digitalizada do estatuto ou contrato social (ou documento equivalente), acompanhado de documento societário que comprove a representação legal do titular do CRI, e cópia digitalizada de documento de identidade do representante legal; ou, caso representado por procurador, cópia digitalizada da respectiva procuração (i) com firma reconhecida, abono bancário ou assinatura eletrônica, e (ii) acompanhada de cópia digitalizada dos documentos dos



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/52F5-5D0E-C5F2-423A> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 52F5-5D0E-C5F2-423A



Hash do Documento

07FDDD9929E0566050CA546E11D64B02E9104B15304EA34144ACF5EE6A958E05

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/05/2024 é(são) :

- ☒ Marcos Nogueira Da Luz - ***.729.427-** em 06/05/2024 21:14
UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03



POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48

NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 20 DE DEZEMBRO DE 2024**

1. **Data, Hora e Local:** No dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia.

2. **Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas, Giem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago.

3. **Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias
Secretário: Anderson Henrique Prehs

4. **Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros presentes do Conselho de Administração de forma unânime:

- a) autorizaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76;
- b) nos termos do artigo 18, alínea (xv) do Estatuto Social, consignar a alteração na composição de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, com o ingresso da Sra. **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA** ao cargo e funções de membra do Comitê de Gente e a saída do Sr. **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS** do cargo e funções de membro do Comitê de Tecnologia Educacional.

Em razão da deliberação ora tomada, em continuidade ao mandato em curso que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025: **(1)** o Comitê de Tecnologia Educacional passa a ser composto por: (i) **SAMUEL FERRARI LAGO**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê** e (iii) **LUCAS RADUY GUIMARÃES**, como **membro do Comitê**; e **(2)** o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA**, atual membra independente do Conselho de

Administração, como **membra do Comitê**; (iii) **ANA LUCIA MOREIRA CALTABIANO**, como **membra do Comitê**; (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**.

- c) Diante da deliberação acima e para facilitar a identificação da estrutura de governança da Companhia, consolidar a seguir a composição dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração:

I. COMITÊ DE AUDITORIA

Atribuições: (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação.

Composição: (i) **GUSTAVO KEHL JOBIM**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.560.035-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 075.913.208-90, residente e domiciliado na Rua Dona Ana Helena de Salles Gusmão, 100, São Paulo, SP, CEP 01457-040, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **EDUARDO MORMINO**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº. 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como **membro do Comitê**; e (iv) **JOÃO RAMOS DE ALMEIDA**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob nº. 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como **membro do Comitê**.

II. COMITÊ FINANCEIRO

Atribuições: avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia.

Composição: (i) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como *membro Coordenador do Comitê*; (ii) **RAFAEL MOIA VARGAS**, atual membro do Conselho de Administração, como *membro do Comitê*; e (iii) **RODRIGO CESAR FORMIGHIERI**, atual membro do Conselho de Administração, como *membro do Comitê*.

III. COMITÊ DE GENTE

Atribuições: (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações.

Composição: (i) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como *membro Coordenador do Comitê*; (ii) **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA**, atual membra independente do Conselho de Administração, como *membra do Comitê*; (iii) **ANA LUCIA MOREIRA CALTABIANO**, , como *membra do Comitê*; (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como *membro do Comitê*; e (v) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como *membro do Comitê*.

IV. COMITÊ DE MARKETING E COMUNICAÇÃO

Atribuições: (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado.

Composição: (i) **ADRIANA NETTO FERREIRA MURATORE DE LIMA**, atual membra do independente Conselho de Administração, como *membra Coordenadora do Comitê*; (ii) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como *membro do Comitê*; e (iii) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como *membro do Comitê*.

V. COMITÊ DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL

Atribuições: validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio

Composição: Designar (i) **SAMUEL FERRARI LAGO**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê** e (iii) **LUCAS RADUY GUIMARÃES**, como **membro do Comitê**.

VI. COMITÊ DE ESTRATÉGIA E NOVOS NEGÓCIOS

Atribuições: (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados.

Composição: (i) **HÉLIO BRUCK ROTENBERG**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **ALEXANDRE SILVEIRA DIAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **FERNANDO COSTA DE FREITAS**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **GIEM RADUY GUIMARÃES**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **MARCEL MARTINS MALCZEWSKI**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**.

VII. COMITÊ DE INTEGRIDADE

Atribuições: (i) zelar e garantir a devida implementação, manutenção, controle e resultados do Programa de Integridade da Companhia, reportando o planejamento, evolução e resultados ao Conselho de Administração na periodicidade que lhe seja definida; (ii) informar, acompanhar, exigir e zelar pelo correto cumprimento, pela Companhia, suas coligadas, subsidiárias, administradores, colaboradores e prestadores de serviços, com relação a leis e normas, bem como aos códigos e políticas da Companhia; (iii) analisar com imparcialidade e sigilo todas as questões referentes ao conteúdo do Código de Conduta do Colaborador, propondo e aprovando revisões sempre que necessário, “ad referendum” do Conselho de Administração; (iv) Avaliar, revisar e aprovar alterações, sempre que necessário, de códigos,

políticas e procedimentos internos relacionados com o Programa de Integridade, em periodicidade anual ou de acordo com as necessidades da Companhia, em especial, mas não limitado ao “Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros”, a “Política Corporativa de Prevenção à Corrupção”, a “Política Corporativa Concorrencial”; (v) reportar-se ao Conselho de Administração, preparando relatórios e/ou pareceres para auxiliar as deliberações nas reuniões do Conselho, sempre que por este solicitado; (vi) definir a composição e as atribuições da Comissão de Ética, com poderes para delegar-lhe as atribuições que julgar adequadas, exceto as definidas acima, cuja competência é privativa do Comitê de Integridade; e (vii) orientar, coordenar e apoiar as áreas diretamente responsáveis pela execução das atividades de divulgação, treinamento, funcionamento do canal de denúncias, *due diligence* de conformidade e outras ferramentas e procedimentos de conformidade, de modo a garantir que as ações sejam realizadas conforme as definições constantes do Programa de Integridade.

Composição: conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 1º de agosto de 2023, foi delegado ao Diretor Presidente da Companhia a indicação dos membros do Comitê de Integridade, a ser composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo o prazo do mandato dos membros designados para o Comitê de Integridade será o mesmo aprovado pelo Conselho de Administração para a Diretoria Estatutária.

- d) Consignaram a renúncia apresentada pelo Sr. **CAIO GONÇALVES DE MORAES** aos cargos e funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de dia 31 de dezembro de 2024; e, nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **FABIO TRIERWEILER FAIGLE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 6.125.852-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 032.949.319-13, com endereço profissional na Rua João Bettge, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de ***Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores***, cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social, com mandato a partir de 01/01/2025. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art.147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art.11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia.
- e) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/01/2024: Sr. **Hélio Bruck Rotenberg**, nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Fabio Trierweiler Faigle** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira**, nas funções de Diretor Vice-Presidente

Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade.

5. **Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração indicados no item 2 da presente.

(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)

Curitiba, 20 de dezembro de 2024.

Anderson Prehs
Secretário
OAB/PR 34.608



TERMO DE AUTENTICIDADE

Eu, ANDERSON HENRIQUE PREHS, com inscrição ativa no OAB/PR, sob o n° 34608, inscrito no CPF n° 00421193913, DECLARO, sob as penas da Lei Penal, e sem prejuízo das sanções administrativas e cíveis, que este documento é autêntico e condiz com o original.

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)		
CPF	N° do Registro	Nome
00421193913	34608	ANDERSON HENRIQUE PREHS



CERTIFICO O REGISTRO EM 03/01/2025 10:21 SOB N° 20249352745.
PROTOCOLO: 249352745 DE 31/12/2024.
CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 12500039780. CNPJ DA SEDE: 81243735000148.
NIRE: 41300071977. COM EFEITOS DO REGISTRO EM: 20/12/2024.
POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
www.empresafacil.pr.gov.br

A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais, informando seus respectivos códigos de verificação.

BANANÇOS

ATAS EDITAIS

TEMOS O MELHOR PREÇO!

POSITIVO
TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977
Companhia Aberta

POSTI
BS LISTED NM

Extrato da Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20/12/2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência Microsoft Teams. **2. Presentes:** os Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas, Glem Raduy Guimarães, Helio Bruck Rothenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** A reunião teve como Presidente da Mesa o Sr. Alexandre Silveira Dias e como Secretário o Sr. Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião, os membros do Conselho de Administração, de forma unânime: (a) autorizaram a lavratura da ata em forma de sumário; (b) consignaram a alteração na composição de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, com o ingresso da Sra. Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima ao Comitê de Gente, e a saída do Sr. Alexandre Silveira Dias do Comitê de Tecnologia Educacional; c) consolidaram a composição de atribuições de todos os Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração; d) consignaram a reunião apresentada pelo Sr. Caio Gonçalves de Moraes aos cargos e funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e Relações com Investidores e elegeram o Sr. Fabio Trieweller Faigle para ocupar o referido cargo; e) consolidaram a composição da Diretoria da Companhia, vigente a partir do exercício seguinte. **5. Encerramento:** Lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Curitiba, 20/12/2024. Anderson Prehs - Secretário - JUCEPAR: Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745, protocolo 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral. A integra do conteúdo desta ata tem sua divulgação simultânea na página deste mesmo jornal na internet, bem como pode ser acessada no (i) website de relações com investidores da Companhia (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>); e (ii) website da Comissão de Valores Mobiliários - CVM (www.cvm.gov.br) por meio do sistema IPE. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745, Protocolo: 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

**SPENCER
LEILÕES**

Spencer d'Ávila Fogagnoli - JUCEPAR 12/235-L

EDITAL DE LEILÃO EXTRAJUDICIAL DE IMÓVEL ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA CONDIÇÕES BÁSICAS

COOPERATIVA DE CRÉDITO HORIZONTE – SCIOB HORIZONTE, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 07.194.313/0001-77, com sede na Avenida Arapongas, nº 446, Centro, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, CEP 86700-050, traz ao conhecimento dos interessados que levará a LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA, por intermédio de LEILOEIRO OFICIAL, credenciado, regularmente matriculado na Junta Comercial do Estado do Paraná, para alienação do imóvel recebido em garantia fiduciária conforme Contrato de Crédito Fixo – Renegociação nº 8766-0, emitida pela devedora **ANA CAROLINA DA SILVA**, brasileira, solteira, operadora de telemarketing, inscrita no CPF sob nº 068.054.669-38, residente e domiciliada na Rua Vireo Verde, nº 115 (Q5 L13), Parque Venezia, na cidade de Arapongas, Estado do Paraná, CEP 86701-610, pela maior oferta, no estado de ocupação e conservação em que se encontra, regendo-se conforme instituem o Decreto nº 21.981, de 19 de outubro de 1932, que regulou a profissão de Leiloeiro Oficial e art. 22 e seguintes da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, com as alterações introduzidas pela Lei nº 10.931, de 02 de agosto de 2004. 1. LOCAL, DATA E HORÁRIOS DOS LEILÕES 1.1. 1º leilão: 17/01/2025, a partir das 10:00 horas. 1.2. 2º leilão: 31/01/2025, a partir das 10:00 horas. 1.3. Local dos leilões: Site do Leilão (www.spencerleiloes.com.br) mediante cadastramento prévio. 2. OBJETO DO LEILÃO 2.1. Descrição do imóvel: Lote de Terras sob nº 12 da Quadra 17, com área de 360,00 metros quadrados, situado no Jardim Morumbi, Gleba Patrimônio Arapongas, no Município e Comarca de Arapongas/PR, com as seguintes divisas e confrontações: "Tem Frente para a rua 06, lado par e mede 12,00 metros, a direita divisão com o lote 13 e mede 30,00 metros, aos fundos divisão com o lote 25 e mede 12,00 metros, a esquerda divisão com o lote 11, e mede 30,00 metros, totalizando uma área de 360,00 m2, localiza-se a 124,00 metros da esquina da rua 01 com rua 6, tudo conforme matrícula nº 9.901 do 2º Serviço de Registro de Imóveis de Arapongas, Estado do Paraná. 3. DO PREÇO E DAS FORMAS DE PAGAMENTO 3.1. O referido imóvel será vendido no estado em que se encontra e em caráter "ad corpus" em PRIMEIRO LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL – ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA pelo valor mínimo de R\$127.890,10 (cento e vinte e sete mil e oitocentos e noventa reais e dez centavos), preço de avaliação. 3.2. Se o maior lance oferecido no primeiro leilão for inferior ao valor mínimo estipulado, fica desde já designado para o dia 31 de janeiro de 2025, a partir das 10:00 horas, no mesmo local, somente on-line, a realização do SEGUNDO LEILÃO pelo maior lance oferecido, desde que igual ou superior a quantia de R\$92.409,91 (noventa e dois mil e quatrocentos e nove reais e nove centavos), correspondente ao valor da dívida. 3.3. Havendo arrematação, será lavrada escritura pública no prazo de até 90 (noventa) dias contados a partir da data do leilão. Eventuais débitos existentes antes da arrematação, correrão por parte da Credora Fiduciária (impostos, taxas, condomínio, ITR, etc.). Todas as despesas "propter rem" serão de responsabilidade do comprador, com fato gerador até a data da arrematação, sendo de responsabilidade da Credora Fiduciária. As despesas com a transferência da propriedade correrão por conta do comprador. O arrematante pagará no ato do leilão, o valor da arrematação, mais 5% (cinco por cento) correspondente à comissão do leiloeiro. Oficial. 3.4. Impostos, taxas e emolumentos, transporte, armazenagem, seguros, que recaírem sobre a realização do referido leilão (exceto os de responsabilidade exclusiva da pessoa física do LEILOEIRO), inclusive aqueles referentes à divulgação dos Editais, adiantados pelo COMITENTE, são de exclusiva responsabilidade do ARREMATANTE. 3.5. Em caso de fracasso dos leilões, as despesas mencionadas na cláusula anterior, serão atribuídas ao COMITENTE. 4. DOS LANCES 4.1. Os interessados em participar do leilão poderão fazê-lo na modalidade on-line, mediante a venda do leilão, indicado no item 1.3 do presente. 5. DA APURAÇÃO DO LANCE VENCEDOR 5.1. Será considerado lance vencedor aquele que resultar no maior valor acima do preço mínimo apresentado no ato do leilão. 6. DOS PAGAMENTOS NO ATO DO LEILÃO 6.1. O arrematante pagará ao leiloeiro, no ato do leilão, o valor da comissão do leilão, correspondente a 5% (cinco por cento) do lance vencedor. 6.1.1. O valor da comissão do leilão não compõe o valor do lance ofertado. 6.2. O arrematante pagará ao leiloeiro, no ato do leilão, o valor correspondente a 100% (cem por cento) do lance ofertado. 6.3. Os pagamentos no ato far-se-ão em moeda nacional e/ou pela emissão de 02 (dois) cheques, sendo um de valor correspondente à comissão do leiloeiro e o outro referente ao valor do lance, ou ainda por intermédio de depósito bancário. 6.4. Caso o arrematante não efetue o pagamento do valor correspondente ao lance vencedor e ao valor da comissão do leilão no prazo estipulado, o lote correspondente estará automaticamente cancelado, bem como: 6.4.1. O arrematante pagará multa em favor do promitente vendedor, correspondente ao valor de 20% (vinte por cento) do valor do lance ofertado acrescido da comissão do leiloeiro. 6.4.2. A comissão do leiloeiro é devida pelo arrematante a partir do momento em que o lote é declarado vendido, sendo esta cobrada em sua integralidade e independente do cancelamento do lote. Interposição judicial ou extrajudicial. 6.5. O não pagamento do lance e da comissão do leilão no ato do leilão implicará ao arrematante falto nas penalidades da Lei, que prevê, no caso de inadimplência, a denúncia criminal e a execução judicial contra este. 7. DA ATA DO LEILÃO 7.1. Será elaborada no leilão a Ata do Leilão contendo o valor do lance vencedor, valor pago no ato do leilão e dados do arrematante, bem como demais acontecimentos relevantes. 7.2. A Ata do Leilão será assinada pelo arrematante, leiloeiro e por um representante legal do Credor Fiduciário. 7.3. A Ata do Leilão informará a não ocorrência de lance para os imóveis, se for o caso. 8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 8.1. Nenhuma informação porventura comprovada nas dimensões do imóvel pode ser invocada, a qualquer tempo, como motivo para que se encontrem, ficando a cargo do adquirente a sua desocupação, reformas que ocasionem alterações nas quantidades e/ou dimensões, averbação de áreas e/ou regularização, quando for o caso, arcando o adquirente com as despesas decorrentes. 8.3. A participação no presente leilão implica, no momento em que o lance for considerado vencedor no leilão, na concordância e aceitação de todos os termos e condições deste Edital, bem como submissão às demais obrigações legais decorrentes. 8.4. O arrematante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e documentos apresentados. 8.5. O arrematante está ciente que o comitente vendedor, o leiloeiro e a empresa de leilões, não se enquadram nas condições de fornecedores, intermediários ou comerciantes e que o Leiloeiro é um mero mandatário, ficando assim, eximido de eventuais responsabilidades por defeitos ou vícios ocultos que possam existir, no bem alienado, nos termos do art. 663 do Código Civil, como também por indenizações, trocas, consertos, e compensações financeiras, em qualquer hipótese ou natureza. 8.6. Para diminuir qualquer questão que decorra direta ou indiretamente deste Edital, fica eleito o foro do Comércio de Maringá, Estado do Paraná, Maringá/PR, 08 de janeiro de 2025.

**CLAUDIO CESAR KUSS**

GRANDE LEILÃO
PRESENCIAL E ONLINE
LOCAL: RUA JOÃO LUNARDELLI, 2095 - CURITIBA/PR.
AUTOMÓVEIS, UTILITÁRIOS
MOTOS, CAMINHÕES E DIVERSOS.

14/01
TERÇA 10H00
VISITAÇÃO:
SEGUNDA: 08H00 ÀS 17H00
TERÇA: 08H00 ÀS 10H00
NO LOCAL DO LEILÃO.

www.claudiokussleiloes.com.br ou 3012-4800

Agile Serviços de Apoio a Saúde Ltda
CNPJ 40.992.290/0001-11 - NIRE 412.0976619-4

Convocação
São convocados pelo administrador Larissa Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 08:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 08:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Larissa Gayer Madureira, Administradora.

Renovar Serviços de Apoio à Saúde Ltda
CNPJ 33.974.356/0001-85 - NIRE 412.0907343-1

Convocação
São convocados pelo administrador MARCIO ADILSON SOTELLO, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 12:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 12:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Marcio Adilson Sotello, Administrador.

Gaia Serviços de Apoio a Saúde Ltda
CNPJ 47.765.386/0001-96 - NIRE 412.1098064-1

Convocação
São convocados pela administradora Deborah Francisca Scarpari, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 16:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 16:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Deborah Francisca Scarpari, Administradora.

Supramed Serviços de Apoio a Saúde Ltda
CNPJ 31.131.837/0001-01 - NIRE 412.0885509-6

Convocação
São convocados pelo administrador Marcio Adilson Sotello, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 20:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 20:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Marcio Adilson Sotello, Administrador.

Hera Serviços Médicos Ltda
CNPJ 13.210.413/0001-42 - NIRE 412.0695971-4

Convocação
São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 09:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 09:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

TGMED Serviços Médicos Ltda
CNPJ 45.869.505/0001-25 - NIRE 412.1065506-6

Convocação
São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 13:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 13:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

Arpen Serviços Médicos Ltda
CNPJ 51.096.880/0001-82 - NIRE 412.1167136-7

Convocação
São convocados pelo administrador Erickson José Blun Lima, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 17:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 17:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Erickson José Blun Lima, Administrador.

Hygea Gestão & Saúde Ltda
CNPJ 80.769.680/0001-41 - NIRE 412.0204339-1

Convocação
São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 15 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 08:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 08:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

Inframed Serviços de Apoio à Saúde Ltda
CNPJ 31.132.001/0001-13 - NIRE 412.0885502-9

Convocação
São convocados pelo administrador Marcio Adilson Sotello, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 10:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 10:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Marcio Adilson Sotello, Administrador.

Deltamed Serviços de Apoio à Saúde Ltda
CNPJ 31.822.743/0001-70 - NIRE 412.0891488-2

Convocação
São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 14:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 14:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

Piracicaba Serviços Médicos SPE Ltda
CNPJ 55.229.719/0001-90 - NIRE 412.1254865-8

Convocação
São convocados pelo administrador Larissa Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 18:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 18:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Erickson José Blun Lima, Administrador.

Atena Serviços Médicos Ltda
CNPJ 17.618.613/0001-90 - NIRE 412.0752913-6

Convocação
São convocados pelo administrador José Rubens Alcantara Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 21 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 09:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 09:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. José Rubens Alcantara Madureira, Administrador.

PROHEALTH LTDA
CNPJ 12.334.997/0001-03 - NIRE 412.0683518-7

Convocação
São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 11:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 11:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

Sallus Serviços de Apoio a Saúde Ltda
CNPJ 49.659.785/0001-06 - NIRE 412.1136454-5

Convocação
São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 15:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 15:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

PUT Gestão Médica SPE Ltda
CNPJ 53.566.321/0001-14 - NIRE 412.1221689-2

Convocação
São convocados pela administradora Larissa Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 20 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 19:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 19:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Larissa Gayer Madureira, Administradora.

SEC – Serviços Especializados e Contratos Ltda
CNPJ 25.461.879/0001-08 - NIRE 412.0843703-1

Convocação
São convocados pelo administrador Thiago Gayer Madureira, os senhores sócios quotistas para participarem da Assembleia dos sócios a se realizar no dia 21 de janeiro de 2025, a reunião será realizada em formato on-line, a partir de ferramentas virtuais organizadas pelos representantes, em 1ª convocação às 10:00 horas com a presença mínima de 3/4 do capital social e 2ª convocação às 10:30 horas com número qualquer de presentes para discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Cessão (venda) de quotas sociais entre cotistas e terceiros; 2. Ingresso e retirada de sócios que manifestarem interesse perante a sociedade; 3. Assuntos gerais de interesse social. Thiago Gayer Madureira, Administrador.

Metrópole

PINHAI

Prefeitura traz orientações sobre opção pelo Simples Nacional e pelo Simei em 2025

É importante verificar se não há pendências cadastrais ou fiscais (débitos) com a União, Estados e Municípios. Para as empresas já em atividade, a solicitação de opção poderá ser feita até o dia 31 de janeiro



A Prefeitura de Pinhais, por meio da Secretaria de Planejamento, Finanças e Orçamento (Septo), traz orientações sobre a opção pelo Simples Nacional e pelo Simei em 2025. Em 1º de janeiro, empresas que não regularizaram a situação fiscal foram excluídas do Simples Nacional, portanto é importante verificar se não há pendências cadastrais ou fiscais (débitos) com a União, Estados e Municípios. Para as empresas já em atividade, a solicitação de opção poderá ser feita até o último dia útil de janeiro.

Opção pelo Simples Nacional 2025
A opção pelo Simples Nacional 2025 pode ser feita por microempresas e empresas de pequeno porte até o dia 31/01/2025, momento em que o contribuinte deve estar regular com suas obrigações tributárias. A solicitação de opção pode ser realizada somente no mês de janeiro e deve ser feita pela internet, por meio do Portal do Simples Nacional (em Simples - Serviços > Opção > Solicitação de Opção pelo Simples Nacional), sendo irrevogável para todo o ano-calendário.

Portanto, são dois momentos diferentes aos quais é preciso ficar atento: regularizar pendências na prefeitura, se houver, e fazer a adesão ao Simples Nacional e ao Simei (se for o caso) no Portal do Simples Nacional. As pendências apresentadas com o município deverão ser regularizadas exclusivamente até 31 de janeiro. Para verificação de regularidade cadastral, acesse o serviço "Comprovante de Inscrição Municipal" e, para identificar pendências fiscais, acesse o serviço "Extrato de Débitos" no site da Prefeitura de Pinhais.

Acompanhamento da Formalização
Após solicitar a adesão ao Simples Nacional, o contribuinte pode acompanhar o andamento e o resultado final da sua solicitação na opção "Acompanhamento da Formalização da Opção pelo Simples Nacional", disponível no Portal do Simples Nacional. O resultado final está previsto para ser divulgado na segunda quinzena de fevereiro, diretamente no Portal do Simples Nacional.

Serviço
Mais informações estão disponíveis pelos canais de atendimento: WhatsApp da Prefeitura (41) 98707-5000 ou pelo e-mail: iss@pinhais.pr.gov.br.

ALCOOLISMO?



EXISTE UMA SAÍDA

ALCOÓLICOS ANÔNIMOS
☎ 41 3222-2422
AV VICENTE MACHADO, 738
CENTRO . CURITIBA-PR
ENDEREÇOS DE GRUPOS PELO SITE
www.aapr.org.br

CONSTRUTORA MENEGHETTI LTDA.
CNPJ/ME 76.510.924/0001-08

Editais de Segunda Convocação para Reunião de Sócios do Dia 13 de Janeiro de 2025
Convidamos os senhores sócios da **Construtora Meneghetti Ltda.** a se reunirem em reunião de sócios, a ser realizada em **segunda convocação**, no dia 13 de janeiro de 2025, às 14h, exclusivamente sob a forma digital, nos termos da IN 81 do DREI, por meio do link: <https://teams.microsoft.com/join/225619533797?pwd=TiX89QF7Hqizg2ka>, para deliberar sobre a alteração e reformulação do contrato social no que tange às cláusulas de responsabilidade técnica, administração, objeto social, duração da sociedade, transferência de quotas, falecimento de sócio, ingresso de herdeiros, exclusão extrajudicial de sócio, retirada de sócio, apuração e pagamento de haveres, renovação de procurações da sociedade, regência supletiva pela Lei 6.404/76 e distribuição desproporcional de lucros. Os documentos de suporte para a reunião estão disponíveis no link: <https://www.dropbox.com/sclfo/3968b2ue9ue136aft/Ai3rJUmG1GAiZu6ErUJ0?rlkey=4a0b5eg88g1ke58lx9gbdy0&st=r145v7f8d=0> e os sócios poderão participar da reunião mediante envio, com antecedência de 5 (cinco) dias da data da reunião, do boletim de voto, documentos de identidade e eventuais procurações através do e-mail sociario@dmgsa.com.br. Curitiba-PR, dia 8 de janeiro de 2025. Administradores: Maria Inês Meneghetti Raeder e João Meneghetti Filho.

NAVEGAÇÃO SANTA HELENA LTDA.
CNPJ/ME 79.150.512/0001-84

Editais de Segunda Convocação para Reunião de Sócios de 13 de Janeiro de 2025
Convidamos os senhores sócios da **Navegação Santa Helena Ltda.** a se reunirem em reunião de sócios, a ser realizada em **segunda convocação**, no dia 13 de janeiro de 2025, às 16h, exclusivamente sob a forma digital, nos termos da IN 81 do DREI, por meio do link: <https://teams.microsoft.com/join/287589713672?pwd=uuHagRMXisHafXW3g>, para deliberar sobre a alteração e reforma do contrato social no que tange à inclusão no contrato social da cláusula prevendo a possibilidade de exclusão extrajudicial de sócio por justa causa, nos termos do art. 1.085 do Código Civil, bem como para estabelecer a forma de apuração de haveres nos casos de hipóteses de exclusão extrajudicial por justa causa. Os documentos de suporte para a reunião estão disponíveis no link: <https://www.dropbox.com/sclfo/v074p658edv88uvf2y6/AKFIWcltuyUyJESn35Jl887?rlkey=3un9as4z7ymb1vpf6z84wuy8y2&st=acunn63&d=0> e os sócios poderão participar da reunião mediante envio, com antecedência de 5 (cinco) dias da data da reunião, do boletim de voto, documentos de identidade e eventuais procurações através do e-mail sociario@dmgsa.com.br. Santa Helena-PR, 8 de janeiro de 2025. Administrador não sócio: Wagner Toporski Moreli.

POSITIVO

TECNOLOGIA

POSITIVO

TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

POSI

B3 LISTED NM

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de Dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas, Glem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** **Presidente:** Alexandre Silveira Dias; **Secretário:** Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros presentes do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) nos termos do artigo 18, alínea (xv) do Estatuto Social, consignar a alteração na composição de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, com o ingresso da Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima** ao cargo e funções de membra do Comitê de Gente e a saída do Sr. **Alexandre Silveira Dias** do cargo e funções de membro do Comitê de Tecnologia Educacional. Em razão da deliberação ora tomada, em continuidade ao mandato em curso que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025: **(1)** o Comitê de Tecnologia Educacional passa a ser composto por: (i) **Samuel Ferrari Lago**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) **Lucas Raduy Guimarães**, como **membro do Comitê**; e **(2)** o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, atual membra independente do Conselho de Administração, como **membra do Comitê**; (iii) **Ana Lucia Moreira Caltabiano**, como **membra do Comitê**; (iv) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. c) Diante da deliberação acima e para facilitar a identificação da estrutura de governança da Companhia, consolidar a seguir a composição dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração: **I. Comitê de Auditoria:** **Atribuições:** (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Composição:** (i) **Gustavo Kehl Jobim**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.560.035-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 075.913.208-90, residente e domiciliado na Rua Dona Ana Helena de Salles Gusmão, 100, São Paulo, SP, CEP 01457-040, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Eduardo Mormino**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como **membro do Comitê**; e (iv) **João Ramos de Almeida**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob nº 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como **membro do Comitê**. **II. Comitê Financeiro:** **Atribuições:** avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia. **Composição:** (i) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Rafael Moia Vargas**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) **Rodrigo Cesar Formighieri**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. **III. Comitê de Gente:** **Atribuições:** (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações. **Composição:** (i) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, atual membra independente do Conselho de Administração, como **membra do Comitê**; (iii) **Ana Lucia Moreira Caltabiano**, como **membra do Comitê**; (iv) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. **IV. Comitê de Marketing e Comunicação:** **Atribuições:** (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado. **Composição:** (i) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, atual membra do independente do Conselho de Administração, como **membro Coordenadora do Comitê**; (ii) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. **V. Comitê de Tecnologia Educacional:** **Atribuições:** validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio. **Composição:** Designar (i) **Samuel Ferrari Lago**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Lucas Raduy Guimarães**, como **membro do Comitê**. **VI. Comitê de Estratégia e Novos Negócios:** **Atribuições:** (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas; sendo que em todos os casos terá papel de auxiliar/suportar a administração da Companhia no gerenciamento dos temas relacionados. **Composição:** (i) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Fernando Costa de Freitas**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **Marcel Martins Malczewski**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. **VII. Comitê de Integridade:** **Atribuições:** (i) zelar e garantir a devida implementação, manutenção, controle e resultados do Programa de Integridade da Companhia, reportando o planejamento, evolução e resultados ao Conselho de Administração na periodicidade que lhe seja definida; (ii) informar, acompanhar, exigir e zelar pelo correto cumprimento, pela Companhia, suas coligadas, subsidiárias, administradores, colaboradores e prestadores de serviços, com relação a leis e normas, bem como aos códigos e políticas da Companhia; (iii) analisar com imparcialidade e sigilo todas as questões referentes ao conteúdo do Código de Conduta do Colaborador, propondo e aprovando revisões sempre que necessário, "ad referendum" do Conselho de Administração; (iv) Avaliar, revisar e aprovar alterações, sempre que necessário, de códigos, políticas e procedimentos internos relacionados com o Programa de Integridade, em periodicidade anual ou de acordo com as necessidades da Companhia, em especial, mas não limitado ao "Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros", a "Política Corporativa de Prevenção à Corrupção", a "Política Corporativa Concorrencial"; (v) reportar-se ao Conselho de Administração, preparando relatórios e/ou pareceres para auxiliar as deliberações nas reuniões do Conselho, sempre que por este solicitado; (vi) definir a composição e as atribuições da Comissão de Ética, com poderes para delegar-lhe as atribuições que julgar adequadas, exceto as definidas acima, cuja competência é privativa do Comitê de Integridade; e (vii) orientar, coordenar e apoiar as áreas diretamente responsáveis pela execução das atividades de divulgação, treinamento, funcionamento do canal de denúncias, *due diligence* de conformidade e outras ferramentas e procedimentos de conformidade, de modo a garantir que as ações sejam realizadas conforme as definições constantes do Programa de Integridade. **Composição:** conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 1º de agosto de 2023, foi delegado ao Diretor Presidente da Companhia a indicação dos membros do Comitê de Integridade, a ser composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo o prazo do mandato dos membros designados para o Comitê de Integridade será o mesmo aprovado pelo Conselho de Administração para a Diretoria Estatutária. d) Consignaram a renúncia apresentada pelo Sr. **Caio Gonçalves de Moraes** aos cargos e funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de dia 31 de dezembro de 2024; e, nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **Fabio Trierweiler Faigle**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 6.125.852-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 032.949.319-13, com endereço profissional na Rua João Bettega, 5.200, CIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores**, cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social, ~~com mandato a partir de 01/01/2025~~. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no: §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia, e) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/01/2024: Sr. **Hélio Bruck Rotenberg**, nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Fabio Trierweiler Faigle** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira**, nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração indicados no item 2 da presente. *(Certifico que a presente ata confere com via original assinada digitalmente)*. Curitiba, 20 de dezembro de 2024. **Anderson Prehs** - Secretário - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745. Protocolo: 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaia - Secretário-Geral.

Este documento foi assinado digitalmente pelo(s) signatário(s) na lista de protocolo de assinatura(s). Para validar as assinaturas acesse: <https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=e6fcdcb63-9f61-49cd-94ed-649bb91d50f9>

A publicação acima foi assinada e certificada digitalmente no dia 08/01/2025

Documento assinado e certificado digitalmente

Por EDITAL CENTER LTDA.

04.150.383/0001-35

A autenticidade pode ser conferida ao lado

ICP

Brasil

#

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code para acessar a página de

Publicidade Legal Certificada no portal do **Metópole Jornal**. Acesse também através do link: https://metropolejornal.com.br/Publicacoes_Legais

www.metropolejornal.com.br

PUBLICIDADE LEGAL EDIÇÃO DIGITAL

(41) 3024-6766

RELATÓRIO DE ASSINATURAS

Este documento foi assinado de forma digital ou eletrônica na plataforma Portal de Assinaturas sDoc.

Certificação digital da autenticidade dos documentos mantidos na página própria, emitida por uma autoridade certificadora credenciada no âmbito da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil).

Verifique as assinaturas em:

<https://sdocs.safeweb.com.br/portal/Validador?publicID=e6fcdb63-9f6f-49cd-94ed-649bb91d50f9>

Chave de acesso: e6fcdb63-9f6f-49cd-94ed-649bb91d50f9



Hash do documento

4c44b9ed677d869f5a149538cebc56845eb877c7b0308f2dbf26e56843e0f03

Documento disponível em



Documento(s) gerado(s) em 07-01-2025, com o(s) seguinte(s) participante(s):

EDITAL CENTER LTDA - 04.150.383/0001-35 em 07/01/2025 23:42:16 UTC-03:00

Tipo de Participante: Assinatura Digital

Identificação: Por e-mail: cial@ctbametropole.com.br

Geolocalização: Latitude: -25.4574592 Longitude: -49.2797952

IP: 177.220.181.31

Assinatura

Documento eletrônico assinado digitalmente.
Validade jurídica assegurada conforme
MP 2.200-2/2001, que instituiu a ICP-Brasil.



Santa Fé Holding S/A

Ata de Assembleia Geral de Constituição da Sociedade Anônima

CPNJ em constituição

Data e Local: Aos 30 (trinta) dias do mês de novembro de 2023, às 17:00 horas, na sede da NOBRE ROCHA Advogados, situada na Avenida Brasil, nº 303, 5º andar, Slts. 505/507, Centro Empresarial Rio Branco, Centro, CEP 69.900-076, Rio Branco, Estado do Acre. **Presença:** A totalidade dos Acionistas Fundadores da sociedade representando a totalidade dos subscritores da Capital Social, conforme assinaturas apostas no Livro de Registro de Presença de Acionistas. **Convocação:** Dispensada a comprovação da convocação prévia desta assembleia pela imprensa, conforme facultado pelo § 4º do artigo 112-B da Lei nº 6.404/76. **Acionistas:** **Maira Mansur Martinnello Moura**, brasileira, nascida em 25/04/1980, natural de Rio Branco/AC, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, jornalista, portadora da Cédula de Identidade nº 10629785 - SEJSP/AC e inscrita no CPF/MF sob nº 079.819.047-73, residente e domiciliada na Estrada da Invernada, nº 986, Apto. 112-B, Edifício Maison, Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP nº 69901-061; **Amanda Mansur Martinnello Esteves Moura**, brasileira, nascida em 04/12/2006, natural de Rio Branco/AC, menor, estudante, portadora da Cédula de Identidade nº 1238479-8 - SSP/AC e inscrita no CPF/MF sob nº 032.287.962-05, residente e domiciliada na Estrada da Invernada, nº 986, Apto. 112-B, Edifício Maison, Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP nº 69901-061, neste ato assistida por sua genitora, Maira Mansur Martinnello Moura, acima qualificada; **Marcello Mansur Martinnello Esteves Moura**, brasileiro, nascido em 30/01/2013, natural de Rio Branco/AC, menor impúbere, estudante, portador da Cédula de Identidade nº 093.840-A - SSP/AC e inscrito no CPF/MF sob nº 059.234.312-03, residente e domiciliada na Estrada da Invernada, nº 986, Apto. 112-B, Edifício Maison, Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP nº 69901-061, neste ato representado por sua genitora, Maira Mansur Martinnello Moura, acima qualificada; e **Marcello Henrique Esteves Moura**, brasileiro, nascido em 27/11/1980, natural de Rio Branco/AC, casado sob o regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da Cédula de Identidade nº 295420 - SSP/AC e inscrito no CPF nº 515.868.942-34, residente e domiciliado na Estrada da Invernada, nº 986, Apto. 112-B, Edifício Maison, Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP nº 69901-061. Conforme se verifica pelas assinaturas no livro de presença, conferido neste com o Boletim de Subscrição, Iniciados os trabalhos, assumiu a presidência por aclamação dos presentes a Sra. **Maira Mansur Martinnello Moura**, que convidou a mim, **Gilliard Nobre Rocha**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AC sob nº 2.833, CPF nº 650.899.952-49, com escritório à Avenida Brasil, nº 303, 5º andar, Slts. 505/507, Centro Empresarial Rio Branco, Centro, CEP 69.900-076, Rio Branco, para secretariar a Assembleia, o que aceitei. **Ordem do Dia:** 1. Constituição de uma companhia de capital fechado, leitura, discussão e aprovação do estatuto; 2. Subscrição e forma de integralização das ações; 3. Eleição da sua diretoria e respectiva remuneração; 4. Eleição do Conselho Fiscal. Iniciando os trabalhos, a Senhora Presidente comunicou que o projeto do estatuto social já do conhecimento de todos e cujo teor segue em anexo devidamente assinado, fazendo parte integrante e inseparável desta ata, constituindo os dois instrumentos num todo, único e indivisível. **Deliberação:** Após a leitura do estatuto que foi aprovado por unanimidade, foi declarada definitivamente constituída a **Santa Fé Holding S/A**, com sede na Alameda Rio Negro 503, Sala 2020, Alphaville, CEP 06454-000, Município de Barueri, Estado de São Paulo, a qual iniciará suas atividades logo após o cumprimento de todas as formalidades legais para este tipo societário. **Subscrição e Forma de Integralização das Ações:** O capital será de 10.000 (dez mil) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada, totalizando R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalmente subscrito e será integralizado em moeda corrente nacional, sendo que, 10% (dez por cento) do capital deverá ser integralizado pelos acionistas fundadores e depositado em instituição financeira nacional até a data de protocolo da Ata de Assembleia Geral de Constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo e os restantes 90% (noventa por cento) no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o registro dos estatutos na mesma Junta Comercial. Os acionistas fundadores, acima nomeados e qualificados, aprovaram também, por unanimidade, o Boletim de Subscrição em anexo I e reproduzido a seguir. Restou, estabelecido, que a subscrição e integralização das ações será efetuada da seguinte forma: A acionista **Maira Mansur Martinnello Moura**, já qualificada, subscreve 4.000 (quatro mil) ações ordinárias nominativas, de valor nominal de R\$ 1.000,00 (mil reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo; A acionista **Amanda Mansur Martinnello Esteves Moura**, já qualificada, subscreve 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R\$ 100,00 (cem reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo; O acionista **Marcello Mansur Martinnello Esteves Moura**, já qualificado, subscreve 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R\$ 100,00 (cem reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo; O acionista **Marcello Henrique Esteves Moura**, já qualificado, subscreve 4.000 (mil) ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais) e integralizará, em moeda corrente nacional, a importância de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), equivalentes a 10% (dez por cento) das ações subscritas, até a data do protocolo da AGE de constituição, perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo. **Eleição da Diretoria e Remuneração:** Por unanimidade foi eleito, para o período de 03 anos, para compor a primeira diretoria da companhia: **Gilliard Nobre Rocha**, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/AC sob nº 2.833, CPF nº 650.899.952-49, com endereço à Avenida Brasil, nº 303, 5º andar, Slts. 505/507, Centro Empresarial Rio Branco, Centro, CEP 69.900-076, cidade de Rio Branco, como **Diretor Presidente**, o qual aceitei o cargo, tendo sido destinada para a remuneração global anual da Diretoria a importância de até R\$ 12.000,00 (doze mil reais), nos termos da Lei Complementar nº 182/2021. **Conselho Fiscal:** Por não ser de funcionamento permanente, nem ter havido solicitação dos acionistas, não foi constituído o Conselho Fiscal, uma vez que a lei e o estatuto, assim o permitem. **Declaração de Desimpedimento da Diretoria:** O Diretor declara, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a Administração da sociedade, por lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Termo de Posse da Diretoria e Conselho Fiscal:** O diretor é empossado neste ato e declara, para os fins de direito, estar de acordo com sua nomeação, tomando posse imediata de seus cargos mediante assinatura do respectivo termo lavrado no Livro de Registro de Atas. Declara ainda, sob as penas da Lei, de que não está impedido de exercer a Administração da sociedade, por lei especial ou, em virtude de condenação criminal ou, por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos ou, por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, bem como não foram declarados inabilitados por ato da Comissão de Valores Mobiliários. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, o presidente da assembleia geral de constituição declarou constituída a presente companhia, sendo suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, no livro próprio, a qual tendo sido lida e aprovada, foi por todos os presentes assinadas e rubricadas as 03 (três) vias. **Rio Branco/AC, 30 de novembro de 2023. Estatuto Social - Capítulo I - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração:** **Art. 1º.** Sob a denominação de **Santa Fé Holding S/A** fica constituída uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por finalidade: **Art. 2º.** A sociedade terá por sede administrativa e foro jurídico na Alameda Rio Negro 503, Sala 2020, Alphaville, CEP 06454-000, Município de Barueri, Estado de São Paulo, sendo-lhe facultado abrir filiais, sucursais, agências, escritórios, participar de outras sociedades e empreendimentos, em qualquer parte do território nacional, ou fora dele, por deliberação da Diretoria. **Art. 3º.** O único objeto da sociedade consiste, especificamente, na participação em outras sociedades, como sócia ou acionista, no país ou no exterior (*holding*). **Art. 4º.** O prazo de duração da sociedade será por tempo indeterminado. **Capítulo II - Do Capital Social, Ações e das Debêntures:** **Art. 5º.** O capital social é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas, de valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada. **Art. 6º.** A companhia poderá emitir títulos múltiplos de ações e, provisoriamente, cautelas que as representem, observando o disposto nos artigos 24 a 26 da Lei nº 6.404/76. **Art. 7º.** As ações, os títulos múltiplos, ou, as cautelas serão controladas no livro próprio de ações nominativas e quando emitidas, serão assinadas por 2 (dois) diretores ou, por um diretor e um procurador especialmente constituído para esse fim, na forma da lei e deste estatuto. **Art. 8º.** A companhia poderá, também, emitir debêntures conversíveis, ou não, em ações e ainda certificados de debêntures que conferirão aos seus titulares direito de crédito contra ela nas condições constantes da escritura de emissão e do certificado, os quais também serão controlados no livro próprio, e quando emitidos, serão assinados por 2 (dois) diretores, observando o disposto no Capítulo V da Lei nº 6.404/76. **Art. 9º.** As ações são gravadas com incomunicabilidade, o que significa que as mesmas não podem ser objeto de comunicação, partilha ou transferência por força de casamento, união estável, herança, doação, legado ou qualquer outro meio de transmissão decorrente de relações pessoais ou familiares. **Art. 10º.** As ações são gravadas com impenhorabilidade, sendo vedada a sua penhora, arresto ou qualquer outra forma de execução judicial ou extrajudicial. **Art. 11º.** A impenhorabilidade das ações significa que, em caso de dívidas e responsabilidades pessoais de um acionista, seus credores não poderão satisfazer seus créditos com a apreensão ou execução das ações de sua titularidade, nem exercer qualquer direito de voto ou influência sobre as decisões da companhia. **Art. 12º.** A cláusula de impenhorabilidade não se aplica no caso de obrigações decorrentes de relações entre a companhia e o acionista, tais como empréstimos ou adiantamentos realizados pela companhia aos acionistas, bem como em caso de fraudes ou abusos cometidos pelos acionistas em prejuízo da companhia. **Art. 13º.** Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais. **Art. 14º.** A transferência de ações ordinárias, a qualquer título, gratuita ou onerosamente, a acionista ou a terceiros, obedecerá às normas previstas neste artigo (como segue): a) aos acionistas é assegurada a preferência na aquisição de ações, na proporção do capital de cada um; b) o acionista que pretender alienar suas ações ou parte delas, deverá comunicar os demais acionistas, por carta registrada com aviso de recebimento, sua intenção, transmitindo-lhes as seguintes informações: a) quantidade de ações, preço e condições de pagamento; c) os demais acionistas terão 60 (sessenta) dias de prazo, a contar do recebimento da carta mencionada na letra "b" deste artigo, para manifestar, também por carta com aviso de recebimento, seu interesse na aquisição das ações postas à venda; d) no caso de um ou mais acionistas não pretenderem exercer o seu direito de preferência, tal direito será dos demais acionistas, na proporção do capital de cada um; e) se os acionistas não se interessarem pela aquisição das ações terá ele o direito de transferi-las a terceiros. **Art. 15º.** Os acionistas terão preferência para a submissão de capital, sendo de 60 (sessenta) dias o prazo para o exercício desse direito, contados da data da assembleia que o deliberou. **Parágrafo Único.** Havendo desistência ou decurso do prazo referido no caput deste artigo, a preferência para subscrição de novas ações correspondentes será transferida aos demais acionistas, observada a proporcionalidade do capital subscrito. **Art. 16º.** A companhia poderá adquirir suas próprias ações para permanência em tesouraria ou posterior alienação ou cancelamento. **Art. 17º.** Enquanto não estiver totalmente integralizado o capital subscrito da companhia, a responsabilidade dos acionistas fica limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, conforme preceitua o artigo 1º da Lei 6.404/76. **Capítulo III - Da Administração da Sociedade:** **Art. 18º.** A sociedade terá como órgão de administração o Conselho Fiscal, composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral, para o período de 03 (três) anos e cujo mandato terminará sempre na assembleia geral ordinária que aprovar as contas do exercício da sua gestão. **Art. 19º.** Os Diretores poderão ser reeleitos e a investidura no cargo será feita por termo lavrado e assinado pelo respectivo diretor no livro de "Atas das reuniões da Diretoria" independentemente de qualquer caução, ou garantia de sua gestão. **Art. 20º.** Os Diretores poderão perceber remuneração, a título de pró-labore, o qual será fixado anualmente pela assembleia geral ordinária, considerando a responsabilidade e o tempo exigido pelo cargo, competência e reputação do profissional eleito. **Art. 21º.** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor eleito, o qual escolhido, dorrendo renúncia, morte ou impedimento permanente, o Conselho Fiscal poderá nomear um suplente para exercer suas funções durante a ausência do Diretor. Qualquer diretor, será convocada imediatamente uma Assembleia geral extraordinária, cabendo a esta prover o cargo. **Art. 22º.** A Diretoria caberá a prática dos atos próprios de gestão, desde que destinados ao funcionamento regular da sociedade e ao cumprimento de seu objeto social, em estrita obediência aos deveres e funções contemplados na lei e no estatuto social. **Art. 23º.** Os atos próprios da sociedade, e não restritos ao setor específico de cada Diretoria, que acarretarem responsabilidade para a sociedade, dependem da assinatura de dois diretores, sendo um deles o Diretor Superintendente. **Art. 24º.** As deliberações da Diretoria e os atos dos respectivos diretores obrigam a sociedade quando praticados no exercício das funções estatutárias e dentro dos limites estabelecidos na lei e no estatuto social. **Art. 25º.** O Conselho Fiscal poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 26º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 27º.** O Conselho Fiscal poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 28º.** A representação ativa e passiva da sociedade, nos atos de gestão ordinária dos negócios sociais, será exercida em conjunto pelo Diretor Superintendente e mais um diretor. **Art. 29º.** A diretoria poderá constituir procuradores, devendo ser especificados os atos e operações que poderão praticar e a duração do mandato, exceto o judicial, que poderá ser por prazo indeterminado. **Art. 30º.** Os instrumentos de mandato outorgados pela sociedade serão sempre assinados pelos dois membros diretoria, sendo um deles o Diretor Superintendente. **Art. 31º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 32º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 33º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 34º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 35º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 36º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 37º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 38º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 39º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 40º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 41º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 42º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 43º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 44º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 45º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 46º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 47º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 48º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 49º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 50º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 51º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 52º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 53º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 54º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 55º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 56º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 57º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 58º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 59º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 60º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 61º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 62º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 63º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 64º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 65º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 66º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 67º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 68º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 69º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 70º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 71º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 72º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 73º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 74º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 75º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 76º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 77º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 78º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 79º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 80º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 81º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 82º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 83º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 84º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 85º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 86º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 87º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 88º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 89º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 90º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 91º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 92º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 93º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 94º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 95º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 96º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 97º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 98º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 99º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 100º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 101º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 102º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 103º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 104º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 105º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 106º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 107º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 108º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 109º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 110º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 111º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 112º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 113º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 114º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 115º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 116º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 117º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 118º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 119º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 120º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 121º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 122º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 123º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 124º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 125º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 126º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 127º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 128º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 129º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 130º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 131º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 132º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 133º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 134º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 135º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 136º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 137º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 138º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 139º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 140º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 141º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 142º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 143º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 144º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 145º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 146º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 147º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 148º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 149º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 150º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 151º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 152º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 153º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 154º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 155º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 156º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 157º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 158º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 159º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 160º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 161º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 162º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 163º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 164º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 165º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 166º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 167º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 168º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 169º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 170º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 171º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 172º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 173º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 174º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 175º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 176º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 177º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 178º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 179º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 180º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 181º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 182º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 183º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar a Assembleia Geral Ordinária para a prestação de contas dos diretores e a aprovação das contas do exercício da sua gestão. **Art. 184º.** A Diretoria poderá, a qualquer tempo, convocar

Milênio Holding S.A.

CNPJ: 51.660.005/0001-81 - NIRE: 35300649672

Edital de Convocação para Assembleia Geral Extraordinária

A Presidente do Conselho de Administração da **Milênio Holding S.A.**, sociedade por ações devidamente constituída e validamente existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 17º andar, conjuntos 171 a 173, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na Cidade e Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 51.660.005/0001-81 ("**Companhia**"), na forma prevista no art. 124 da Lei nº 6.404/1976 e conforme deliberado na Reunião do Conselho de Administração realizada em 30.12.2024, convoca todos os acionistas, nos termos do artigo 9º, Parágrafo Primeiro, do Estatuto Social da Companhia, a reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada, em primeira convocação, às 09:00 horas do dia 15 de janeiro de 2025, de forma exclusivamente virtual, conforme autoriza o anexo V, seção VIII, da Instrução Normativa DREI nº 81, de 10 de junho de 2020, conforme alterada, através da plataforma *Microsoft Teams*, sendo, para todos os fins, considerada realizada no endereço de sede da Companhia, acima informado, para deliberarem a respeito da seguinte ordem do dia ("**Assembleia**"): i. Aprovar a alteração da forma de realização, pela Companhia, das publicações exigidas pela Lei Federal nº 6.404/1976; e ii. Eleição de novo membro para o cargo vacante do Conselho de Administração. **Instruções Gerais.** Os acionistas poderão participar da Assembleia, por si ou por seus representantes legais ou procuradores. Para participarem virtualmente da Assembleia por meio da plataforma digital, a Companhia solicita que sejam enviados (endereço eletrônico: riaguna@milenio.capital), até às 09:00 horas (horário de Brasília) do dia 14 de janeiro de 2025, os seguintes documentos de identificação do acionista: (i) nome completo e CPF ou CNPJ (conforme o caso), além de e-mail e telefone para contato, (ii) cópias simples do documento de identidade do acionista ou seu representante ou procurador que estiver presente à Assembleia, (iii) se representado por procurador, cópia simples do respectivo instrumento de procuração devidamente assinado por meio eletrônico contendo certificação digital que esteja dentro dos padrões da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira ou por outro meio de comprovação da autoria e integridade do documento em forma eletrônica, (iv) se pessoa jurídica, cópias simples do estatuto social atualizado e do ato de nomeação dos seus representantes legais, devidamente arquivados perante o órgão de registro competente. Após examinada e aprovada a documentação, cada acionista receberá o link de acesso na plataforma digital. No dia de realização da Assembleia, os acionistas deverão acessar a plataforma digital através do link fornecido com 30 (trinta) minutos de antecedência. **Documentos Auxiliares da Assembleia.** Não há documentos auxiliares à Assembleia. São Paulo, 06 de janeiro de 2025. **Milênio Holding S.A.** Renata Marques Laguna Cardoso - Presidente do Conselho de Administração.

NASCENTES DO XINGU INVESTIMENTOS S.A.

CNPJ/MF nº 19.190.733/0001-64 - NIRE nº 35.300.470.044 (*Companhia*)

Aviso aos Acionistas - Comunicado sobre Aumento de Capital Social e Direito de Preferência

Ficam os acionistas da **Nascentes do Xingu Investimentos S.A.** ("**Companhia**") devidamente informados de que, em 07 de janeiro de 2025, na Assembleia Geral Extraordinária, foi deliberado e aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 3.877.000,00 (três milhões, oitocentos e setenta e sete mil reais), mediante a emissão de 3.877.000 (três milhões, oitocentos e setenta e sete mil) novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,00 (um real) por ação, considerando o capital da Companhia, nos termos do artigo 170, § 1º, inciso II da Lei nº 6.404/76. Nos termos do artigo 171 da Lei nº 6.404/76, os acionistas terão direito de preferência para subscrição das novas ações, proporcionalmente às suas respectivas participações no capital social da Companhia. O prazo para o exercício do direito de preferência é de 30 (trinta) dias, contados a partir da data da realização da assembleia e se encerra em 06 de fevereiro de 2025. Os acionistas interessados deverão manifestar formalmente seu interesse, por meio do preenchimento do respectivo Boletim de Subscrição junto à sede da Companhia, situada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 1º andar, sala 06, Jardim Paulistano, São Paulo/SP, CEP 01452-001, até 06 de fevereiro de 2025, concomitantemente à integralização das ações subscritas, mediante transferência ou depósito bancário do valor correspondente para a Companhia, nos termos e condições deliberados na referida assembleia. Para mais informações, os acionistas poderão entrar em contato pelos e-mails ana.calzetta@aegea.com.br, fabiano.puppi@aegea.com.br e ana.santos@aegea.com.br. São Paulo/SP, 08 de janeiro de 2025. **Nascentes do Xingu Investimentos S.A.**

Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo

CNPJ/ME nº 61.149.589/0001-89 - NIRE 35400021136

Ata da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração Realizada no dia 25 de Junho de 2024

Aos 25 (vinte e cinco) dias do mês de junho de 2024, às 11h00 (onze horas), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 02, Vila Gertrudes, mediante prévia convocação, reuniram-se ordinariamente, presencialmente e por meio de videoconferência, os senhores membros do Conselho de Administração da **Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo** ("**Cooperativa**"), abaixo assinados ("**Conselho**"). O Sr. Presidente do Conselho, Luis Roberto Pogetti, presidiu a mesa da reunião e convidou a mim, André Luiz Bella Christofolletti, para secretariar a reunião. Dando início aos trabalhos, Pogetti informou que a reunião tinha por objetivo deliberar sobre a reeleição dos Executivos Profissionais da Cooperativa. Por unanimidade de votos, o Conselho deliberou, para um mandato unificado até a Assembleia Geral Ordinária que será realizada no ano de 2027, a reeleição dos seguintes membros: (i) **Presidente Executivo**: Sr. **Tomás Caetano Manzano**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 25.162.636-2 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 248.126.578-57; (ii) **Executivo Jurídico e de Governança**: Sr. **Julio Alvarez Boada**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 13.091.559-2 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 045.678.348-28 e na OAB/SP sob o nº 95.652; (iii) **Executivo Comercial**: Sra. **Lara Nascimento Bacellar**, brasileira, solteira, economista, portadora da cédula de identidade RG nº 33.451.868-4 e inscrita no CPF sob o nº 326.887.648-02; e (iv) **Executivo Administrativo-Financeiro e Relacionamento com Usinas**: Sr. **Thiago Fontoura Struminski**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 7893032 SSP/PR e inscrito no CPF sob o nº 034.227.289-61, todos com endereço comercial na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, ala A-1, 12º andar, sala 02, Vila Gertrudes, São Paulo, SP, CEP 04794-000. Os Executivos Profissionais ora reeleitos, por seu turno, declararam, sob as penas da lei, que cumprem todos os requisitos previstos no artigo 51 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971 ("**Lei das Cooperativas**") para a investidura aos respectivos cargos de Executivos Profissionais da Cooperativa, não estando impedidos para o exercício de atividade empresarial ou terem sido condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. Após terem prestado suas respectivas declarações, tomaram posse de seus respectivos cargos mediante assinatura dos Termos de Posse lavrados no livro próprio. Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata. Reabertos os trabalhos, a presente ata foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 25 de junho de 2024. (aa) Conselheiros Presentes: Luis Roberto Pogetti; Alfredo Angelo Soncini Filho; Antonio Carlos Previte; Antonio Eduardo Toniolo Filho; Cesar Krug Omotto; Fabiano José Zillo; Frederico Fontes Balbo; Gustavo Di Senio Dias; João Henrique de Andrade; Josmar Verillo; Orlando Quagliato Neto; Otávio Pilon Filho; Pedro Dinucci; Roberto Holland Filho; e Senginho Ribeiro de Mendonça Neto. Mesa: Luis Roberto Pogetti - Presidente; André Luiz Bella Christofolletti - Secretário. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. **Mesa:** Luis Roberto Pogetti - **Presidente**; André Luiz Bella Christofolletti - **Secretário**. **JUCESP** nº 468.979/24-4 em 26/12/2024. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral em Exercício.

POSITIVO

TECNOLOGIA

POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

CNPJ/ME nº 81.243.735/0001-48 - NIRE nº 41300071977

Companhia Aberta

POSI

B3 LISTED NM

Ata da Reunião do Conselho de Administração Realizada em 20 de Dezembro de 2024

1. Data, Hora e Local: No dia 20 de dezembro de 2024, às 09:00h, por meio da plataforma de videoconferência *Microsoft Teams* disponibilizada pela Companhia. **2. Convocação e Presenças:** Convocação efetuada nos termos do Estatuto Social da Companhia, estando presentes os conselheiros Srs. Alexandre Silveira Dias, Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima, Fernando Costa de Freitas, Glem Raduy Guimarães, Hélio Bruck Rotenberg, Marcel Martins Malczewski, Rafael Moia Vargas, Rodrigo Cesar Formighieri e Samuel Ferrari Lago. **3. Mesa:** Presidente: Alexandre Silveira Dias; Secretário: Anderson Henrique Prehs. **4. Deliberações:** Aberta a reunião e após a análise de informações e debates, os membros presentes do Conselho de Administração de forma unânime: a) autorizaram a lavratura desta ata em forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76; b) nos termos do artigo 18, alínea (v) do Estatuto Social, consignar a alteração na composição de Comitês de assessoramento do Conselho de Administração, com o ingresso da Sra. **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima** ao cargo e funções de membra do Comitê de Gente e a saída do Sr. **Alexandre Silveira Dias** do cargo e funções de membro do Comitê de Tecnologia Educacional. Em razão da deliberação ora tomada, em continuidade ao mandato em curso que se encerrará por ocasião da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2025: (i) o Comitê de Tecnologia Educacional passa a ser composto por: (i) **Samuel Ferrari Lago**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) **Lucas Raduy Guimarães**, como **membro do Comitê**; e (2) o Comitê de Gente passa a ser composto por: (i) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, atual membra independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Ana Lucia Moreira Caltabiano**, como **membra do Comitê**; (iv) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. c) Diante da deliberação acima e para facilitar a identificação da estrutura de governança da Companhia, consolidar a seguir a composição dos Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração: I. **Comitê de Auditoria:** **Atribuições:** (i) opinar na contratação e destituição dos serviços de auditoria independente; (ii) avaliar as informações trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras; (iii) acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos da companhia; (iv) avaliar e monitorar as exposições de risco da companhia; (v) avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas internas da companhia, incluindo a política de transações entre partes relacionadas; e (vi) acompanhar as atividades da Companhia relacionadas à recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à companhia, além de regulamentar os códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. **Composição:** (i) **Gustavo Kehil Jobim**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 9.560.035-8 (SSP/SP), inscrito no CPF/MF sob o nº 075.913.208-90, residente e domiciliado na Rua Dona Ana Helena de Salles Gusmão, 100, São Paulo, SP, CEP 01457-040, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Eduardo Mormino**, brasileiro, solteiro, empresário, inscrito no CPF/MF sob nº 112.869.858-70, com endereço à Rua Modesto Surian, 237, Bairro Centro, Brotas, SP, CEP 17.380-000, como **membro do Comitê**; e (iv) **João Ramos de Almeida**, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/MF sob nº 043.005.288-02, com endereço à Alameda Cianorte, 102, Alphaville, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06.539-070, como **membro do Comitê**. II. **Comitê Financeiro:** **Atribuições:** avaliar as práticas financeiras, contábeis e de relações com investidores da Companhia. **Composição:** (i) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Rafael Moia Vargas**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) **Rodrigo Cesar Formighieri**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. III. **Comitê de Gente:** **Atribuições:** (i) revisar e aprimorar as políticas de recursos humanos e de gestão de pessoas; (ii) recomendar os critérios gerais de remuneração e as políticas de benefícios dos administradores da Companhia e de sociedades controladas, direta ou indiretamente, em linha com a Política de Remuneração dos Administradores; e (iii) auxiliar, quando solicitado pelo Conselho de Administração, no gerenciamento de planos de incentivo de longo prazo da Companhia, inclusive, do Plano de Opção de Compra de Ações. **Composição:** (i) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (ii) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, atual membra independente do Conselho de Administração, como **membra do Comitê**; (iii) **Ana Lucia Moreira Caltabiano**, como **membra do Comitê**; (iv) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. IV. **Comitê de Marketing e Comunicação:** **Atribuições:** (i) avaliar e viabilizar marcas fortes que criem diferenciação junto ao mercado em segmentos de públicos diversos e complementares; (ii) avaliar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia para maximizar os objetivos das marcas e suas metas; e (iii) avaliar oportunidades de ações objetivando a criação de valor da Companhia junto ao mercado. **Composição:** (i) **Adriana Netto Ferreira Muratore de Lima**, atual membra do independente Conselho de Administração, como **membra Coordenadora do Comitê**; (ii) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. V. **Comitê de Tecnologia Educacional:** **Atribuições:** validar e acompanhar a estratégia do segmento de negócios de tecnologia educacional, assim como os resultados performados, auxiliando a administração da Companhia no aprimoramento de eventuais estratégias e forma de atuação para expansão e diversificação desta frente de negócio. **Composição:** Designar (i) **Samuel Ferrari Lago**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (iii) **Lucas Raduy Guimarães**, como **membro do Comitê**. VI. **Comitê de Estratégia e Novos Negócios:** **Atribuições:** (i) revisar e discutir a estratégia da Companhia e seu portfólio de negócios; (ii) revisar e discutir a performance e a estratégia individuais de cada Unidade de Negócio ou Avenida de Crescimento; (iii) revisar, discutir e recomendar sobre oportunidades de parcerias estratégicas, inclusive inorgânicas, sendo que em todos os casos terá papel de auxílio/suporte a administração da Companhia no endereçamento dos temas relacionados. **Composição:** (i) **Hélio Bruck Rotenberg**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro Coordenador do Comitê**; (ii) **Alexandre Silveira Dias**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iii) **Fernando Costa de Freitas**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; (iv) **Glem Raduy Guimarães**, atual membro do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**; e (v) **Marcel Martins Malczewski**, atual membro independente do Conselho de Administração, como **membro do Comitê**. VII. **Comitê de Integridade:** **Atribuições:** (i) zelar e garantir a devida implementação, manutenção, controle e resultados do Programa de Integridade da Companhia, reportando o planejamento, evolução e resultados ao Conselho de Administração na periodicidade que lhe seja definida; (ii) informar, acompanhar, exigir e zelar pelo correto cumprimento, pela Companhia, suas coligações, subsidiárias, administradores, colaboradores e prestadores de serviços, com relação a leis e normas, bem como aos códigos e políticas da Companhia; (iii) analisar com imparcialidade e sigilo todas as questões referentes ao conteúdo do Código de Conduta do Colaborador, propondo e aprovando revisões sempre que necessário, "ad referendum" do Conselho de Administração; (iv) Avaliar, revisar e aprovar alterações, sempre que necessário, de códigos, políticas e procedimentos internos relacionados com o Programa de Integridade, em periodicidade anual ou de acordo com as necessidades da Companhia em especial, mas não limitado ao "Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros", a "Política Corporativa de Prevenção à Corrupção", a "Política Corporativa Concorrencial"; (v) reportar-se ao Conselho de Administração, preparando relatórios e/ou pareceres para auxiliar as deliberações nas reuniões do Conselho, sempre que por este solicitado; (vi) definir a composição e as atribuições da Comissão de Ética, com poderes para delegar-lhe as atribuições que julgar adequadas, exceto as definidas acima, cuja competência é privativa do Comitê de Integridade; e (vii) orientar, coordenar e apoiar as áreas diretamente responsáveis pela execução das atividades de divulgação, treinamento, funcionamento do canal de denúncias, *due diligence* de conformidade e outras ferramentas e procedimentos de conformidade, de modo a garantir que as ações sejam realizadas conforme as definições constantes do Programa de Integridade. **Composição:** conforme deliberado em reunião do Conselho de Administração de 1º de agosto de 2023, foi delegado ao Diretor Presidente da Companhia a indicação dos membros do Comitê de Integridade, a ser composto por no mínimo 3 (três) membros, sendo o prazo do mandato dos membros designados para o Comitê de Integridade será o mesmo aprovado pelo Conselho de Administração para a Diretoria Estatutária. d) Consignaram a renúncia apresentada pelo Sr. **Caio Gonçalves de Moraes** aos cargos e funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores, com efeitos a partir de dia 31 de dezembro de 2024; e, nos termos dos artigos 13, 18 alínea (ii) e 19 do Estatuto Social da Companhia, elegeram o Sr. **Fabio Trerweller Faigle**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador do RG nº 6.125.852-3 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob nº 032.949.319-13, com endereço profissional na Rua João Bettge, 5.200, GIC, Curitiba, PR, CEP 81.350-000, para o cargo e funções de **Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores**, cujas competências estão dispostas nos artigos 22 e 23 do Estatuto Social, com mandato a partir de 01/01/2025. O Diretor eleito exercerá o mandato em curso, a expirar em 26/04/2025, e tomará posse assinando o respectivo termo de posse na forma e no prazo do art. 149, §1º da Lei das Sociedades por Ações, devendo cumprir também o disposto no §1º do art. 147 e no art. 157 da Lei das Sociedades por Ações e no art. 11 da Resolução CVM nº 44/21, bem como se sujeitar à cláusula compromissória prevista no artigo 35 do Estatuto Social da Companhia. e) consignaram a composição da Diretoria da Companhia vigente a partir de 01/01/2024: Sr. **Hélio Bruck Rotenberg**, nas funções de Diretor Presidente; (ii) Sra. **Marielva Andrade Silva Dias**, nas funções de Diretora Vice-Presidente de Negócios para Instituições Públicas; (iii) Sr. **Fabio Trerweller Faigle** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Finanças e de Relações com Investidores; (iv) Sr. **Rodrigo Guercio Teixeira**, nas funções de Diretor Vice-Presidente Corporativo; e (v) Sr. **Norberto Maraschin Filho** nas funções de Diretor Vice-Presidente de Negócios de Consumo e Mobilidade. **5. Encerramento:** Nada mais tratado, lavrou-se a ata que foi lida, aprovada e assinada pelos membros do Conselho de Administração indicados no item 2 da presente. (*Certifico que a presente ata confiere com via original assinada digitalmente*). Curitiba, 20 de dezembro de 2024. **Anderson Prehs** - Secretário - OAB/PR 34.608. **JUCEPAR:** Certifico o Registro em 03/01/2025 sob o nº 20249352745. Protocolo: 249352745 de 31/12/2024. Leandro Marcos Raysel Biscaila - Secretário-Geral.

